



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Bruno de Souza Moraes

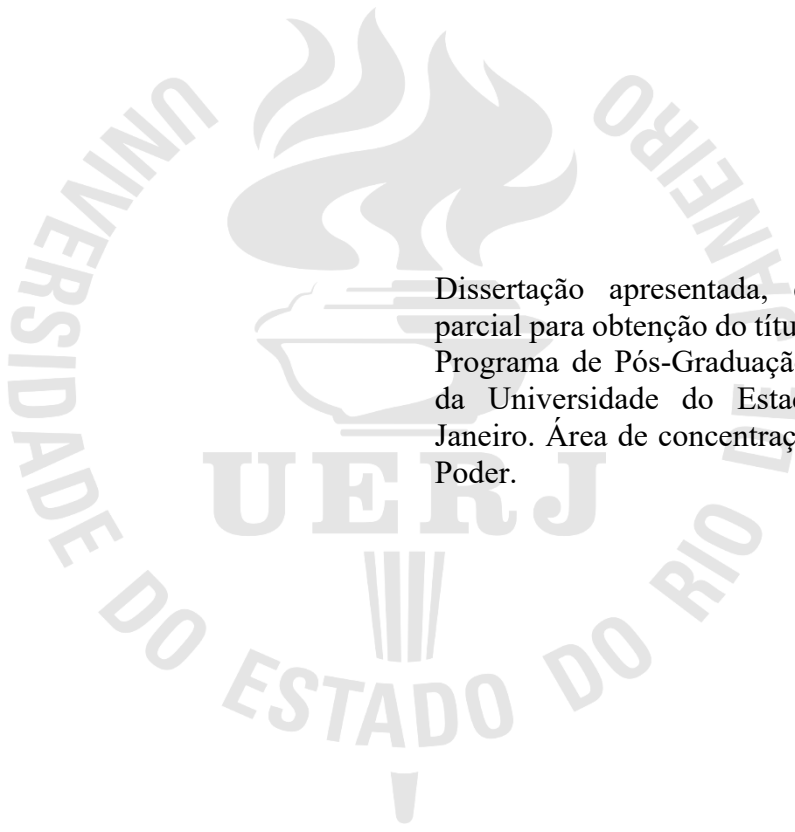
**A Fazenda Colubandê e seus processos transformativos: as representações
de um espaço geográfico**

São Gonçalo

2023

Bruno de Souza Moraes

A Fazenda Colubandê e seus processos transformativos: as representações de um espaço geográfico



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Relações de Poder.

Orientador: Prof. Dr. Nilo Sérgio d'Avila Modesto

São Gonçalo

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

M828 TESE	<p>Moraes, Bruno de Souza. A Fazenda Colubandê e seus processos transformativos : as representações de um espaço geográfico / Bruno de Souza Moraes. – 2023. 103f. : il.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Nilo Sérgio d’Avila Modesto. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.</p> <p>1. Patrimônio cultural – São Gonçalo (RJ) – Teses. 2. Territorialidade humana – São Gonçalo (RJ) – Teses. 3. Violência urbana – São Gonçalo (RJ) – Teses. I. Modesto, Nilo Sérgio d’Avila. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.</p>
CRB/7 – 6150	CDU 911.3(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Bruno de Souza Moraes

A Fazenda Colubandê e seus processos transformativos: as representações de um espaço geográfico

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Relações de Poder.

Aprovada em 13 de setembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Nilo Sérgio d'Avila Modesto (Orientador)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof.^a Dra. Cátia Antonia da Silva
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Luis Henrique Leandro Ribeiro
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Nelson Diniz Carvalho
Colégio Pedro II

São Gonçalo
2023

DEDICATÓRIA

Este trabalho foi possível graças ao meu melhor amigo e minha melhor amiga, por isso o dedico para Carlos e Silvana. Minha maior felicidade é ser filho de vocês.

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui meus agradecimentos ao meu primeiro orientador, que um dia me disse que somos a soma de todas as pessoas que passaram por nossas vidas e sou eternamente grato por ele ter passado pela minha, que descanse em paz meu querido professor Andreelino de Oliveira Campos.

Agradeço aos que receberam a dedicatória deste trabalho, meu pai Carlos e minha mãe Silvana. Como sempre digo, são vocês que impulsionam toda minha determinação. Obrigado.

Sou grato pelo apoio que recebo desde a graduação do professor Gustavo Villela Lima da Costa. Você tem muita importância nessa minha caminhada acadêmica, uma referência como profissional para mim.

Agradeço também ao meu orientador Nilo Sérgio D'Ávila Modesto pela troca de experiência e pelo suporte durante esse processo de orientação.

Gratidão as vivências que pude ter com minha turma de 2021, desde o remoto ao presencial. Principalmente o presencial, foi incrível.

Muito obrigado a todos os professores e todas as professoras que tive a oportunidade de acompanhar durante o mestrado, foi uma experiência incrível participar de tudo isso e pude perceber diariamente meu progresso como professor e pesquisador. Um obrigado em especial ao professor Denilson Araujo de Oliveira e a professora Anice Esteves Afonso. Vocês foram muito importantes durante esses anos.

Também gostaria de agradecer o professor Luis Henrique Leandro Ribeiro e a professora Catia Antonia da Silva, pelo apoio através das críticas em que este trabalho foi construído. Agradeço pela disponibilidade para compor a banca da defesa dessa dissertação, junto ao professor Nelson Diniz Carvalho, muito obrigado por fazerem parte desse momento.

Obrigado aos funcionários e funcionárias desse programa de pós-graduação, sempre disponíveis nos auxiliando em nossas dúvidas como alunos e alunas.

Obrigado também a todos e todas que em algum momento conseguiram sentir alegria ao me ver avançando na Universidade. O apoio de colegas, amigos e amigas foi muito importante em muitos momentos dessa solitária caminhada.

Não posso deixar de agradecer meu grande amigo de infância Lucas Pluvie que me ajudou bastante com a produção cartográfica dessa pesquisa. Obrigado, olha onde chegamos, eu disse que conseguiríamos.

Chegando ao fim e não menos importante, muito pelo contrário, escrevo nessas linhas minha gratidão ao meu irmão Carlos e minha irmã Krícia, que acreditaram em mim desde o momento da inscrição, quando nem eu mesmo acreditava em minha capacidade.

Obrigado. Obrigado a você que está lendo. O sentimento agora é gratidão. Obrigado Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores, por me proporcionar viver isso e ter me ajudado a amadurecer e ser uma pessoa melhor desde que entrei na graduação em 2014.

Exclua as exclusões
Ponha amor nos corações
Andar contra o vento me deixa cansado
Reflico em tudo chego a ser chato
LC ARTERO

RESUMO

MORAES, B. S. *A Fazenda Colubandê e seus processos transformativos: as representações de um espaço geográfico*. 2023. 103f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

A Fazenda Colubandê é um espaço tombado pelos Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), construída no Brasil Colônia, situada no bairro homônimo, na cidade de São Gonçalo, Rio de Janeiro. Durante a produção social do seu espaço, passou por vários processos transformativos, que modificaram tanto sua paisagem quanto seus usos, afetando suas funções e significados. Já lhe foi dada a função de fazenda, refúgio e sede de instituições policiais, além de passar por um momento de abandono, o que levou a se tornar um ciclo poliesportivo abandonado, nos anos de 2012 a 2017. Isto ocorre quando o Comando de Policiamento Ambiental (CPAM) precisa ser realocado devido às políticas envolvidas com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). O espaço da Fazenda foi de muita relevância para o desenvolvimento da sua região, tendo impacto a nível municipal, mas nesse último século esteve em decadência nos âmbitos sociais, principalmente com essa desativação temporária do CPAM, ação que tornou tanto as áreas internas quanto as externas da Fazenda, perigosas, com margem para a violência urbana adentrar em seus espaços. Um patrimônio histórico que, por gerações, produziu uma identidade local com a comunidade, passa a ser um local temido, sendo negligenciado pelas instituições responsáveis por sua manutenção e segurança, por mais que tenha sido por um momento pequeno em relação à sua existência, foi o suficiente para impactar negativamente a experiência de algumas gerações que frequentavam suas áreas, tanto para usar suas dependências quanto na movimentação pendular. O objetivo dessa pesquisa é investigar os desdobramentos dos últimos processos transformativos da Fazenda Colubandê, considerando sua hierarquização e suas relações de poder, perpassando por temas como a violência urbana e sua representação na memória de quem conhece esse espaço, além de uma leitura interseccional sobre o acesso aos seus espaços, principalmente com a volta do CPAM após 2017, onde temos uma territorialização do espaço da Fazenda, burocratizando seu acesso, mas justificando com a volta da manutenção e segurança, que, mesmo assim, ainda há no imaginário local a repulsa causada pelos anos de abandono. Este trabalho foi feito a partir de revisões bibliográficas e dados coletados a partir de 2019, considerando entrevistas com moradores e moradoras, além de visitas técnicas ao local, o que é permitido dentro da formalidade vinda com a burocratização do espaço, para compreender como os desdobramentos dos últimos processos transformativos afetaram a dinâmica urbana do bairro e explicitaram a presença de espaços socialmente desiguais, que, inclusive, popularizaram subdivisões não oficiais, mas conhecidas usualmente no bairro do Colubandê, em São Gonçalo, Rio de Janeiro.

Palavras-chave: patrimônio histórico; relações de poder; segurança; territorialização; violência urbana.

ABSTRACT

MORAES, B. S. *The Colubandê Farm and its transformative processes: representations of a geographic space*. 2023. 103f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

The Colubandê Farm is a space listed by the Institute of National Historical and Artistic Heritage (IPHAN) and the State Institute of Cultural Heritage (INEPAC), built in Colonial Brazil, located in the homonymous neighborhood, in the city of São Gonçalo, Rio de Janeiro. During the social production of his space, he went through several transformative processes, which modified both his landscape and its use, affecting its functions and meanings. It has already been given the function of farm, refuge and headquarters of police institutions, in addition to going through a moment of abandonment, which led to becoming an abandoned multi-sport cycle, in the years 2012 to 2017. This occurs when the Environmental Policing Command (CPAM) needs to be relocated due to the policies involved with the Pacifying Police Units (UPPs). The space of the Farm was of great relevance for the development of its region, having an impact at the municipal level, but in the last century it was in decline in the social spheres, especially with this temporary deactivation of the CPAM, an action that made both the internal and external areas of the Farm dangerous, with scope for urban violence to enter its spaces. A historical heritage that, for generations, produced a local identity with the community, becomes a feared place, being neglected by the institutions responsible for its maintenance and security, however small it was for a moment in relation to its existence, was enough to negatively impact the experience of some generations that frequented its areas, both to use its dependencies and in the pendulum movement. The objective of this research is to investigate the unfolding of the last transformative processes of the Colubandê Farm, considering its hierarchization and its power relations, going through themes such as urban violence and its representation in the memory of those who know this space, as well as an intersectional reading about access to its spaces, especially with the return of the CPAM after 2017, where we have a territorialization of the space of the Farm, bureaucratizing its access, but justifying with the return of maintenance and security, which, even so, there is still in the local imaginary the revulsion caused by the years of abandonment. This work was made from bibliographic reviews and data collected from 2019, considering interviews with residents and residents, as well as technical visits to the site, which is allowed within the formality coming with the bureaucratization of the space, to understand how the unfolding of the last transformative processes affected the urban dynamics of the neighborhood and made explicit the presence of socially unequal spaces, which even popularized subdivisions not official, but usually known in the neighborhood of Colubandê, in São Gonçalo, Rio de Janeiro.

Keywords: historical heritage; power relations; safety; territorialization; urban violence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Fazenda Colubandê (1930)	18
Figura 2 -	Campo de futebol da Fazenda Colubandê (2019)	33
Figura 3 -	Área de ginástica da Fazenda Colubandê (2019)	33
Figura 4 -	Área interna da Fazenda depredada (2016)	35
Figura 5 -	Área externa da Fazenda (2018)	62
Figura 6 -	Inauguração do III Centro de Equitação Terapêutica (2022)	80
Figura 7 -	Manchete sobre a Fazenda Colubandê (2022)	83

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Região Metropolitana e São Gonçalo, Rio de Janeiro	19
Mapa 2 - Bairro Colubandê, São Gonçalo/RJ	23
Mapa 3 - Área de influência da Fazenda Colubandê	24
Mapa 4 - Mapa rodoviário de São Gonçalo	25
Mapa 5 - Subdivisões usuais do Bairro do Colubandê	26
Mapa 6 - População do Bairro do Colubandê (2021)	29
Mapa 7 - Trajeto do Ponto de Ônibus à Fazenda Colubandê, São Gonçalo - RJ	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Registro de ocorrências em São Gonçalo (2011-2019)	34
Gráfico 2 -	Comentários sobre a Fazenda Colubandê (1)	46
Gráfico 3 -	Contato com a Fazenda Colubandê (1)	47
Gráfico 4 -	Contato com a Fazenda Colubandê (2)	49
Gráfico 5 -	Comentários sobre a Fazenda Colubandê (2)	49
Gráfico 6 -	Registro de ocorrências em São Gonçalo (2020-2021)	50
Gráfico 7 -	Comentários sobre a Fazenda Colubandê (3)	52
Gráfico 8 -	Contato com a Fazenda Colubandê	53
Gráfico 9 -	Opinião sobre a Fazenda Colubandê	54
Gráfico 10 -	Faixa etária dos (as) participantes	54

LISTA DE DESENHOS

Desenho 1 - Desenho feito por uma criança de 14 anos	43
Desenho 2 - Desenho feito por uma criança de 15 anos	44
Desenho 3 - Desenho feito por uma criança de 13 anos	44
Desenho 4 - Desenho feito por uma criança de 12 anos	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPFMA	Batalhão de Polícia Florestal e Meio Ambiente
CEASA	Centro de Abastecimento Alimentar
CPAM	Comando de Polícia Ambiental
HEAT	Hospital Estadual Alberto Torres
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISP	Instituto de Segurança Pública
PIB	Produto Interno Bruto
UERJ-FFP	Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	UM PRELÚDIO ESPAÇO-TEMPORAL DA FAZENDA COLUBANDÊ	18
1.1	São Gonçalo e o posto de Manchester Fluminense	19
1.2	O bairro do Colubandê	23
1.3	A produção social do espaço da Fazenda Colubandê	30
1.3.1	<u>A Fazenda e seus processos transformativos</u>	36
2	A REPRESENTAÇÃO DE UM CICLO POLIESPORTIVO ABANDONADO	41
2.1	A Fazenda como produto, a ser evitado, da violência urbana	55
2.2	Uma reflexão acerca das relações de poder	65
2.3	O espaço vivido da Fazenda Colubandê	70
3	DO ESPAÇO AO TERRITÓRIO NA FAZENDA COLUBANDÊ	73
3.1	As contradições de um espaço burocratizado	75
3.2	Práticas territoriais e as possibilidades vividas	79
3.3	Considerações acerca do que é chamado de seguro	84
3.3.1	<u>A segurança como moeda de troca da violência subjetiva</u>	87
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
	REFERÊNCIAS	99

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é um trabalho que nasceu há alguns anos, fruto de experiências empíricas e que rendeu um trabalho de conclusão de curso em 2019, artigos durante o mestrado, um que inclusive foi apresentado no XIV ENANPEGE, em 2021, além de diversas apresentações presenciais e online entre 2019 e 2023. Com esses precedentes fomentados com pesquisas de campo e bibliográficas, a investigação sobre os desdobramentos dos processos transformativos da Fazenda Colubandê vêm amadurecendo.

A Fazenda Colubandê é um espaço datado de 1618 e foi um marco tanto na arquitetura quanto no desenvolvimento de seu bairro homônimo e sua cidade, alcançando destaque nacional, principalmente durante o Brasil Colônia. Ao longo da produção social do seu espaço, passou por vários processos transformativos. Estes processos são modificações conduzidas por diferentes agentes ao longo do tempo. Assim, foi alterado, de várias formas, o espaço da Fazenda, lhe dando outras funções e impactando a representação que a comunidade construiu deste lugar.

Durante sua história, a Fazenda fez parte de sesmaria, funcionou como engenho, serviu como refúgio para jesuítas e a partir da década de 1960 foi iniciado as ocupações policiais em seu espaço, começando pela rodoviária e depois o BPFMA, que veio a ser o CPAM. Também foi tombada como patrimônio histórico pelo IPHAN e pelo INEPAC em 1940.

Entretanto passou por um momento de abandono, entre 2012 e 2017, onde sua única função foi ser um espaço geográfico pouco ocupado e nesta pesquisa será chamado de um ciclo poliesportivo abandonado, entende-se como abandonado pelas instituições responsáveis por ele. Esse fatídico momento ocorreu enquanto as unidades do CPAM precisaram ser realocadas para a capital do Rio de Janeiro, compondo as UPPs.

Esse processo transformativo, gerou desdobramentos impactantes tanto nas pessoas que frequentam as áreas internas da Fazenda quanto as áreas externas, durante o cotidiano, essa situação de abandono teve consequências, com razão, no imaginário local, mas que, mesmo com a volta, que ocorreu de forma gradativa, do CPAM, ainda existem. Um patrimônio histórico com forte identidade local que, por vias de negligência, tornou-se um lugar de repulsa e com margem para a violência urbana adentrar as suas dependências.

Após a produção de um trabalho de conclusão de curso sobre as transformações socioespaciais da Fazenda Colubandê, em 2019, estive de olhos abertos para aprofundar minha pesquisa sobre este espaço com qual tive a oportunidade de conviver em vários momentos da

minha vida. Buscando compreender a importância da Fazenda para além das perspectivas pessoais de ocupação, analisando as relações de poder que estão por trás dos desdobramentos de cada processo transformativo desse espaço importante como área de lazer, vivências e identidade para a comunidade local. Valor social que será abordado ao decorrer do texto.

Este trabalho tem como objetivo investigar os desdobramentos dos últimos processos transformativos que a Fazenda Colubandê sofreu, como a realocação das unidades do CPAM e sua volta, territorializando seu espaço. Considerando suas relações de poder e analisando a hierarquia presente nessas relações, apontando os impactos da violência urbana como desdobramento e sua influência no imaginário local. Também será considerado uma leitura interseccional sobre o acesso à Fazenda, que é necessária, principalmente com a volta do CPAM no segundo semestre de 2017, onde encontramos um espaço com acesso burocratizado, ação que é justificada por meio da volta da manutenção e segurança das áreas internas e externas da Fazenda.

Essa configuração estará presente em três capítulos, o primeiro, estruturado a partir de Geiger (1956), Modesto (2008) e Silva (2012) , servindo um recorte espaço-temporal, introduzindo de forma breve a Fazenda Colubandê, sua localidade e alguns dos processos transformativos que ali ocorreram e a modificaram, dando a continuidade nos próximos capítulos, abordando os desdobramentos das modificações mais recentes deste espaço, passando por Harvey (2012) e Lefebvre (2001), além de levar em conta Santos (2006) e Magnani (2005) para refletir sobre as transformações e ocupações da Fazenda. No segundo, imerso no recorte da Fazenda como um ciclo poliesportivo abandonado, será abordado a violência urbana como desdobramento desse momento de negligência a partir de Moraes et al. (2021), introduzindo a análise sobre as relações de poder, com Novy (2002) e Raffestin (1993), nesse espaço, buscando compreender esse desdobramento e seus impactos na Fazenda e sua significação na representação dos moradores e moradoras. No terceiro capítulo, busca-se compreender o processo de territorialização do espaço da Fazenda com a volta do CPAM, que trouxe de volta a manutenção e segurança das suas dependências, mas burocratizou o seu espaço, a partir de análises das leituras dos autores (as) citados (as) anteriormente com a presença de Abreu (1996) e Massey (2008).

Além da base teórica apresentada acima, foi feita uma revisão bibliográfica conjuntamente aos dados coletados nos últimos anos de pesquisa. Considerando visitas técnicas e entrevistas com moradores e moradoras, estabelecidas por idade, para efeito comparativo do imaginário por gerações. Buscando compreender os impactos dos desdobramentos analisados nos últimos processos transformativos, que mostram ter afetado a dinâmica urbana do bairro

Colubandê. Explicitando a presença de espaços socialmente desiguais, fomentando e popularizando o uso de subdivisões não oficiais na região.

O aspecto de ciclo poliesportivo abandonado da Fazenda Colubandê ainda espanta muitas pessoas do seu espaço e este trabalho traz a importância para que sirva, não apenas para compreender o desenvolvimento desses desdobramentos, mas também para alertar sobre a importância da presença das instituições em seu espaço para que não haja margem para a violência urbana novamente. Além de viabilizar para a comunidade a história do espaço que influenciou no desenvolvimento do bairro e da cidade, reconhecendo suas problemáticas, resultante das negligências que serão abordadas no texto, contribuindo com o estudo dos processos transformativos desse espaço, preservando sua memória e identificando novas formas de representação para as novas gerações, que não seja apenas de um local de repulsa, principalmente para as camadas menos favorecidas da sociedade que também precisam ter espaços onde possam buscar alguma forma de lazer.

Já existente de forma não oficial e oral, por vias das pesquisas, como essa, agora a memória também pode passar a existir de forma registrada, para a posteridade.

1 UM PRELÚDIO ESPAÇO-TEMPORAL DA FAZENDA COLUBANDÊ

Nesta pesquisa a Fazenda Colubandê vem sendo retratada como um espaço geográfico ocupado, em diversos momentos, por várias pessoas diferentes.

Ao longo do trabalho será compreendido como este espaço vem sendo produzido pela sociedade, sendo elucidado através, também, das relações sociais que ali ocorrem. Aqui, essa relação espaço social é inseparável. Parafraseando Souza (2013, p.22), podemos entender o espaço da Fazenda como “apropriado, transformado e produzido pela sociedade”.

E para compreender os processos transformativos em que a Fazenda Colubandê (FIGURA 1) passou, sendo modificada por diversos agentes ao longo da sua história, será apresentado um panorama histórico sobre a origem desse espaço e sua localidade, já que “o estudo geográfico é ‘sempre para uma dada e determinada época’, pois só assim poderá estabelecer a relação entre solo e tempo, quer dizer, entre o homem e seu ambiente de atividade num dado período histórico (CASTRO, 2000, 324).

Figura 1 - Fazenda Colubandê (1930)



Fonte: História e monumentos, 2015.

Nesse primeiro contato, a contextualização histórica é necessária para a compreensão do recorte histórico tanto da pesquisa quanto da Fazenda e de onde ela está situada, para que, durante o entendimento, possamos amarrar as reflexões, buscando o conhecimento acerca da relevância da Fazenda Colubandê para seu Bairro e sua Cidade, além de considerar sua produção social do espaço ao observar seus últimos processos transformativos.

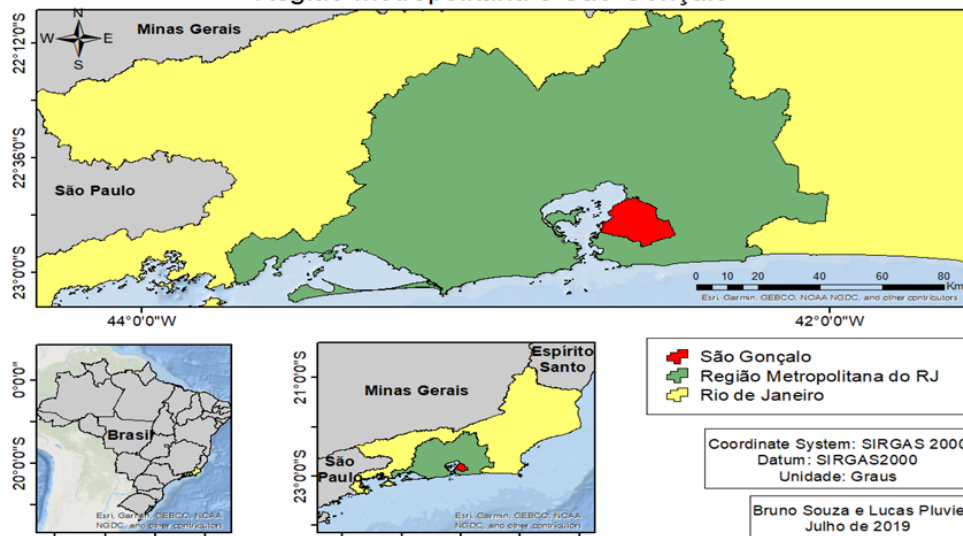
Como as dependências da Fazenda são antigas e acabaram sendo modificadas por várias vezes ao longo dos séculos, passou por alguns momentos em que impactou o desenvolvimento local, o que trouxe um processo importante na presença da memória da comunidade sobre este espaço. Todas essas modificações deixaram rugosidades (SANTOS, 2006) em sua estrutura, o

que afetou toda a área em que a Fazenda tem influência, sendo parte das dependências internas ou da parte externa, aos seus arredores. Esses processos em que surgem novas funções para o espaço da Fazenda influenciam também as pessoas que por ali passam, estando próximas a esses processos.

1.1 São Gonçalo e o posto de Manchester Fluminense

Segundo Modesto (2008), o município de São Gonçalo – Rio de Janeiro (MAPA 1), teve seu desenvolvimento atrelado às cidades do Rio de Janeiro e Niterói, envolvido em um processo de dependência tanto econômica quanto política, que se estabeleceu ao longo do seu processo histórico. Este desenvolvimento teve sua trajetória rodeada de sucessos e decadências. Compreende-se essa alternância a partir do tratamento excludente que a população desse município recebeu ao longo dos anos, além da manutenção do poder através do controle de interesses de grupos políticos e econômicos. Essa dinâmica da alternância das relações de poder que perpassam o município acabam por não condizer com a demanda social em perspectivas de uma população periférica.

Mapa 1 - Região Metropolitana e São Gonçalo, Rio de Janeiro



Fonte: O autor, 2019.

O território em que se encontra esse município era habitado por indígenas, até a ocupação europeia, onde Gonçalo Gonçalves, fundou São Gonçalo, com data especulada em abril de 1579.

A baía de Guanabara com uma localização favorecida e sítios de ótima qualidade para a instalação de uma cidade, foi disputada pelos, portugueses e franceses que lutaram pela sua posse. Já em 1560, MEM DE SÁ, em carta ao rei, chamava sua atenção para o problema do povoamento da região da Guanabara. (GEIGER, 1956, p. 47).

A partir de 1646 este território passa por processos transformativos, indo de freguesia à sesmaria. As relações comerciais se desenvolvem através do litoral gonçalense, trazendo progresso econômico a partir do século 18.

No início do século XIX, as chácaras dominavam a paisagem em torno do Rio de Janeiro. Na orla oriental da Guanabara, particularmente na região de Praia Grande (Niterói) e São Gonçalo, “a antiga paisagem de engenhos e canaviais estava sendo substituída, aos poucos, pela policultura”. (GEIGER, 1956, p. 48).

Os aspectos geográficos impactaram de forma positiva o desenvolvimento de São Gonçalo, já que sua localização com

[...] proximidade com os grandes centros e o litoral possibilitava o melhor acesso de mão-de-obra, de pessoas e de mercadorias, assim como o estabelecimento de uma indústria naval que já existia (estaleiros e metalúrgicas) e de beneficiamento pesqueiro (sardinhas em lata), bem como de instalações da Marinha. (MORAES, 2014, p. 4).

As primeiras plantações de café no Brasil ocorreram nesse território que está sendo descrito, onde também se encontra Colubandê, bairro que dá o nome à Fazenda que é o tema dessa pesquisa.

[...] de São Gonçalo o café se espalhou por todo o interior do estado do Rio de Janeiro (Friburgo, Bom Jardim, Cantagalo, Cordeiro, etc), e de Resende irradiou-se, seguindo o vale do rio Paraíba, pelo sul do estado de Minas Gerais, em 1780, e pelo nordeste do estado de São Paulo, em 1782.” (PALMIER, 1940, p. 26)

Apesar do resultado ruim, devido ao tipo do solo, a tentativa desse plantio serviu como fator de atração para pontos importantes para o município, como construções de ferrovias, o que facilitou as relações, formando aglomerações próximas a elas, esses trajetos construídos para o interior, passando por São Gonçalo, contornavam o maciço montanhoso de Niterói, o que foi muito aproveitado mais tarde (GEIGER, 1956).

Silva (2012) diz que para compreender o processo de urbanização que ocorreu em São Gonçalo, deve-se identificar no bojo da metropolização do estado do Rio de Janeiro, a partir de 1940, onde ocorre a transição de uma sociedade agroexportadora para uma urbano-industrial. Nesse período, até a década de 50, surgiram grandes fábricas, o que elevou o parque industrial, sendo o mais relevante do estado, o que justifica ter recebido, na época, o apelido de Manchester Fluminense.

Homero (2006) mostra que a partir dos anos 1950 a população em São Gonçalo tem um aumento considerável, o que continua em cada década, por conseguinte. “Esse processo resulta no declínio da produção agrícola, transformando as grandes fazendas em loteamentos urbanos.” (*apud* MORAES, 2019, p.21). E com o aumento no fluxo de trabalhadores, urge a necessidade de se acelerar o processo de urbanização, para acatar a demanda da massa crescente, produzindo uma nova configuração de acordo com a ocupação do município.

Sem receber novos investimentos, São Gonçalo acabou perdendo espaço como indústria para as cidades vizinhas, modificando o perfil do município, com o processo migratório em direção ao estado do Rio de Janeiro, impulsionado pela chance de conseguir empregos na antiga capital federal, onde nem todos conseguiriam se instalar, buscando locais mais baratos de moradia pelo restante da região metropolitana.

A partir desse momento, a representação de uma urbanização contemporânea passa a ser modificada, junto ao perfil de São Gonçalo e passamos a ouvir o termo “cidade-dormitório”, junto a outros como “caos urbanos” e o “descaso” com a periferia (REZNICK *apud* GUEDES, 2006). Como nenhuma cidade é feita com a função da população dormir, compreende-se que esse descaso citado acima, abrange quando se trata dos outros dois termos, onde áreas periféricas, como nessa relação de escala intermunicipal, serão desfavorecidas em benefício da antiga capital federal. Veremos nos próximos capítulos como esse descaso pode ser maior em uma escala municipal, em áreas periféricas de um município periférico, principalmente em áreas de ocupações mais recentes, através dos loteamentos que surgiram após o aumento no fluxo de trabalhadores.

No quesito industrialização, São Gonçalo entra em declínio a partir da década de 1970, “deixando de ter a importância que um dia já teve no cenário fluminense” (MORAES, 2019, p.21). O crescimento vegetativo do município seguiu o caminho contrário dessa desindustrialização, o que levou São Gonçalo a ter a segunda maior população do estado, ficando atrás apenas da capital. Modesto (2008) diz que as cidades como Rio de Janeiro, atraem migrantes, o que desencadeia um processo acelerado de crescimento populacional em

municípios afastados, com isso, urge a necessidade de setores essenciais para os cidadãos, que se desenvolvem a partir dessa nova grande demanda.

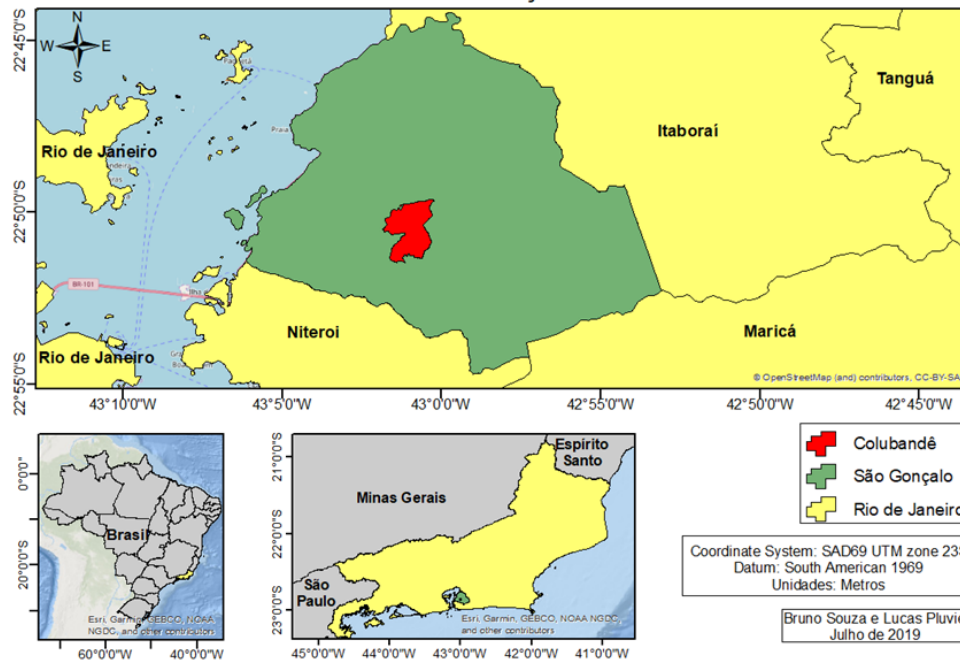
A escassez de recursos, fez com que as pessoas os procurem em outras cidades. A cidade de São Gonçalo não está totalmente irrelevante para a região fluminense, já que existem Gonçalenses participando do processo de migração pendular a todo momento, em busca de trabalho e educação, além de que aqui existem serviços essenciais para toda a Região Metropolitana, como o tratamento de água que é distribuída para todo o leste fluminense, que ocorre no bairro do Laranjal.

A partir dos anos 2000 pode-se ver novos processos transformativos no município, com a inauguração de grandes centros comerciais, como shoppings em diversos bairros. Esses investimentos oferecem oportunidades de emprego aos gonçalenses sem que precisem transitar para as cidades vizinhas, além do impacto em relação ao social, lazer e saúde, gerando um sentimento identitário de pertencimento aos moradores. Isso também pode ser relacionado com as universidades que se encontram na cidade, como o campus da UERJ-FFP e a Lusófona, antiga faculdade Paraíso.

São Gonçalo tem grande relevância no estado do Rio de Janeiro, considerando sua população e seu PIB. O município é cortado por estradas importantes e tem o segundo maior parque industrial do estado, isso traz um arranjo urbano-industrial dinâmico na estrutura urbana, com vários centros articulados, exercendo funções distintas e complementares, como o bairro Colubandê (**MAPA 2**), complementando a cidade que tem se destacado pelo seu parque industrial complexo (SILVA, 2012).

Mapa 2 - Bairro Colubandê, São Gonçalo/RJ

Bairro Colubandê - São Gonçalo - Rio de Janeiro



Fonte: O autor, 2019.

1.2 O Bairro do Colubandê

O Bairro Colubandê é construído e organizado como um bairro residencial em loteamento, o que não estava em acordo com o desenvolvimento do município, gerando transtornos na dinâmica urbana. Hoje conta com cerca de 30.000 habitantes. Sua história gira em torno da construção da Fazenda homônima, assunto que será abordado ao decorrer do texto para discutir sobre como as transformações socioespaciais atuam não só na Fazenda, como também em suas áreas de influência (**MAPA 3**).

Mapa 3 - Área de influência da Fazenda Colubandê



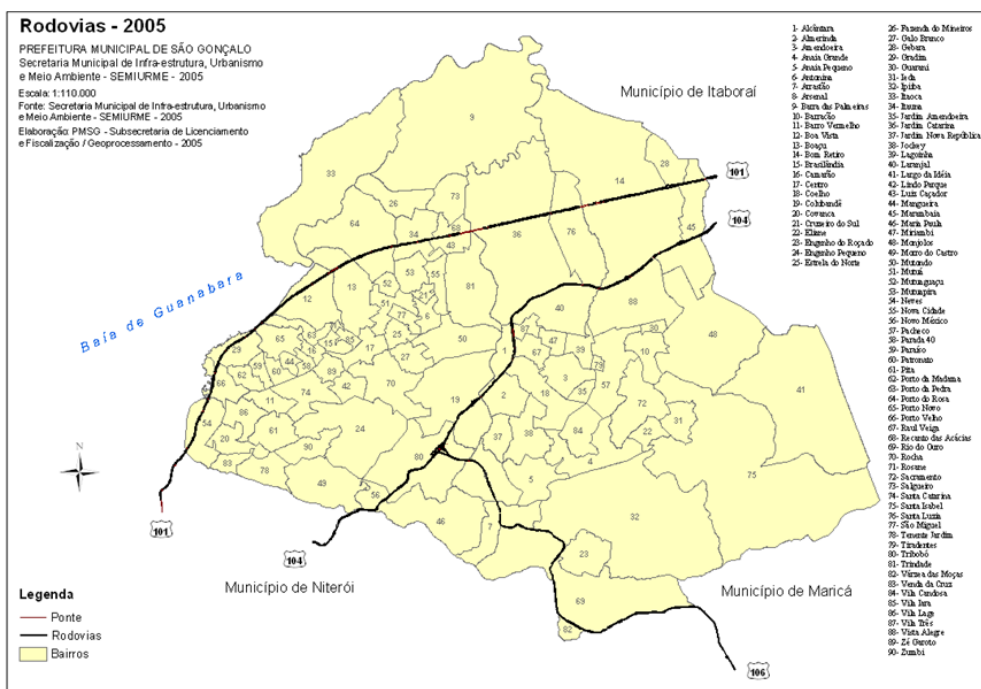
Fonte: O autor, 2021.

Essas áreas de influência fazem parte do percurso diário de muitos moradores do Colubandê durante a migração pendular e corresponde à área total da dependência da Fazenda, informações que serão úteis ao longo da exposição dessa Dissertação.

A ocupação europeia se intensificou em São Gonçalo com o aumento de refugiados da Santa Inquisição¹, impactando o desenvolvimento do bairro Colubandê. O primeiro documento é datado por volta do início do século 17, que teve bastante destaque, devido aos trajetos que cortam o bairro e que hoje ligam São Gonçalo a Niterói (**MAPA 4**), por exemplo.

¹ De acordo com Noronha (2016) os tribunais da Inquisição foram uma criação na baixa Idade Média, inicialmente estabelecidos com o objetivo de manter o poder das casas monárquicas absolutistas, rapidamente foram apropriados pela Igreja Católica, desejosa de manter o seu poder temporal e rivalizar com quem contrariasse seus dogmas.

Mapa 4 - Mapa rodoviário de São Gonçalo

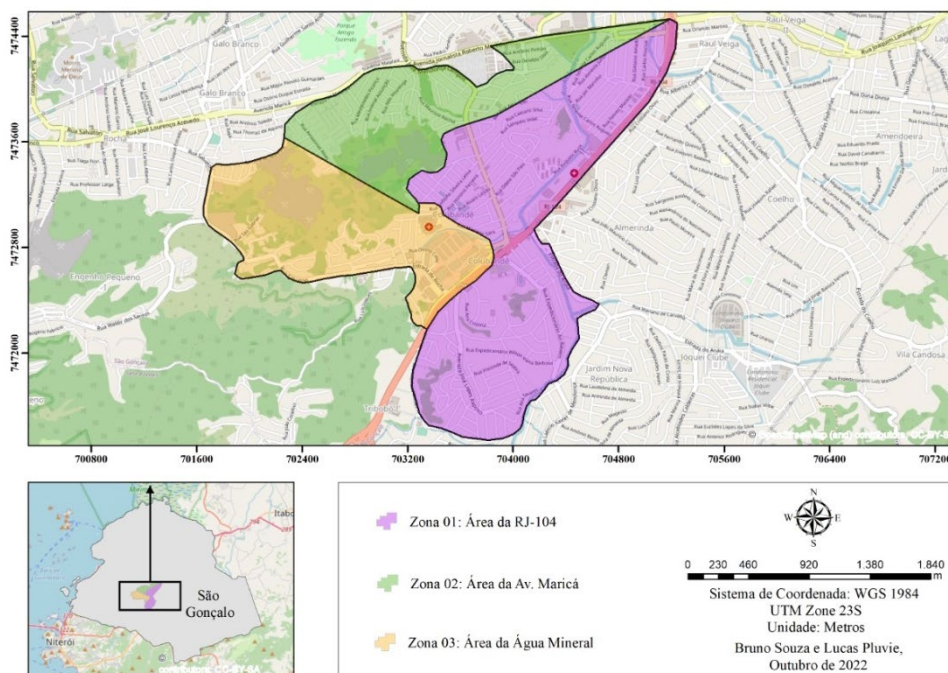


Fonte: Prefeitura de São Gonçalo, 2005.

Esses trajetos resultaram em avenidas que passam pelo bairro, junto a outras heranças deixadas pela Fazenda, como uma padronização latifundiária na comercialização de terras, a partir da concentração fundiária e loteamento, impactando também na construção de ruas e outras avenidas.

Essa dinâmica da estrutura urbana do Colubandê gerou uma subdivisão não oficial (MAPA 5), mas tradicional, que existe a partir da interação dos fixos e fluxos presentes, expressando a realidade geográfica local (SANTOS, 2006).

Mapa 5 – Subdivisões não oficiais do Bairro do Colubandê



Fonte: O autor, 2022

Segundo Souza (2013, p.116) “uma região ou um bairro é, enquanto tal, um espaço definido, basicamente, por identidades e intersubjetividades compartilhadas, ambos são, portanto, ‘lugares’”

Essa subdivisão estabelecida pela comunidade, leva em consideração aspectos econômicos e sociais do Bairro, como áreas comerciais, áreas que não recebem atenção necessária das instituições responsáveis, como será visto durante toda a parte em que falaremos do momento de abandono em que Fazenda esteve, além da própria localidade, como estar próximo da avenida que segue para Niterói ou Itaboraí ou mais próximo do centro da cidade, evitando o trânsito de outros Bairros, como Alcântara.

Ela afeta diretamente a atração de investimentos dessas áreas, além de impactar a representação que a comunidade tem dessas áreas. Esse processo faz que as ações prestadas sejam diferentes em cada uma dessas subdivisões.

Pode-se fazer uma reflexão a partir de Santos (2006), onde a alteração no perfil do município pela necessidade de acelerar a urbanização, décadas atrás, alterou a produção social da cidade, onde vemos essas áreas ausentes da dinâmica que estão presentes em espaços luminosos. A partir disso, compreende-se a problematização de um município periférico e não apenas de seus espaços opacos, já que também está em detrimento em relação dessa dinâmica de grande fluidez. E essa dinâmica ocorre em um país onde há precedentes de patrimônios históricos abandonados em áreas opacas enquanto outros patrimônios são revitalizados em

áreas luminosas, como a Fazenda do Capão do Bispo, em Del Castilho – Rio de Janeiro, que quase pegou fogo em março de 2022 (ESTADAO, 2022) e a revitalização do centro do Rio e o projeto Porto Maravilha. Nessas subdivisões, a Área da Água Mineral serve como via para quem transita entre o centro da cidade e precisa chegar na RJ-104, além de contar com o Centro de Abastecimento Alimentar (CEASA), o Hospital Estadual Alberto Torres (HEAT), o Fórum – Juíza Patrícia Lourival Acioli e o Quartel do Corpo de Bombeiros do Município de São Gonçalo.

A Área da Avenida Maricá, antigo nome da Avenida Jornalista Roberto Marinho, conta com o supermercado Guanabara e fácil acesso entre o centro da cidade, Colubandê e o bairro Alcântara, grande centro comercial do município.

Temos uma concentração de espaços luminosos na Área da RJ-104, a mesma onde está a Fazenda, porém há uma dicotomia quando se atravessa a praça do Colubandê: de um lado, temos instituições de educação, três particulares, três estaduais e uma municipal, muito mais do que nas outras duas zonas (**MAPA 5**), que tem somadas quatro instituições, e mais do que o outro lado da praça, que contém 4, sem contar com os comércios (diversas lojas, bares e restaurantes), redes de supermercados e de academias, conjuntos de condomínios e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA); do outro lado, onde fica a Fazenda, é a parte onde recebeu menos investimentos ao longo da história do bairro, também é constituída por alguns comércios, como bares, mas é nítida a diferença espacial só de adentrar as ruas paralelas e notar a falta de saneamento e asfalto. A negligência do Estado ajudou a fomentar a representação que se desenvolveu da Fazenda ao longo dos seus processos transformativos.

As diferenças entre essas áreas subdivididas resultam da disposição socioespacial oriunda da produção socioespacial do Bairro Colubandê, o quão interessante essas áreas são para as instituições, sujeita-se a como elas se associam ao espaço a ser ocupado (SANTOS, 1977).

Refletindo a partir de Souza (2013), vemos que essa disposição socioespacial e o interesse em fatores de atração para investimentos geram áreas que se autossegregam, estando próximas aos núcleos urbanos nessa região metropolitana, não é apenas o bairro habitual. É uma amostra da cidade massificada, onde as relações socioespaciais estão cada vez menores devido o avanço das técnicas e os espaços públicos de lazer e vivência perdem prestígio, observando seu simbolismo se tornar irreconhecível, ou repulsivo, como será discutido sobre o processo de abandono da Fazenda Colubandê.

A instalação do CEASA, que ocorreu em 1972, foi um marco no processo de urbanização do Colubandê, que foi

[...] criando o primeiro impulsionador de economia, sendo responsável pela distribuição de alimentos na região, além de ter um espaço suficiente para instalações de outras iniciativas, como agências bancárias, facilitando o fluxo de capital. (MORAES, 2019, p. 25).

Junto ao CEASA, outros espaços se tornaram fatores de atração e valorização do bairro: instituições de ensino como Attila Moledo e Odete São Paio, a partir das décadas de 70 e 80, respectivamente, o que impactou no fluxo de pessoas; a UPA, que “foi a primeira a ser instalada em São Gonçalo” (MORAES, 2019, p.25); o supermercado Guanabara, que além de trazer uma estrutura de shopping, traz consigo toda uma rede de ônibus para seus clientes; além do HEAT, o Fórum e o Quartel de Bombeiros.

[...] a localidade do Colubandê exerce atividade de centro comercial atacadista nas margens da antiga BR-101, onde estão o CEASA e o Makro com atendimento regional. Além de nos últimos anos ter adquirido novas centralidades em torno das instalações acima apresentadas, utilizando das principais vias de acesso, transformando-se em uma “ilha de serviços” com postos bancários e grandes redes de comércio. Pela estrutura do Guanabara, por exemplo, trata-se de centralidades com influência regional, para além das fronteiras do Colubandê. (MORAES, 2019, p.27).

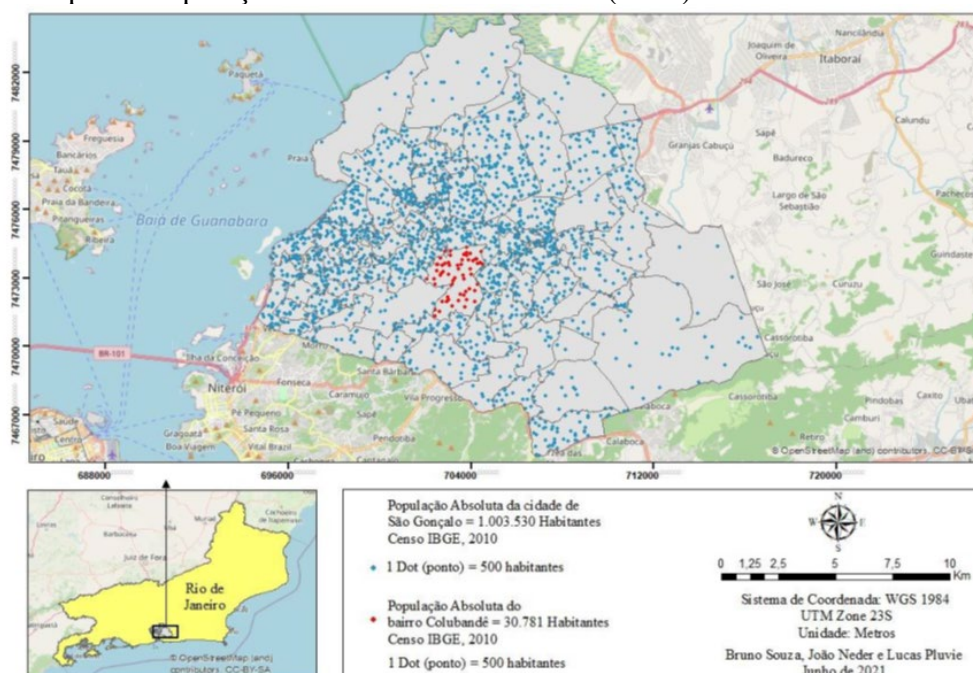
Graciano (2015) diz que esses equipamentos que tornam essa região um ponto de referência na cidade.

Todo esse processo de produção social do espaço do Bairro do Colubandê, o leva à posição de ter uma população relevante (MAPA 6), estando entre os dez maiores bairros, nesse aspecto, em São Gonçalo. No mapa, a reflexão é feita em *dots* em vez de densidade demográfica para impactar na observação ao analisar a centralidade e como a população se distribuiu a partir dela.

Estar entre os dez bairros mais populosos, é resultado de todo processo histórico e transformativo que vem sendo abordado nesse texto, tendo esse bairro se desenvolvido em torno da RJ-104, uma herança da Fazenda Colubandê, muito importante, ainda hoje, para o Colubandê, para São Gonçalo e para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Com essas informações, portanto, vemos que qualquer processo transformativo que modificar a Fazenda e suas áreas de influência, irá impactar os moradores do Colubandê, sendo relevante quando se trata de população na escala municipal. A Área da RJ-104 será a mais impactada, principalmente nos arredores da Fazenda, por ser uma área muito movimentada no cotidiano gonçalense.

Mapa 6 - População do Bairro do Colubandê (2021)



Fonte: O autor, 2021.

É importante levantar a questão sobre esses impactos e frisar que não ocorrem pluralmente, considerando as camadas sociais, esses acúmulos que acontecem de forma desigual, afetam diferentemente os grupos sociais, influenciando em quem continua a frequentar esse espaço depois desses processos transformativos. Há grupos que não tem nenhuma boa lembrança da Fazenda, o que será visto nos próximos momentos.

Além disso, para a continuação da leitura, deve ser alertado que o grau de violência urbana apontado durante o texto é em uma escala muito menor em relação a outros bairros que estão inseridos em uma realidade mais profunda quando se trata de periferia, tendo no seu cotidiano operações e intervenções policiais, como o Jardim Catarina e o Salgueiro. Estes bairros que também foram impactados pela política das UPPs na capital do estado, de forma muito mais grave do que no espaço geográfico que está sendo analisado nessa pesquisa.

As grandes cidades que passaram por esses momentos de medo da violência urbana enquanto avançam tecnologicamente, passam por uma fragmentação socioespacial, em diversas escalas de outras subdivisões. O abandono sistemático de espaços públicos de lazer e vivência acabam contribuindo para fortalecer essa fragmentação e o sentimento de insegurança nas áreas negligenciadas pelas instituições responsáveis impactando a dinâmica urbana de forma que certas áreas, como a que será analisada a seguir, não estava preparada.

1.3 A produção social do espaço da Fazenda Colubandê

Toda essa produção social do espaço geográfico do Colubandê e também da Fazenda, ocorre de forma diversa com o passar do tempo, considerando principalmente as áreas que se tem influência, estando articuladas com a comunidade Gonçalense, através das diferentes representações e perspectivas que se tem da Fazenda, diluído pelas memórias de várias gerações, sendo influenciadas por ações que são produzidas nessas áreas, direta ou indiretamente. O que ocorre durante essas produções ao longo da história é um desenvolvimento incompleto e o convívio com os resultados oferece interpretações e experiências próprias a perspectiva de quem as recebem. Essas interpretações aparecem de algumas maneiras, tanto como rugosidades no espaço, quanto na lembrança da coletividade ao ouvir sobre a Fazenda Colubandê, ou só por passar em suas áreas de influência (**MAPA 3**).

A Fazenda Colubandê é datada de 1618 e se encontra no topo de uma pequena colina, sendo um marco da arquitetura colonial brasileira, tendo grande relevância nacional. A Fazenda fez parte da sesmaria que foi doada a Gonçalo Gonçalves, sendo construída por Catarina Siqueira, que a chamou de Engenho Colubandê. Duarte Ramires de Leão, judeu que se converteu ao cristianismo, a comprou ainda em construção, com uma produção diversa, diferente do que se esperava na época, tornou-se muito produtiva em escala nacional, ainda serviu para judeus que se refugiaram aqui, resultando na perseguição dos herdeiros de Ramires. Após isso houve o confisco da Fazenda, que foi entregue aos jesuítas, trazendo os primeiros processos transformativos a esse espaço, que vieram a se tornar as primeiras rugosidades (BELTRÃO, 2017).

A casa grande possui cerca de trinta cômodos interligados, que foram construídos em torno de um poço do século XVII, de acordo com a tradição judaica. Ela não segue um estilo padrão, já que foi sendo reformada ao gosto de cada dono que ao passar dos anos tomava posse – no teto temos um estilo oriental, janelas com influência francesa e a varanda com colunas em estilo grego romano, com conversadeiras entre cada uma. O casarão foi construído seguindo o estilo barroco, contando com quatro cômodos no subsolo, onde se encontram as senzalas, com paredes de dois palmos de largura. A sede da casa foi erguida próxima da capela, que tem uma perspectiva jesuítica e características mouras na parte de cima. Também é datada de 1618 e foi construída em homenagem a nossa senhora de Montserrat. Seus painéis portugueses, na parede, no estilo barro-rococó foram instalados em uma reforma em 1740 (MORAES, 2019, p. 30).

Em 1940 a Fazenda Colubandê é tombada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) em

1965. Em 1969, o espaço da Fazenda é ocupado pelo corpo de policiamento militar e anos mais tarde,

em 1988 o governo do Rio de Janeiro cede as instalações à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), transformando a Fazenda em sede do Batalhão Florestal. Hoje ela é um dos únicos imóveis no Brasil com arquitetura setecentista preservada e localizada em uma área urbana [...] (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).

Nos anos 2000 foi consolidado o ciclo poliesportivo no espaço da Fazenda, com campo de futebol, pista olímpica, quatro quadras poliesportivas e uma quadra de areia, além de outras áreas de lazer como parquinhos, mesas e trilhas. Isso, é claro, com a sede do CPAM em seu ponto mais alto. E mesmo tendo seu espaço utilizado por essa instituição, ainda protagonizou conflitos referente aos responsáveis por sua manutenção, na escala nacional quando se trata do seu tombamento, estadual quando se trata do CPAM e municipal como quando, durante seu abandono, voltou a ser responsabilidade da prefeitura de São Gonçalo, onde o prefeito Neilton Mulim disse que

[...] estamos felizes por ter a fazenda sob o nosso controle, novamente. Vai ser mais fácil proteger esse bem cultural da degradação dos vândalos, mas com essa crise econômica nosso orçamento não consegue custear uma restauração milionária — comenta Mulim (EXTRA, 2016, p. 1).

Entre 2012 e 2018, a Fazenda passa por um processo que a condicionou a ser um ciclo poliesportivo abandonado, onde as unidades do CPAM, estas que “eram responsáveis pelas instalações, impedindo a deterioração dos imóveis, desde infiltrações até “vandalismo” (MORAES, 2019, p.32), haviam sido realocadas para as UPPs, na cidade do Rio de Janeiro.

A ocorrência deste processo de abandono levou à marginalização do seu espaço, condições que transformaram um espaço produtivo em um espaço de medo e rejeição, margem onde a violência urbana consegue se consolidar, afastando a população devido a esse iminente perigo já reconhecido em toda Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Todo esse caos presenciado nos últimos anos começou em 2012, quando o governador Sergio Cabral (PMDB) desativou o Batalhão Florestal, transformando-o em uma unidade intermediária, o Comando de Policiamento Ambiental (CPAM) e o efetivo de 350 homens foi transferido para a sede das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), no Complexo do Alemão – RJ (MORAES, 2019, p. 34).

Durante os anos de abandono a responsabilidade passou pelo Estado do Rio de Janeiro, pela cidade de São Gonçalo, pelo IPHAN, pelo Sétimo Batalhão de Polícia Militar e “a Fazenda se encontrava em um cenário desolador (...)” (MORAES, 2019, p.34).

A partir do segundo semestre do ano de 2017, o anúncio do retorno do CPAM para reocupar o espaço da Fazenda Colubandê foi feito na comemoração de trinta anos da fundação do Batalhão de Polícia Florestal e Meio Ambiente (BPFMA). A reocupação aconteceu de forma gradual, junto a obra de restaurações nas instalações da Fazenda.

O ano de 2018 em diante reflete toda a significação que foi acumulada enquanto a Fazenda estava em situação de abandono. Tuan (1980) mostra que; este acúmulo de significados emergiu das experiências que ali ocorreram, de forma profunda, através do tempo que foi passado. Isso leva a uma distorção da imagem que gerações diferentes têm sobre esse espaço, um conflito entre as várias perspectivas.

A memória desse tempo que passou contribuiu para a construção de uma representação de repulsão sobre o espaço da Fazenda e com motivos concretos, como o fato que o Estado não consegue em nenhum momento, de forma completa, monopolizar, legitimamente, o uso da violência em todo o território, com isso restam espaços para a violência urbana crescer e se acumular socialmente em espaços abandonados como a Fazenda estava (MISSE, 2008). Essas lembranças atingem tempos e estruturas que já desapareceram, mas permanecem como um símbolo daquele espaço na perspectiva do indivíduo que conhece as suas instalações. (MORAES et al, 2021, p. 6).

Deve-se levar em conta, que, em contrapartida a essa dinâmica do sentimento de repulsa de forma geracional no espaço da Fazenda, o processo de ocupação dela se faz a partir das camadas sociais, onde além da questão da idade e representação que se tem desse espaço, também se passa por questão de gênero, raça, orientação sexual, onde cada camada irá perceber a violência de forma diferente. Com isso, entre 2018 e 2019, ocorrem incentivos aos esportes (**FIGURA 2**), investimentos na pista de atletismo, criação de uma área destinada a ginástica e promoção de eventos locais em suas instalações (**FIGURA 3**). A partir destes eventos, o espaço da Fazenda vai sendo ocupada por circuitos jovens urbanos (MAGNANI, 2005), que vão se apropriando dessa forma simbólica, mas, como dito, há o recorte interseccional da volta, gradual, da comunidade ocupando a Fazenda Colubandê.

Figura 2 - Campo de futebol da Fazenda Colubandê (2019)



Fonte: Elaboração própria, 2019.

Figura 3 - Área de ginástica da Fazenda Colubandê (2019)



Fonte: O autor, 2019.

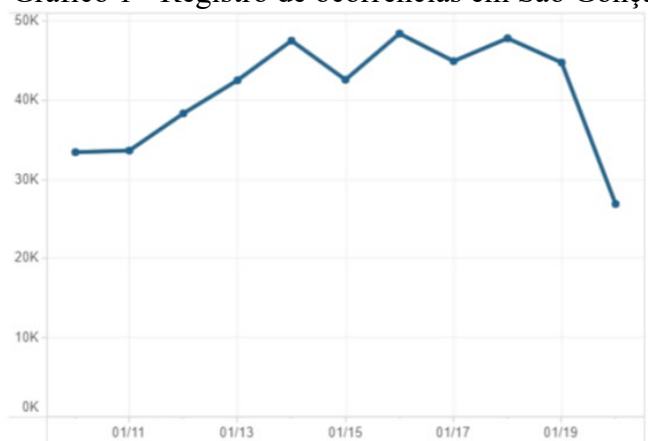
Em 2019, o abandono e perigo constante sem policiamento ainda era presente na memória de boa parte da comunidade que deixou de frequentar o espaço da Fazenda, pois as ações pretéritas ainda estão presentes nas estruturas através das rugosidades (SANTOS, 2006). Nesse momento, o CPAM já se encontrava presente, operando as manutenções e novas obras que vieram a surgir na Fazenda e ainda assim havia a presença do medo quando entrevistados(as) falavam sobre esse espaço,

A totalidade dos(as) 56 entrevistados(as) além de não ter consciência sobre a volta do BPFMA, que ocorreu de forma gradual desde o segundo semestre de 2017, também não está ciente sobre as reformas na Fazenda e seu novo protocolo de visita e uso da maioria das suas instalações. “Acho um lugar bonito, mas é muito perigoso para as mulheres, nunca vou sozinha.” disse uma adolescente de doze anos na entrevista. (MORAES et al., 2021, p.10)

“Toda essa formação imaginária que contorna a Fazenda Colubandê pode ser compreendida principalmente pela sensação de insegurança que o espaço oferecia desde o momento que foi abandonada.” (MORAES et al., 2021, p.10).

Dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) mostra que as ocupações das UPPs nas comunidades iniciaram em 2008, tendo o desligamento do CPAM na Fazenda Colubandê, para ser realocado para o Complexo do Alemão em 2012. E os números de registro de ocorrência só voltaram a diminuir a partir de 2017 (**GRÁFICO 1**), a volta do CPAM não bastou para dar um novo e seguro significado para o esse espaço, processo que ocorrerá de forma gradual, assim como sua volta nas instalações, a partir da volta da segurança desse patrimônio e suas áreas de influência (**MAPA 3**).

Gráfico 1 - Registro de ocorrências em São Gonçalo (2011-2019)



Fonte: Instituto de Segurança Pública (2021 *apud* MORAES et al., 2021).

O retorno de uma área militarizada no espaço da Fazenda Colubandê tira um pouco do sentimento de insegurança em suas áreas de influência (**MAPA 3**) e agora a “destruição, as pichações, as camisinhas usadas e o esgoto correndo a céu aberto, antes ocupantes exclusivos, agora dividem a Fazenda Colubandê com a determinação e o amor dos seus vigias.” (JR, 2017, p.1).

Essa problemática que ocupava o espaço a Fazenda, é resultante das ações da violência urbana nessas áreas, mesmo que em uma escala menor em relação a outros bairros do município que também foram impactados pelo processo de realocação das unidades policiais da Região Metropolitana para a cidade do Rio de Janeiro e influenciaram nessa escalada do índice de violência em São Gonçalo (CESEC, 2018).

A presença da violência urbana nas áreas de influência da Fazenda, eram caracterizadas como assaltos, marginalização do espaço, tráfico de drogas, além de relatos de assédio e estupro que aumentaram em todos os espaços opacos do município e obviamente esse aumento respingaria em áreas que não participam da dinâmica de espaços luminosos, áreas ignoradas pelo Estado, como

as dependências da Fazenda no momento que se configura como um ciclo poliesportivo abandonado pela instituições responsáveis.

Figura 4 - Área interna da Fazenda depredada (2016)



Fonte: Extra, 2016.

A falta de manutenção e presença da violência urbana fazia parte do cotidiano da Fazenda nesse momento de abandono, tendo seu espaço ocupado por isso e foi o suficiente para produzir um fator de repulsão para a maioria da população que frequentava esse espaço, que já se encontra em uma área opaca de seu bairro.

A Capela de Sant'Anna teve a estrutura de madeira que formava o altar roubado, em fevereiro, e em agosto de 2015, o mobiliário, lustres, torneiras, disjuntores e peças seculares também foram roubadas. “É triste ver um dos maiores símbolos da nossa cidade completamente abandonada. Temos que agir rápido para não deixarmos a nossa Fazenda Colubandê sumir literalmente do mapa”, garantiu Diney. (O SÃO GONÇALO, 2017, p.1).

Mary Aguiar, moradora dessa área, mostrou sua preocupação ao desejar que a Fazenda volte a ter sua manutenção em dia e tenha uma utilidade para a população, já que estão carentes de áreas de lazer (EXTRA, 2016).

No ano de 2021 as unidades do CPAM já se encontram devidamente instaladas, efetuando as reformas nas dependências da Fazenda e mantendo a segurança local, o que impacta em suas áreas externas e internas. Chega-se à conclusão que a Fazenda Colubandê se encontra como um local mais seguro do que os últimos anos e em troca disso, tornou-se burocrático para utilizar boa parte do seu espaço, o que pode ser visto como uma ação excludente de um espaço de lazer e vivências, mas é louvado pela justificava da volta da segurança.

O CPAM estar presente nas instalações da Fazenda influência diretamente suas dependências e também o Colubandê. Em contrapartida, deixa a reflexão que o direito de frequentar espaços de lazer e vivências pode ser tido como uma utopia, já que se não for perigoso, é difícil de ser acessado. Com isso a população, que tem capital para isso, recorre aos videogames e Shopping.

1.3.1 A Fazenda e seus processos transformativos

Desde o século XVII o espaço geográfico da Fazenda Colubandê passa por processos transformativos através de diferentes agentes que a ocuparam e foram responsáveis por suas instalações. Esses vários processos a modificaram, produzindo novas funções, o que impactou na significação que este espaço tinha para a comunidade. Por ter sido propriedade de várias pessoas e grupos diferentes, teve destaque na arquitetura, além da importância durante o desenvolvimento do Colubandê e do município de São Gonçalo.

Quadro 1 - Periodização dos processos transformativos da Fazenda Colubandê

Século XVI	Ainda não haviam registros, elementos culturais só surgem nessa colina após o próximo século.
Século XVII	Começa a construção do Engenho Colubandê por Catarina Siqueira nessa sesmaria doada por Gonçalo Gonçalves. Comprada ainda em construção por Duarte Ramires de Leão, o engenho ganhou destaque pelo uso da policultura. Ainda neste século serviu como refúgio para judeus perseguidos em outros países.
Século XVIII	Teve seus herdeiros perseguidos e foi confiscada pela Inquisição. Espaço entregue aos jesuítas.
Século XVIII	Passa por uma reforma barroco-rococó.

Século XX	Serve de residência dos descendentes do Coronel Belarmino Siqueira, IPHAN e INEPAC a tombam como patrimônio histórico e é ocupada, em dois momentos, como sede policial no fim do século.
Século XXI	Momento em que é retratada na pesquisa, século que passa pelo seu abandono e, depois, volta a servir como sede do CPAM.

Fonte: O autor, 2023.

A Fazenda Colubandê passou por muitos processos transformativos e assim como as formações urbanas pesquisadas por Lefebvre (2001), ela conheceu sua ascensão e seu declínio como um espaço em disputa. Precisa-se entender que a história que vemos e vivemos, é resultado dessas ações que ocorrem nos espaços em um determinado tempo. Dessa forma, a história de São Gonçalo e da Fazenda, está materializada em sua paisagem, viva nas memórias e representações da comunidade que a frequenta, ou já frequentou (ABREU, 1996).

Todos esses processos transformativos que passa a Fazenda, desde sua criação, como espaço socialmente produzido, traz uma sucessão de modificações em seu espaço e paisagem, dando novas funções e significados, resultando nessa acumulação desigual na memória de cada pessoa que já esteve em contato, de qualquer forma, com a Fazenda e suas áreas de influência (MAPA 3).

Compreende-se que o espaço da Fazenda foi arruinado durante seu processo de abandono, ali encontrava-se apenas suas rugosidades. O que havia, além disso, era a banalização desse espaço abandonado, movimentação que abriu margem para a violência urbana adentrar suas áreas, diluída em tráfico, assalto, assédio e estupro. O desfecho desse momento foi a representação de um lugar de repulsa na memória de quem não frequenta mais este espaço por medo, provocando um desprestígio no passado do Fazenda.

O século XVII é onde aparece o primeiro documento, representando as relações que construíram a paisagem e o espaço da Fazenda Colubandê, sua primeira transformação, do que antes era uma apenas uma colina. Um espaço não habitado. A partir dessas primeiras relações com o meio e os indivíduos, surge os inúmeros momentos culturais, cheio de significação variada pelo tempo e espaço (CHAUI, 1983).

Esses processos transformativos podem ser qualitativos ou quantitativos no que se desenvolveu a Fazenda, transformando o que restou da natureza, tornando-se artificial, o que, dentro das áreas de influência (**MAPA 3**), participou diretamente na construção cultural dos(as) que tinham contato com esse espaço. Aquela antiga colina tornou-se uma paisagem cultural, deixando resquícios das culturas que por ali passaram em seu espaço, a partir de somas e subtrações sucessivas de quem detinha este espaço para si.

A Fazenda seguiu passando por vários processos transformativos, principalmente no Brasil Colônia, o que reforça ainda mais a identidade desse patrimônio.

Com essa troca excessiva de responsáveis pelo espaço, de culturas diferentes, a Fazenda recebe novas funções e significados, trazendo uma nova ordem a esse espaço, relacionando passado e presente em suas formas. Com os significados estabelecidos, cria-se as formas de mundo a partir do espaço, expressando cultural e socialmente, os resultados sobre o espaço vivido, percebido, sentido amado ou rejeitado.

Ao observar a paisagem como um acúmulo desigual de tempos, com seus vários significados e rugosidades (SANTOS, 2006), nota-se que há formas que combinam, assim como há as quais não combinam, que a partir do processo histórico que ocorreu, dando sentido aos objetos que estão presentes, essa dinâmica historiciza a Fazenda, levando-a ser tombada pelo IPHAN e INEPAC nos meados do século XX.

A obsolescência chega aos objetos presentes no espaço, mesmo que em uma hora sua existência teve sentido e significado, um dia se tornará inadequado as funções impostas no espaço, podendo ser abandonado, pois não há como destruir todas as formas que perderam seu significado através de novas funções, muitas dessas novas funções, surgem com processos de revitalização, que

(re)introduz algumas qualidades urbanas, acessibilidade ou centralidade a área da Fazenda, o que provoca mudança no valor da área, seja ele a nível econômico, que não é o caso; a nível cultural e a nível paisagístico e social, que mais se encaixa nesse caso, onde temos a (re)valorização da produção de espaços públicos. (MOURA; GUERRA; SEIXAS; FREITAS; 2006). O painel de Djanira, na casa principal, substituição do chão e a implantação bosque da saudade, fazem parte do processo de transformação dessa paisagem, dando um novo significado a esse espaço e revitalizando-o. (MORAES, 2019, p. 44).

Espaços de lazer e vivências coexistem com o patrimônio da Fazenda Colubandê, passando, durante muito tempo, por processos de sucateamento, sujeitos a vândalos e falta de manutenção, tornando-se muitas vezes, inacessíveis, devido a realocação das unidades do CPAM.

Quando Sergio Cabral desativou o Batalhão florestal, o município recebeu a autorização provisória para ocupar o espaço, que acabou por passar por momentos de abandono, como vimos nos trechos de reportagens no capítulo anterior (O São Gonçalo, 2017) – de quem deveria cuidar da manutenção do espaço e da sua paisagem – e de apropriação de circuitos jovens urbanos. Assim, aquele espaço antes produtivo, se torna um espaço de medo, rejeição, aberto a criminalidade - “Marco da arquitetura colonial brasileira, Fazenda Colubandê é invadida e saqueada” (ARAÚJO, 2015), transformando-se em uma paisagem cujo a população rejeita ou não valoriza. (VASQUES; MENDES, 2005, p.256). No local teve um serviço de policiamento precário, apenas dentro das dependências da Fazenda, o que dava margem para qualquer atividade ilícita nas suas redondezas, fazendo disso um espaço de medo. Na parte da manhã e tarde, temos a apropriação desse espaço por jovens praticando esportes ou paquerando, na parte da manhã temos os idosos fazendo sua caminhada e a noite o número caía bastante devido a marginalidade e falta de iluminação. (MORAES et al., 2021, p. 47).

Considerando Magnami (2005), pode-se representar as experiências dos circuitos jovens urbanos ocupando o espaço da Fazenda, enquanto segura, de maneira coletiva, com características distintas, em seu tempo livre, vivenciando e fazendo-a de ponto de encontro, conflitando a paisagem, compartilhando e se apropriando desse espaço. Esse processo é interrompido e, ainda hoje, encontra sequelas, como uma história incompleta da burguesia, onde há essa lacuna servindo como fator de repulsa para frequentar esse espaço.

A Fazenda Colubandê, adquire, como uma forma simbólica, diversos sentidos, transmitindo seu valor e o do grupo responsável pelas suas dependências, onde estão as relações de poder, afirmando a identidade do mesmo. Todo processo transformativo que ocorre nesse espaço valoriza seu valor de troca, fabricando uma nova identidade, substituindo a história, ignorando o fato de que já foi um espaço de lazer e vivências, além de um patrimônio histórico.

Deve ser considerado o fato de o lazer ser negligenciado, principalmente pela burocratização-elitização desses espaços, que massacra a ideia de o lazer ser apresentado como um elemento central da cultura. Sendo a Fazenda um ótimo exemplo de um espaço onde vemos a necessidade do desenvolvimento das relações sociais, principalmente para a camada mais periférica da sociedade.

Ocorre durante essas transformações socioespaciais, que constroem e reconstroem o espaço da Fazenda Colubandê, processos do cotidiano que modificam a qualidade da vida urbana, colocando-a como mercadoria em ações excludentes dos espaços (HARVEY, 2012). Necessidades urbanas a partir do consumismo cultural para o estetismo, tendo seus atos justificados a partir de suas ações dentro das relações do poder do espaço, ignorando a significação do humilde habitante (LEFEBVRE, 2001).

Essas transformações passam por interpretações particulares dentro da perspectiva de cada pessoa, considerando como estas as atingem, como a violência urbana, que atinge cada

um dentro da sua singularidade de etnia, gênero, identificação ou orientação. Essa acumulação desigual no social, mostra que as camadas menos favorecidas da sociedade, vão se encontrar em repulsa com este espaço, mesmo agora estando seguro, devido a essa representação a partir da experiência que tiveram com o espaço à deriva.

Vários processos ocorrem dentro do âmbito socioespacial da Fazenda, deixando suas rugosidades, grafando o espaço e paisagem, oferecendo diferentes experiências a quem entrava em contato com suas áreas. Notemos isso na própria arquitetura restante, com um amontoado de algumas culturas. O ato de pré-conceber o espaço em nossa imaginação, através dessas interpretações na memória, está intrínseco na sociedade, trazendo elementos específicos.

Todo esse acúmulo que se manifesta de forma desigual no espaço da Fazenda Colubandê, acontece de forma diversa entre a população, influenciando em aspectos diferentes individualmente, considerando sua área de contato e suas particularidades.

Os processos transformativos que ocorrem de forma continuam, geram novas representações que resultam nessa diferenciação em como a comunidade irá ter o espaço da Fazenda em sua memória e como essa lembrança será compartilhada para outras pessoas, influenciando-as nessa relação, mostrando-se a partir de acúmulos desiguais também no mental.

As pessoas que vierem a ter contato depois, terão um primeiro contato influenciado por essa desigualdade mental e essa desigualdade ficará explícita no espaço a cada nova função, estando o ideal da Fazenda Colubandê articulado com o social e o mental, além do real que se constitui a partir das práticas do Estado.

Esses acúmulos são oriundos do acúmulo desigual de tempos, com suas rugosidades explícitas, influencia a interpretação e o contato da comunidade com o espaço da Fazenda.

Essas interpretações a partir das novas funções e significados que a Fazenda Colubandê recebeu em seus últimos processos transformativos, serão revistas a partir das discussões dos próximos capítulos, para buscarmos compreender seus desdobramentos, como a presença da violência urbana e a recente territorialização da Fazenda, e seus impactos na dinâmica urbana local, como sua relação com as subdivisões usuais (**MAPA 5**).

2 A REPRESENTAÇÃO DE UM CICLO POLIESPORTIVO ABANDONADO

A partir de um dos processos transformativos mais recentes, que impactou diretamente a representação que se tem da Fazenda Colubandê, com recorte entre 2012 e 2017, as unidades do CPAM que usavam a Fazenda como sede, foram realocadas para as UPPs na cidade do Rio de Janeiro e apenas no segundo semestre de 2017 foi anunciado a volta de forma gradativa destas unidades.

O local está abandonado, desde 2012, quando o Batalhão de Polícia Florestal e do Meio Ambiente (BPFMA), que funcionava na área, foi transferido para o bairro de Bonsucesso, no Rio de Janeiro. O secretário garantiu que iniciará o processo de licitação. (O SÃO GONÇALO, 2017, p. 1).

Com esse movimento de reposição das unidades policiais da Região Metropolitana para a cidade do Rio de Janeiro, muitos espaços opacos metropolitanos acabaram sendo impactados pela evasão da violência urbana da capital, pois se refugiava nesses espaços periféricos. Dessa forma ocorreu ocasiões suficientes para que fosse formado uma margem em que a violência urbana pudesse entrar em espaços sistematicamente abandonados, como o da Fazenda Colubandê. Assim, consolidou-se a representação de um ciclo poliesportivo abandonado, que tomou conta desse espaço, afetando sua área como um todo, tendo a comunidade sendo impactada mesmo sem frequentar suas dependências, mas ao passar diariamente em suas áreas de influência externa.

A representação é o mundo construído na dialética da imagem e da fala. Vimos que a imagem surge no campo da sensopercepção, e a fala surge no campo da tradução intelectual dessa imagem, e que ambas estão inscritas no conceito. A representação é o produto da transcodificação que se estabelece entre imagem e fala dentro do conceito na qual a imagem se exprime através da fala e a fala codifica e dá voz à imagem. Assim, na representação; é pela fala e pela imagem que o mundo se apresenta. E é por meio delas que se faz presente. De modo que mundo é a imagem e a fala com que o representamos ao fazermos intervir e o sentido da significação no conceito. (MOREIRA, 2008, p. 107)

A imposição dessa configuração está atrelada com o tempo, estando presente nessa representação “que resulta da nossa relação intelectual com a realidade sensível, o real sensível traduzido como construção do intelecto através do conceito. Daí dizemos que é uma representação.” (MOREIRA, 2008, p.106). Com a hierarquia de poder determinada pelo contexto político e controlando essa reposição das unidades responsáveis pela manutenção e

segurança da Fazenda. A natureza das relações de poder se encontra no conforto dessa imposição, constituída pelas práticas displicentes do Estado.

A Fazenda como um lugar de vivências pelas pessoas que frequentam ou participam do movimento de ir e vir no cotidiano, é um espaço vivido. Dito isso, representações são criadas e fora também, até em vivências com menos contato. Sentimentos representados, que podem se modificar sem que o espaço acompanhe essa alteração “e o inverso também é verdadeiro: alterações materiais podem não alterar a imagem de lugar” (SOUZA, 2013, p.36).

Desenvolvendo o entendimento acerca dos processos transformativos que a Fazenda passou ao longo da sua existência, podemos ver que essa ação impactou as áreas deste espaço, refletindo na representação que as pessoas têm da Fazenda até depois da volta das unidades do **CPAM** ser concluída e territorializarem o espaço.

O passado recente influencia e muito na representação da simbologia que a sociedade tem da Fazenda Colubandê, pois esse espaço é um símbolo repleto de significados que “emergem das experiências mais profundas que se acumularam através do tempo.” (TUAN; 1980, p.166) e os processos que ocorreram nesse espaço distorcem a realidade, causando um conflito entre as perspectivas que existem sobre esse local. (MORAES et al., 2021, p. 5).

Esse processo de abandono estabeleceu nessa representação a presença da violência urbana, do medo, da repulsa. O uso das dependências da Fazenda, nesse momento, vai ser em papel do que essa necessidade urbana lhe guardou, “o espaço não é uma simples tela de fundo inerte e neutra (SANTOS, 1977, p.89).

Isso foi problemático como um todo, não só por estabelecer essa dinâmica desleixada no espaço da Fazenda, minando um espaço de lazer e vivência em uma cidade que acompanha o avanço das técnicas, como internet e *shoppings centers*, mas também pelo fato de sua área externa fazer parte do percurso cotidiano de muitos moradores das áreas adjacentes. Lefebvre (2001) aponta que processos transformativos como esses, modificam a realidade, um espaço onde acontecem essas interações de forma complexa, o espaço passa por esses processos de forma contínua, perpassando por diversas relações, onde não há de se compreender sem as instituições que participam das relações de poder.

Em Moraes *et al.* (2021), é analisada a dinâmica de redefinição da memória, onde estará a representação que temos do espaço geográfico, que se renova a cada 15 anos, esquecendo o que já foi passado, então podemos refletir que, a cada geração temos a memória redefinida do espaço da Fazenda, logo, esse momento de abandono, esse passado recente, ainda está presente

nas rugosidades desse espaço, sendo diferenciado, de forma geracional, a partir da perspectiva gerada por esse processo.

Pode-se refletir a partir da leitura de Santos (1977) que cada geração tem sua representação dos espaços redefinidos devido aos tipos históricos já definidos, principalmente ao considerar suas problemáticas, onde não há um consenso geral entre elas, mas sim que cada uma ocupa um período do tempo que lhe cabe, junto ao seu contato com o espaço

E como já foi dito durante o texto, essa percepção tende a ser diferente doravante a particularidade de cada indivíduo.

Confeccionei durante meu trabalho de conclusão de curso em Geografia (MORAES, 2019), uma pesquisa interativa com pessoas de gerações diferentes, na intenção de alcançar seu panorama acerca do que sente em relação ao espaço da Fazenda.

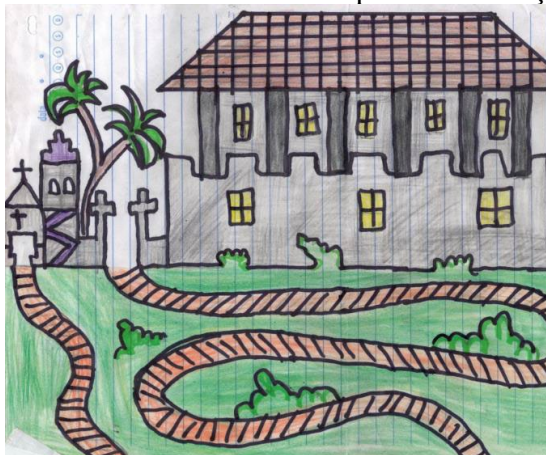
O público alvo dessa primeira parte tinha a média de 14 anos, onde participaram de uma atividade em sala de aula em escolas que leciono Geografia. Nessa atividade, onde estava sendo abordado o assunto sobre patrimônios históricos e espaços relevantes para a história da cidade de São Gonçalo, foi pedido que expressassem, de forma livre em uma folha, o que entendiam como a Fazenda Colubandê, que integra a realidade da grande maioria dos estudantes da região. Essa parte dos entrevistados apenas tiveram contato com a representação da Fazenda como um ciclo poliesportivo abandonado, já que eram novos quando as unidades do CPAM foram realocadas.

Desenho 1 - Desenho feito por uma criança de 14 anos



Fonte: MORAES, 2019.

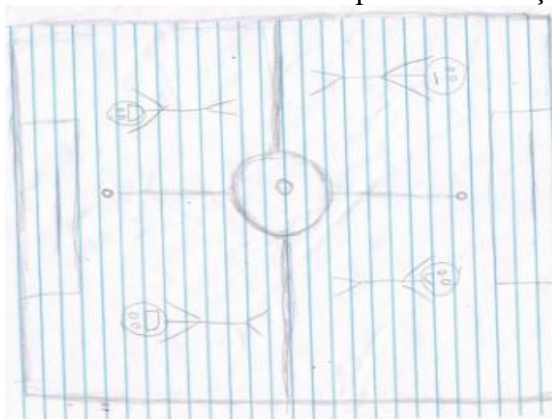
Desenho 2 - Desenho feito por uma criança de 15 anos



Fonte: MORAES, 2019.

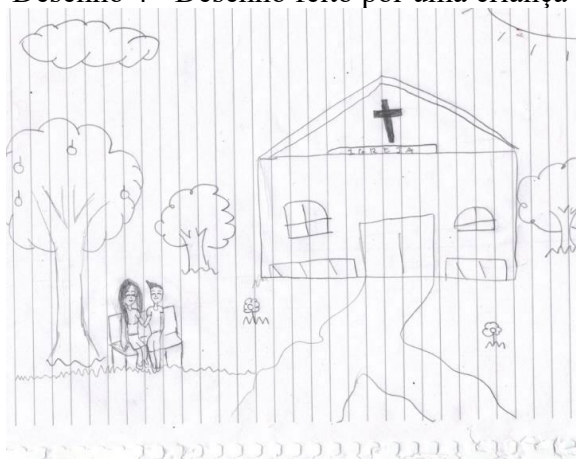
Nessas primeiras perspectivas apresentadas, nota-se uma interpretação histórica da Fazenda quando o aluno faz uma alusão às relações de um sistema escravocrata que existiu neste espaço, com suas rugosidades fixadas por lá, abaixo do casarão, onde funcionava como senzala. Também somos apresentados a uma perspectiva que leva em conta a paisagem da Fazenda, podendo ser observada quando passamos pela RJ-104 (**MAPA 4**), ou pelo entorno da Fazenda, em suas áreas de influência (**MAPA 3**), esse panorama pode ser alcançado até mesmo sem ter contato com o espaço de forma direta.

Desenho 3 - Desenho feito por uma criança de 13 anos



Fonte: MORAES, 2019.

Desenho 4 - Desenho feito por uma criança de 12 anos



Fonte: MORAES, 2019.

Com esses desenhos expostos aqui, pode-se observar um bom exemplo sobre a perspectiva dentro da particularidade de cada indivíduo, aqui notamos um panorama que leva em conta as relações culturais do espaço da Fazenda, como um espaço de lazer e vivência, no interior das dependências deste espaço, uma representação tranquila de pessoas que provavelmente já frequentaram a Fazenda ou conhecem pessoas que frequentam.

Nessa atividade, alguns alunos (as) optaram por se expressar de forma escrita sobre o que sentiam quando ouviam falar sobre a Fazenda, segue abaixo alguns trechos retirados da entrevista:

‘Quando penso em ‘Batalhão’, lembro do ‘Batalhão do Colubandê’, por onde se passou muita história, onde escravos sofreram e onde hoje é um lugar de lazer, penso em militares correndo e fazendo exercícios, parques muito bonitos e lugares onde ocorrem ou se preparavam para batalhar.’ – 14 anos. (MORAES, 2019, p. 63).

O ‘Batalhão Florestal’ é um lugar muito antigo e grande, lá tem várias árvores e tem bastante mato, pois está abandonado.

Este ‘batalhão’ é um patrimônio de São Gonçalo, sendo que o governo não dá valor, ele está abandonado hoje em dia, porém o governo vai lá algumas vezes pintar e organizar, por exemplo: no natal.

Faz muito tempo que não vou lá, não sei como estão as condições dentro do ‘batalhão’, não sei se pode entrar ou não, só sei que as vezes tem campeonato de futebol na quadra do lado do ‘batalhão’.’ – 13 anos. (MORAES, 2019, p. 63).

‘O ‘batalhão’ é um lugar grande com muitas árvores e que antigamente eu frequentava quase sempre. Mesmo sendo um patrimônio histórico de São Gonçalo, a prefeitura quase nunca reforma as coisas que se destruíram com o tempo e pela falta de cuidados das pessoas que frequentam no máximo a prefeitura pinta uma vez por ano e olhe lá... sempre que eu passo ali em frente vejo as paredes pichadas, uma vez o meu irmão foi assaltado lá. Um lugar que foi tão importante para a evolução de São Gonçalo está simplesmente ‘largado’ por conta do descaso da prefeitura.’ – 13 anos. (MORAES, 2019, p. 63).

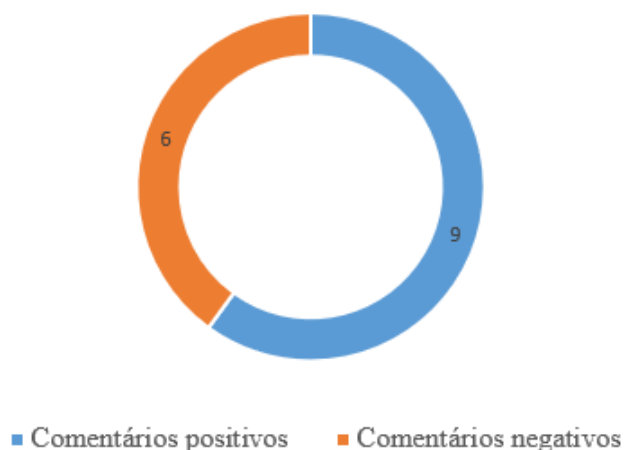
‘Bom, esse lugar chamado ‘Batalhão Florestal’, é um dos piores lugares por aqui, pois lá só tem drogado. Gente roubando ou até pessoas levando outras para estuprar.

Toda vez que você fala esse nome para alguém as pessoas só falam mal, pois lá só tem coisas que em nenhum lugar devia ter, porque o ‘batalhão florestal’ é um lugar medonho de se passar.’ – 15 anos. (MORAES, 2019, p. 63).

“O ‘Batalhão Florestal’ ou a Fazenda do Colubandê era uma instalação onde senhorios de escravos e escravas (é óbvio) habitavam. Atualmente esse local é ocupado pelo batalhão da polícia militar de São Gonçalo onde várias pessoas passam por lá como um modo de lazer, pois tem campos de futebol, vôlei, pista de corrida e outras coisas que eu não lembro. Além disso, ainda existe as instalações onde os escravos ficavam, hoje é um monumento histórico, mas esquecido.’ – 14 anos. (MORAES, 2019, p. 64).

Em 15 trechos, 9 foram comentários positivos, em relação à relevância do espaço para a cidade e 6 foram comentários negativos (**GRÁFICO 2**), com apontamentos referentes à falta de manutenção e segurança do espaço, vistos como fatores de repulsão.

Gráfico 2 - Comentários sobre a Fazenda Colubandê (1)



Fonte: O autor, 2019.

A presença da violência urbana no espaço da Fazenda torna-se evidente nos relatos das crianças que participaram da atividade e optaram por escrever suas representações. Representações estas, que irão influenciar em outras, sendo barradas apenas pela volta das unidades do CPAM e o contato com o espaço por outras pessoas. Sem contar com a parte da redefinição da memória e questão geracional, como já foi falado anteriormente.

Através do tempo e espaço da Fazenda, a violência esteve consolidada e estruturada, em ambos os lados da lei e até os mais novos conseguiram analisar isso a partir do recorte histórico e da questão do abandono. Nesse momento foi explícito as práticas ilegais neste espaço, através das suas rugosidades exibindo as depredações, preservativos usados espelhados pelo chão e restos de drogas, sem contar com o que não pode ser visto, apenas falado, como os relatos de assédio e estupro.

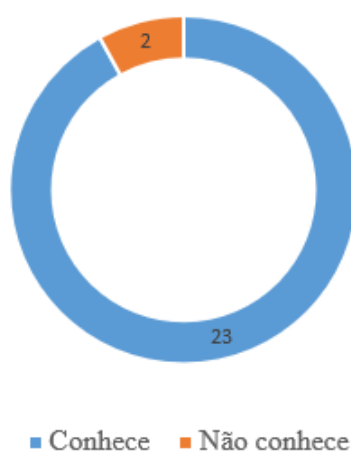
O crime pode ter amansado nas áreas das UPPs na cidade do Rio de Janeiro, mas não sucumbiu, o que explica o aumento das suas ações em outros espaços da Região Metropolitana, um deslocamento para os espaços opacos dessa região, impactando firmemente a periferia e suas áreas negligenciadas, como este objeto de estudo.

Essa primeira atividade com os alunos e alunas serviu para analisarmos a representação que os mais novos têm sobre o espaço que vem sendo apresentado, mostrando a relevância de se ter uma instituição responsável como o CPAM em suas dependências, além de trazer a reflexão sobre o sentimento de repulsa que se tem desse espaço mesmo em um momento que não está mais abandonado, tamanho trauma social produzido pelo momento de abandono. Essas representações relatadas participam da produção da memória que se tem da Fazenda, envolvendo vários significados vindos das necessidades urbanas, principalmente, nesse recorte do abandono, que foi o mais recente e impactou negativamente. Esse impacto, é claro, é potencializado a partir da particularidade do indivíduo, fomentando na produção dessa representação.

A representação da Fazenda como um espaço simbólico passa por essa produção de significados através da memória que se tem desse espaço.

No segundo momento dessa pesquisa, 25 pessoas, com 23 anos em média, que moram próximas ao Bairro do Colubandê foram perguntadas sobre já ter entrado em contato com o espaço da Fazenda, dentre estas, apenas 2 não tiveram essa experiência.

Gráfico 3 - Contato com a Fazenda Colubandê (1)



Fonte: O autor, 2019.

Poucas pessoas que responderam de forma positiva, na época, ainda ocupavam a Fazenda como um espaço de lazer e vivências, algo que era comum desde o seu primeiro

contato, bem cedo, produzindo uma tradição de ocupação desse espaço, já que a Fazenda Colubandê havia sido um destino de trabalho de campo para as escolas da região, o

que é muito importante para a construção social do aluno que mora na região, entendendo essa identidade e o que a Fazenda já significou um dia para São Gonçalo e o Rio de Janeiro; outros frequentavam para atividades físicas ou em época de escola para paquerar ou praticar algum esporte; a grande maioria lembrou do abandono e perigo constante sem o policiamento, um dos motivos porque não vão mais, alguns continuam praticando suas atividades mesmo com abandono que ocorreu anos atrás. Maiores motivos para não frequentar foram a falta de vigilância/abandono e a falta de tempo do entrevistado. (MORAES, 2019, p. 66).

Ao refletirem sobre a significação da Fazenda, os entrevistados que a conheciam levantavam a pauta sobre sua importância como patrimônio histórico e citavam relances sobre lembranças desses trabalhos de campo. As críticas ao momento de abandono eram normais, pois apenas ocupando os espaços da Fazenda para compreender a volta, que aconteceu de forma gradual, do CPAM.

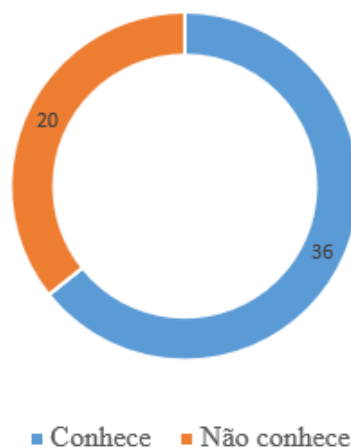
A representação da Fazenda que perpassa por esses comentários é oriunda da produção de significações a partir da memória coletiva, que vai ser influenciada perante os processos transformativos que este espaço sofre durante seu processo de produção social. Essa perspectiva existente sobre a Fazenda faz parte das

marcas nas relações socioespaciais e, além disso, a violência e o medo assombraram a consciência e as opiniões dos moradores (DUVIGNAUD; 1974). Os maiores motivos relatados para não frequentar a Fazenda foram a falta de vigilância, abandono e falta de tempo do entrevistado(a). (MORAES; 2021 et al., p. 8).

Essa conservação da memória do espaço representa os tempos que se foram, o agora e o que está a vir da Fazenda, a partir das suas particularidades e do poder estruturado em suas áreas (CORREA, 2007).

Uma outra pesquisa também foi produzida na mesma dinâmica da que foi apresentada acima. Nesta segunda, a média das idades estava em 14,1. Logo, estes, neste momento que participaram dessa atividade, tiveram contato com a Fazenda com as unidades do CPAM presentes e mesmo assim notaremos semelhanças em suas representações com o grupo da primeira pesquisa, dessa mesma faixa etária, “exatamente por ser um processo que afetou essa geração de adolescentes.” (MORAES et al., 2021, p.8).

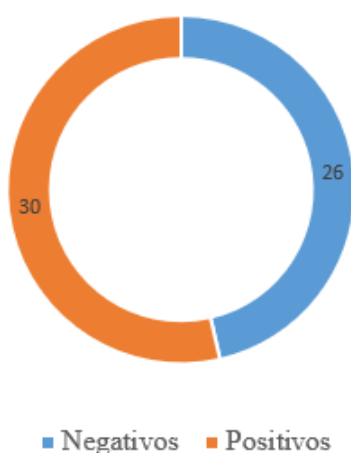
Gráfico 4 - Contato com a Fazenda Colubandê (2)



Fonte: O autor, 2021.

Cerca de 64% dos entrevistados nesta segunda pesquisa, já tiveram contato direto com a Fazenda Colubandê. Destes 56 entrevistados (as), vemos um aumento no número de comentários negativos (**GRÁFICO 5**), até se formos comparar com os outros gráficos apresentados. Uma representação construída através dos impactos causados nessa geração que acompanhou o processo que deixou a Fazenda como um espaço em situação de abandono e marginalizada. Deve-se considerar essa representação através da troca de experiências com quem tem contato com este espaço e com a dinâmica urbana no cotidiano, para refletirmos sobre os impactos da violência urbana se territorializando nos espaços negligenciados pelo Estado. Sujeitando espaços opacos à marginalização.

Gráfico 5 - Comentários sobre a Fazenda Colubandê (2)



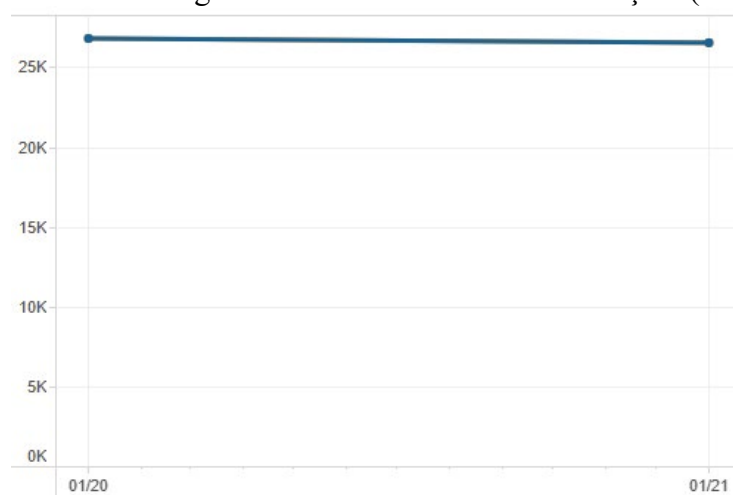
Fonte: O autor, 2021.

Tamanha proporção dos comentários negativos sobre a Fazenda, mostra a falta de informação sobre a volta do CPAM a este espaço, pois, desde que voltou, mesmo que de forma gradual, operações necessárias como a manutenção do espaço e sua segurança também foram retornando, como já foi apresentado durante o texto. Isso não foi o bastante para que essa representação que causa medo e insegurança fosse desconstruída, como em relatos como este: “‘acho um lugar bonito, mas é muito perigoso para as mulheres, nunca vou sozinha.’ disse uma adolescente de doze anos na entrevista.” (MORAES et al., 2021, p. 10).

Pelo momento em que passou o espaço da Fazenda, que durante sua história foi um lugar de afeto e vivências para muitas pessoas que o conheciam, passar por esse processo de abandono fez com que este espaço agora estivesse em situação de rejeição, enquanto sua estrutura era marginalizada, suas marcas reproduziam medo para quem entrava em contato com essa dinâmica urbana, impactando em diferentes aspectos sociais para além da questão geracional.

A incerteza sobre o espaço da Fazenda resulta nesse imaginário que o contorna mesmo após estar passando por outro processo transformativo, depois do que resultou em seu abandono. Dados como os do ISP (**GRÁFICO 1**) oferecem uma boa ilustração do que vem sendo retratado nessas entrevistas dos anos de 2019 e 2021, onde notamos uma relação conflituosa entre as representações em um recorte geracional, inclusive com os números de registro de ocorrência se mantendo abaixo dos últimos resultados divulgados (**GRÁFICO 6**).

Gráfico 6 - Registro de ocorrências em São Gonçalo (2020-2021)



Fonte: Instituto de Segurança Pública, 2023.

Como foi dito no capítulo 1.3, as ocupações das UPPs começaram em 2008, realocando as unidades do antigo BPFMA, em 2012, para a cidade do Rio de Janeiro. Processo que negligenciou as dependências da Fazenda Colubandê até 2017 e impactou a representação que vem sendo analisada deste espaço.

Essa marginalização que ocorre após o abandono da Fazenda produz condições que modificam este espaço através do medo da violência urbana que já havia se consolidado pelas áreas não ocupadas pelas UPPs, como a deste espaço.

Por mais que o grau de violência urbana pesquisado quando se trata das áreas de influência da Fazenda seja menor do que em outros bairros gonçalenses, deve-se permitir a reflexão a partir dessa conceituação da escala geográfica para que seja alcançado o objetivo de discutir a relevância populacional do Colubandê para análise desses casos.

Em 2012, a geração mais velha entrevistada já estava na parte final da sua adolescência, tendo aproveitado bastante do espaço da Fazenda Colubandê com policiamento e manutenção em dia, por isso o sentimento nostálgico e coerência as críticas pelo abandono que afetava até quem não frequentava mais o espaço, mas precisava passar pelo seu entorno no cotidiano. Já as gerações mais novas, cresceram com a Fazenda tendo seu espaço representado por um ciclo poliesportivo abandonado, rendendo semanalmente notícias de crimes nas manchetes de jornais, como a procura por peças levadas da capela da Fazenda Colubandê (O GLOBO, 2017), tornando-se um local de repulsão, principalmente para essa geração. (MORAES et al., 2021, p. 11).

É importante que venha sendo sinalizado os graus de violência, pois é evidente que há escalas diferentes no município, mas a partir deste objeto de pesquisa vê-se que há impactos presentes na reconfiguração da dinâmica urbana das áreas de influência da Fazenda Colubandê, que afeta de forma abrangente no cotidiano de parte da comunidade, principalmente dessa área.

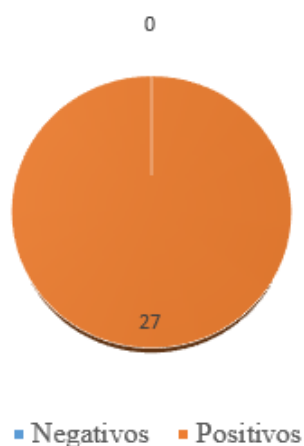
Refletindo com Souza (2013), compreende-se que a representação real da Fazenda é oriunda de um processo envolvido pelas relações de poder que disputam, ou a disputaram em algum momento. Essa situação é projetada no espaço e constituída pelas práticas do Estado que “envolve, não raramente, também o uso da violência como exemplificado por fenômenos como migrações forçadas após uma conquista militar” (SOUZA, 2013, p.102).

Uma série de realizações a partir desse processo transformativo mostra que o espaço da Fazenda passou por um momento de intensa redução do seu prestígio social através dessas modificações ao longo desses anos em que se viu como um ciclo poliesportivo abandonado, perdurando na representação de algumas pessoas até com a volta do CPAM.

Para efeito de comparação, foi produzido mais uma rodada de perguntas, agora em 2023, para complementar as que foram apresentadas acima. A primeira parte das entrevistas foi feito

em um projeto social no Bairro Almerinda, que faz divisa com o Bairro Colubandê, os entrevistados tem uma idade média de 12,7 e todos são meninos que ocupam espaços, como este projeto social, para jogar futebol, o que é possível nas dependências da Fazenda Colubandê.

Gráfico 7 - Comentários sobre a Fazenda Colubandê (3)

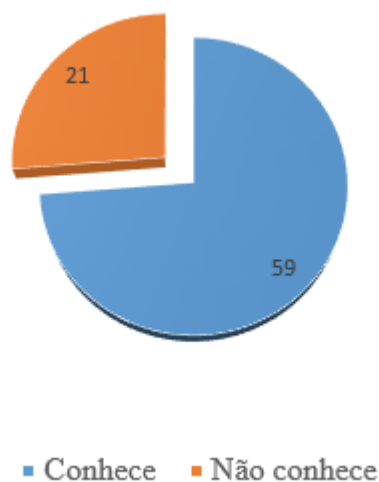


Fonte: o autor, 2023.

Foi listado um número de 27 comentários ótimos referente ao que acham sobre a Fazenda (**GRÁFICO 7**), mas durante o processo foi escutado muitos outros comentários além dos que estão sendo documentados neste gráfico, de outros meninos que também queriam participar da pesquisa. Deve-se levar em consideração a particularidade deste espaço entrevistado, onde a grande maioria são meninos de até 17 anos, que já aproveitam da ocupação do espaço da Fazenda, agora, de forma segura. Talvez a representação de um espaço violento se coloque mais perigoso ao considerar o gênero, mesmo estando seguro.

A segunda parte das entrevistas, foi desenvolvida através das redes sociais, com perguntas direcionadas a pessoas que conhecem São Gonçalo e teve 80 participantes, respondendo três perguntas simples.

Gráfico 8 - Contato com a Fazenda Colubandê

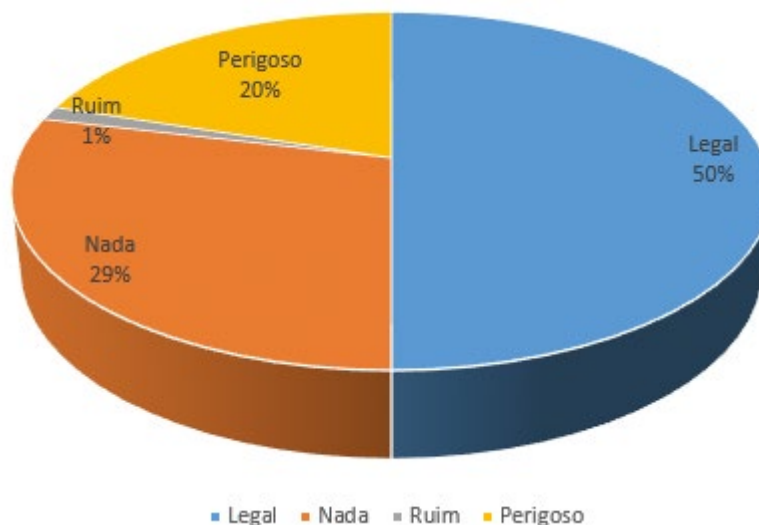


Fonte: O autor, 2023.

A primeira (**GRÁFICO 8**) mostra que 73,8% dos (as) participantes conhece o patrimônio da Fazenda, distante de alguns pontos da cidade e que se for analisar em uma perspectiva mais ampla, por exemplo, quem mora próximo a Baía de Guanabara e desenvolve sua vida por essa parte de São Gonçalo, pode ir para Niterói e Rio de Janeiro, por exemplo, dali mesmo e de forma bem rápida, sem a necessidade de conhecer o lado do Colubandê. E, mesmo assim, a Fazenda ainda é um ponto bem conhecido.

Na segunda (**GRÁFICO 9**) foi perguntado o que essas pessoas acham da Fazenda Colubandê, de forma simplista e direta com 40 pessoas que acham um espaço legal, 16 pessoas acham um espaço perigoso de se frequentar, 1 pessoa assinalou por achar um espaço ruim e 23 pessoas não conseguem emitir uma opinião dentre as opções em relação ao espaço da Fazenda Colubandê. Totalizando 24 apontamentos negativos sobre este espaço.

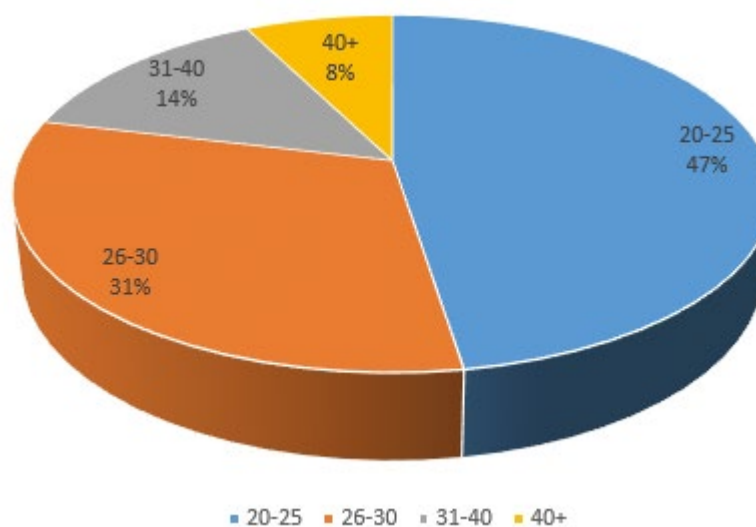
Gráfico 9 - Opinião sobre a Fazenda Colubandê



Fonte: O autor, 2023.

Para interpretar esses resultados acima, deve-se considerar a faixa etária (**GRÁFICO 10**) das pessoas que participaram.

Gráfico 10 - Faixa etária dos (as) participantes



Fonte: O autor, 2023.

Assim como em 2019, pode-se ver uma parte dos (as) adultos (as) ainda resistem quando se trata da sensação de segurança no espaço da Fazenda Colubandê, por mais que a maioria ache legal ou não consiga emitir uma opinião, ainda há uma parcela que acha perigoso ou ruim, frequentar o espaço da Fazenda Colubandê e não se sente confortável com a ideia de estar neste espaço, mesmo agora sendo um espaço seguro e territorializado, como veremos no terceiro capítulo deste trabalho.

Essas representações da Fazenda Colubandê são frutos da reprodução de significações que acontecem em seu próprio espaço através das práticas espaciais.

Entretanto, todas as práticas espaciais, repito, são sociais. Práticas espaciais são práticas sociais em que a espacialidade é um componente nítido e destacado da forma de organização, do meio de expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados. Toda prática espacial, assim como, mais amplamente, toda prática social, é uma ação (ou um conjunto estruturado de ações) inscrita nos marcos de relações sociais. Por isso é importante articular o conceito de prática espacial os de relação social e ação social. (SOUZA, 2013, p. 241).

Considerando todo o momento em que o espaço da Fazenda foi negligenciado, nota-se que a violência urbana se cristalizou pelas suas áreas, perpassando por essa reprodução de práticas espaciais. Um espaço reproduzido por desdobramentos dos processos transformativos apresentados, que passa a ser um espaço evitado devido a essa violência que esteve presente nessa disputa entre as relações de poder.

2.1 A Fazenda como produto, a ser evitado, da violência urbana

Como vem sendo analisando, essa representação da Fazenda Colubandê é oriunda da sensação de insegurança e repulsa, desenvolvida durante seu abandono, onde este espaço estava como um palco do conflito de disputa das relações de poder. As formas ilegítimas conseguiram adentrar suas dependências e assumi-las, já que se encontravam abandonadas e com isso lhe foi dada uma nova função, mesmo que não seja positiva. Assim a Fazenda é associada ao conceito de espaço com marcas impressas da sociedade, contendo as práticas sociais e suas reproduções em seus limites (CASTRO, 2000).

Pensando a Fazenda a partir de Castro (2000), refletimos o espaço não só como um instrumento político, ele não é só começo e o fim, serve também como meio, o vir a ser, é onde a reprodução de significações se engendram.

A dinâmica da produção social do espaço depende da sua relação com a sociedade, não há como o espaço ser discutido sem considerar os impactos na sua relação com a sociedade, uma relação socioespacial. Nessa relação, parte da sociedade subordina a estrutura do espaço através das relações de poder existentes nessa dinâmica, considerando as relações culturais, jurídicas e políticas. Essa relação está sujeita a sofrer modificações a partir de processos transformativos, determinado por ações contínuas entre os tempos, marcando o espaço,

resultando dos conflitos nessa dinâmica e participando na reprodução de significações que “impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais.” (CASTRO, 2000, p.35).

Durante essas ações entre os tempos, o prestígio do espaço varia por diversas razões, sejam econômicas, políticas, culturais, impactando de forma direta na relevância, podendo passar a ser ignorado e é aqui que surgem margens para outros poderes adentrarem este espaço. Pode-se notar essas ações que fazem o prestígio socioespacial variar na Fazenda quando deixa de ser um Engenho de sucesso ainda no contexto colonial ou quando se encontra em estado de abandono, como vem sendo analisado.

Essa negligência afetou o socioespacial, agora em um estado marginalizado, tendo impacto diversos em várias escalas a partir da perspectiva de quem observa cada evento proporcionado por essa dinâmica, já que, este espaço vê-se no perigo, pois “toda diminuição de poder é um convite à violência.” (CASTRO, 2000, p.78).

Em uma relação antônima entre os poderes legítimo e ilegítimo, reflete-se a partir da leitura de Castro (2000), que com a ausência do poder legítimo, a violência, através do poder ilegítimo, que sai da cidade do Rio de Janeiro e impacta o restante da Região Metropolitana, se cristaliza. Esse processo de consolidação da violência acontece através das práticas ilegais que se constituem pelos assaltos, tráfico, degradação da Fazenda, assédio e estupro.

São Gonçalo (RJ) - Marco da arquitetura colonial brasileira, a Fazenda Colubandê encontra-se degradada. No fim de janeiro, as portas da fazenda foram roubadas e os ladrões desmontaram o retábulo da capela da Sant'Anna, de 1740. Em função disso, a Justiça Federal, a pedido do MPF, determinou que o governo do estado e o Iphan assumam a administração e a recuperação do local. (NITAHARA; VIEIRA, 2017, p. 1)

Essas ações são consequências da reprodução de significações que também produzem o espaço e a repulsa que toma as áreas da Fazenda.

Já estivera por algumas vezes na fazenda. Mas me ocorrera uma ideia de algum espalhafato: ir até lá durante a noite. Sim, pois imaginara a elaboração de um roteiro turístico noturno contemplando tal ponto, uma espécie de imersão na realidade da escravidão, com o adicional da experiência à luz de tochas e velas – com direito a encenações, cantorias e tudo o mais. Assim, mesmo ciente dos riscos, pois o tráfico de drogas estava já espalhado por quase toda a São Gonçalo, e a fazenda, que já fora uma base da Polícia Florestal em tempos recentes, estava agora abandonada – lá fui eu para a minha aventura. (REACHERS, 2021, p. 1)

A instabilidade dessa área ocorre de forma legal e a longo prazo, dentro desse processo de re-territorialização do modelo centro-periferia, onde não só o Colubandê ou São Gonçalo, mas toda a periferia da Região Metropolitana foi impactada.

os conflitos constituem o elemento dinamizador da totalidade social, que resultam da necessidade objetiva dos grupos dominantes de manter e fortalecer sua posição de classe através dos processos de acumulação, sendo o espaço o instrumento material manipulado para consegui-lo (CASTRO, 2000, p. 244).

As práticas sociais são decisivas para a interpretação dos processos que ocorrem na Fazenda e são oriundos de processos históricos passados, mas que ainda impactam o espaço, depois de vários processos transformativos, aqui, temos as relações de poder estabelecidas como responsável por manter a relação conflituosa perpetuando a reprodução de significações, servindo para a manutenção de quem já detém o poder.

Esse movimento que molda a memória quando o indivíduo tem o contato, ou fica sabendo de algo que aconteceu nesse espaço em conflito, principalmente no estado de abandono que estava, retorna quando se aproxima de onde ocorreu as coisas que assustaram, ou quando presencia algo similar, sentindo a repulsa. Isso faz com o que a comunidade evite espaços que passaram por essa problemática. A utilização destes como aparelhagem de poder, consolidando as estruturas do Estado, mostra a contradição entre o interesse de quem detém o poder e a comunidade, ao justificar que algumas ações são para o bem de todos. Questiona-se para quem seria esse bem em um espaço que causaria medo e repulsa em cadeia.

Durante esse processo de realocação das unidades do CPAM, ocorreu uma espécie de efeito balão na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, pois com a instalação das UPPs, aumentando a pressão do poder legítimo em áreas antes ignoradas pelo Estado, a violência urbana, agora, representada pelo poder ilegítimo, sairia dessas áreas, onde havia conseguido se estabelecer com a ausência do Estado, para se encontrar e consolidar nas áreas que foram sistematicamente abandonadas, na periferia do Rio de Janeiro, nos outros municípios que compõem o restante dessa Região Metropolitana. A transição da imagem negativa da violência deveria acontecer, mesmo que não fosse resolvida, mas liberaria este espaço para receber holofotes maiores, como os eventos que viriam a acontecer nos próximos anos no município do Rio de Janeiro. Urge a necessidade dessa transição principalmente depois de décadas se tornando referência no quesito espaço a ser evitado, lugar violento, no contexto nacional, chegando a ser comparado com a violência na Colômbia

Durante os anos de crescimento da violência urbana no Rio de Janeiro, nas décadas de 1990 e 2000, era muito comum ouvirmos nos telejornais e discursos políticos um alerta de que a situação da criminalidade carioca poderia atingir os mesmos níveis existentes na Colômbia. (MONTEIRO, 2014, p. 118).

As semelhanças não pararam nessa etapa, inclusive na disseminação de informação, transmitindo estereótipos de violência, o que não era agregador para o âmbito político e econômico do Rio de Janeiro a curto prazo. E com a Colômbia conseguindo contornar essa situação, essa iniciativa logo foi se espalhando como exemplo a ser servido nos Estados Unidos da América, México e não tardou “em chegar ao Brasil, no contexto das soluções para a ‘guerra urbana’. Após a reeleição de Uribe em 2006, notícias e comentários políticos na mídia começavam a difundir ‘as lições da Colômbia’ e o modelo colombiano de combate ao crime organizado.” (MONTEIRO, 2014, p.120).

A conexão Rio – Colômbia teria uma primeira escala na Colômbia logo no início de 2007. O então governador recém-eleito no Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, tendo como principal desafio de seu governo a questão da segurança pública, fez sua primeira viagem ao exterior, logo no segundo mês de mandato, justamente para a Colômbia, a fim de buscar soluções para a criminalidade urbana no Rio de Janeiro. Acompanhado dos governadores do estado de Minas Gerais e do Distrito Federal, o governador Cabral visitou Bogotá e Medellín e anunciou que seu principal objetivo era o de “ver como eles [os colombianos] conseguiram recuperar áreas degradadas dentro da periferia e favelas que antes eram verdadeiros infernos e hoje são áreas tranquilas com boa qualidade de vida” (AGENCIA ESTADO, 2007). Na pauta da visita estava também o aprendizado de experiências de profissionalização e gestão da polícia. Logo, a questão da segurança foi o principal destaque da agenda do governador Sérgio Cabral, com ênfase na recuperação de áreas degradadas e na gestão policial. (MONTEIRO, 2014, p. 121).

Inspirado no plano colombiano, as UPPs são lançadas com a promessa de pacificação e recuperação de áreas abandonadas pelo próprio Estado e é aqui que acontece esse efeito balão, deslocando o poder ilegítimo de grupos criminosos (MONTEIRO, 2014), com o foco em uma só área, na capital do estado, ignorando as outras áreas, jogando a problemática para outros espaços e é durante esses anos que vemos, em São Gonçalo, a ascensão do poder ilegítimo, mostrando sua força e cristalizando seu poder em áreas urbanas abandonadas, sendo convidado a adentrar esses espaços com a ausência do poder legítimo, onde, assim como temos exemplos internacionais, nacionais e até esse próprio processo transformativo que vem sendo descrito, mostra que, essas áreas são produzidas por movimentos cíclicos como este e depois o próprio “poder público não consegue exercer seu poder coercitivo e é desafiado por agentes não-estatais e/ou ilegais.” (MONTEIRO, 2014, p.127).

Essa segmentação territorial gerada pela ação concentrada e delimitada numa área específica da cidade acarreta a reprodução em outra escala, ou o deslocamento para outras áreas, da mesma exclusão que redundou na anterior formação de “territórios sem governo”. Mesmo assim, a estratégia de segmentação se justifica pelo caráter “estratégico” de determinadas áreas que devem ser priorizadas pelos agentes de segurança, seja por possuírem uma posição geográfica vantajosa em relação ao acesso a fluxos e recursos estratégicos, seja pela possibilidade de constituírem possíveis enclaves de segurança dissociados de um entorno violento (...) (MONTEIRO, 2014, p. 127)

Sabemos a justificativa de toda essa ação, como foi dito acima, em troca disso a “segurança no Rio de Janeiro é difundida internacionalmente como um fator determinante para o novo momento de desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro.” (MONTEIRO, 2014, p.125), não importa o que acontece com suas regiões periféricas e seu interior, o que importa é como o centro está sendo visto e estando apto a receber eventos internacionais. Integrando a cidade do Rio, excluindo outros espaços, até pelo motivo de não se encaixarem no projeto desses eventos que viriam a acontecer, uma solução toda construída na reprodução e deslocamentos de territorialidades.

Toda essa reprodução de territorialidades e deslocamentos de territórios ignoradas pelo Estado, respingou no Bairro Colubandê, assim como em todo São Gonçalo e Região Metropolitana. Como já foi relacionado durante o texto, a relevância deste bairro em aspectos demográficos, políticos e econômicos, podemos observar como esse impacto na representação da Fazenda Colubandê se originou, a partir de um processo a longo prazo, onde peças vão se encaixando e isolando cada vez mais a periferia, então, a periferia da periferia, estaria mais isolada ainda.

O sentimento que tenho é que parte da história da minha cidade está sendo destruída e ninguém faz nada para mudar isso”. Esse é o desabafo de policial militar Luiz Claudio Alves Teixeira, de 49 anos, vizinho da Fazenda Colubandê, um dos maiores símbolos de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio, e que há, pelo menos, três anos está completamente abandonada e servindo de abrigo para criminosos e usuários de drogas. As consecutivas promessas por parte do Governo do Estado de revitalizar o espaço e, inclusive, criar uma biblioteca do local nunca saíram do papel. Enquanto isso, a vizinhança sofre com o descaso. (RIGEL, 2015, p.1).

Se a violência urbana, representada pelo poder ilegítimo, alcança esses espaços, ela vai se cristalizar ainda mais em suas áreas periféricas.

— Moro no Colubandê há 40 anos e lembro do tempo que podíamos frequentar esse lugar e mostrar com orgulho para os amigos de outras cidades que vinham nos visitar. Aqui tinha atividades para a comunidade. As pessoas vinham conhecer a fazenda onde os guias contavam um pouco de sua história, mas tudo isso ficou no passado — lamenta Luiz Claudio. (RIGEL, 2015, p.1).

Relatos como esse mostram o impacto de espaços violentados, de forma legítima ao serem negligenciados e de forma ilegítima ao passarem por esse processo de violência urbana.

A professora Janaína França, de 41, que também mora perto da fazenda, conta que o local se tornou uma espécie de esconderijo para criminosos e usuários de drogas. Segundo Janaína, no lugar das imagens e dos lustres que enfeitavam a capela de Sant'Anna — construída ao lado da casa sede —, há dezenas de preservativos usados. (RIGEL, 2015, p.1).

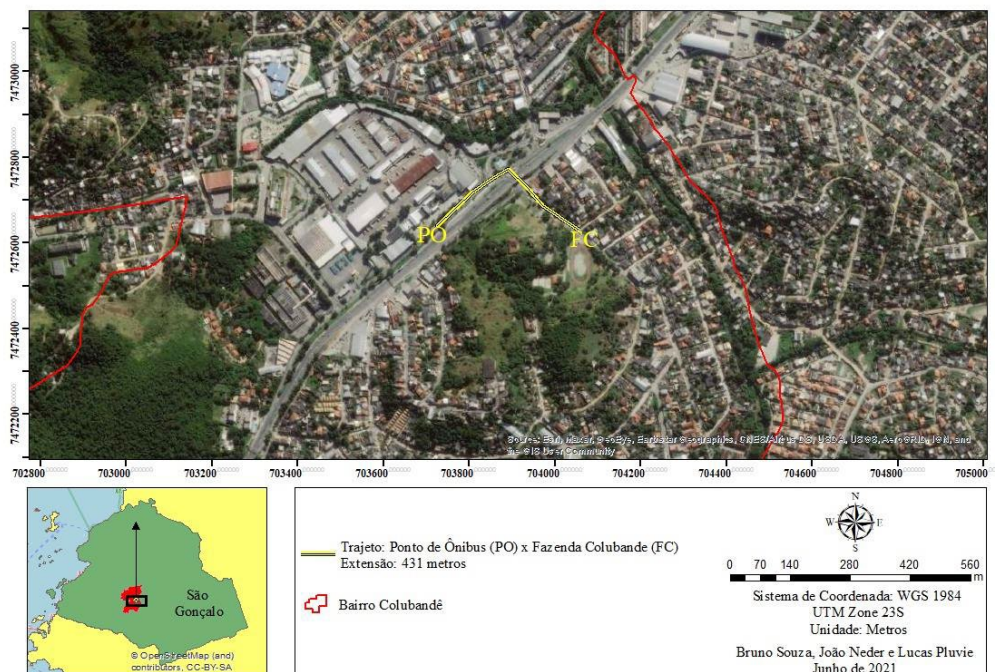
Inclusive alguns destes relatos apontam a negligência dos agentes responsáveis;

— A capela está com muitas rachaduras e parte do teto já desabou. Todas as peças que estavam no altar foram furtadas, e o Estado assiste a tudo isso sem fazer absolutamente nada. Às vezes, o que falta não é dinheiro, mas sim vontade de ver as coisas funcionando. Essas autoridades não estão nem aí — diz. (RIGEL, 2015, p.1).

Isso sem contar com os impactos na área de influência externa da Fazenda. Ao observar o sétimo mapa abaixo, vemos o trajeto do ponto de ônibus que foi afastado da Praça do Colubandê no ano de 2019, esta modificação impactou diretamente a comunidade, tendo parte do seu trajeto afastado para a área da Água Mineral (**MAPA 5**), esta que não recebe tanta atenção quanto as outras do Bairro e isso ocorre dentro de todo esse contexto apresentado pelo efeito balão, além da reprodução de significações acerca do entorno da Fazenda Colubandê, nesta altura o CPAM já se encontrava ali, mas o medo ainda estava presente, como vimos ao analisar as entrevistas e o perigo da violência urbana ainda existe, ainda mais nesse processo de deslocar espaços negligenciados para outras áreas, como o ponto de ônibus. Observa-se que é

um trajeto bem perigoso e que serviria de exemplo da acumulação social da violência nas áreas de influência da Fazenda, com a migração de parte dos/as traficantes para o assalto a pedestres e automóveis (MISSE; 2008), o que é evitado, em parte, com a presença do BPFMA. (MORAES et al., 2021, p.13).

Mapa 7 - Trajeto do Ponto de Ônibus à Fazenda Colubandê, São Gonçalo - RJ



Fonte: O autor, 2021.

Essa modificação de cerca de 100 metros foi o suficiente para que a população esteja exposta a mais tempo em seu cotidiano tendo contato com espaços opacos que beiram a RJ-104.

Isso impacta principalmente a população que ainda atravessa a praça, esta que também passou por um momento de abandono simultâneo e compartilha esse fator de repulsa, já que as pessoas “tem até medo de entrar na praça, pois ela está tomada de moradores de rua e usuários de drogas” (SCAFFO, 2019, p.1).

Ao atravessar a praça, as pessoas ainda se deparavam com a Fazenda e toda sua representação de medo que vem sendo analisada.

O abandono da Fazenda Colubandê, em São Gonçalo, está preocupando os moradores da localidade. A alta vegetação, que antes era visível apenas atrás dos muros do patrimônio histórico, agora está invadindo as calçadas. Segundo a população, os pedestres precisam dividir o espaço com os carros pela movimentada Rua Expedicionário Ari Rauen. Outra preocupação é devido a violência no local, onde o mato acaba auxiliando a fuga dos bandidos. (SCAFFO, 2018, p. 1)

Essa consolidação da representação de medo que a Fazenda Colubandê formou com o tempo, impactou também, mesmo com a volta do CPAM, o real, já que a falta de manutenção atrapalhava o próprio andamento do policiamento, como diz esse relato que “Os policiais que fazem a ronda não conseguem ver nada, incluindo a ação dos criminosos, porque a vegetação

está alta. Um barzinho aqui na esquina sofreu quatro assaltos em uma semana” (SCAFFO, 2018, p.1) ou outro que aponta que passar por esse trajeto é perigoso pois o “mato ocupa as calçadas. Muitas crianças passam por ali todos os dias para irem para a escola e é perigoso” (SCAFFO, 2018, p.1).

Figura 5 - Área externa da Fazenda (2018)



Fonte: SCAFFO, 2018.

Além da problemática socioespacial levantada durante essa discussão, há apontamentos em relação a proliferação de mosquitos vetores nesse mato alto.

A aposentada Marlene Vargas, 63, contou que faz caminhada na Fazenda Colubandê todos os dias. Moradora do local há, pelo menos, 50 anos, ela conta que além dos problemas como criminalidade e ocupação das calçadas, Marlene ainda apontou para outro detalhe quase que invisível, mas tão perigoso quanto os outros: os mosquitos vetores.

A vegetação está crescendo muito e atrai muitos mosquitos e outros insetos, declarou. (SCAFFO, 2018, p.1)

Castro (2000) aponta que todo esse inconveniente se estabelece como uma parte do espaço, uma derivação, composto por áreas ou zonas, estas que podem ser atrativas ou repulsivas, participando da dinâmica da desigualdade, estabelecendo essas subdivisões.

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem

esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social. (SANTOS, 1977 p.92)

Esses desdobramentos na representação da Fazenda ilustram a relação da comunidade com o espaço, sobrecarregado por esse fatídico momento que passou, trazendo sempre o sentimento de medo de frequentar suas áreas, mesmo hoje, uns anos depois de todo esse ocorrido, já tendo o espaço da Fazenda protagonizado outro processo transformativo.

O poder vem de todos os lugares e se manifesta por ocasião das relações socioespaciais, um processo de troca que se viu livre por muito tempo para acontecer, no caso, um poder ilegítimo utilizando da violência urbana. A mobilidade não é algo fácil de ser controlada, logo a distribuição dos indivíduos no espaço também não e essa distribuição em um espaço desprotegido causou todo o afastamento que ainda se encontra hoje [...] (MORAES et al., 2021, p.10).

Até ser concluída a volta do **CPAM**, a violência urbana, exercida como forma de poder ilegítimo no Estado, se fixou nesse espaço e esse processo, até ser enfraquecido e abatido, deixou fortes marcas, estas que podem não ser apagadas até uma próxima redefinição de memória (RAFFESTIN, 1993).

Através de Zizek (2003), podemos apontar que por esses episódios de violência urbana serem reais, é o que os tornam perturbadores, nos pressionando a vivenciar essa aflição quando se trata dessas áreas. Ao sentir a possibilidade dessa aflição vir a ser um evento, tendemos a compartilhar esse medo e essa repulsa, alcançando até quem não o frequenta, mas que vai evitar estar junto a este espaço devido este sentimento.

Essa representação espacializada por um momento já pretérito, torna-se existente devido ao contato entre a comunidade, que vivenciou momentos de violência urbana ou não. Compreendendo as especificidades da construção e modificação do espaço, vemos que o espaço é moldado e atrelado ao tempo, carregando uma nova realidade social, baseada em sua relação a partir da história, disso, tiramos que as defasagens e distorções entre prática e teoria (ideologia), entre conhecimentos parciais e resultados, passam para o primeiro plano em lugar de se dissimularem. (LEFEBVRE, 2001, p.45).

Em Massey (2008) vemos essa imprevisibilidade oriunda do espaço, mas, a parte evitada da Fazenda é produto da violência urbana que conseguiu adentrar suas dependências (MORAES et al., 2021). O espaço produzido é resultado das suas práticas socioespaciais, também produzidas.

A história da produção social do espaço da Fazenda é indispensável, logo, teremos ao redor dela a urgência de necessidades urbanas, tal qual a vida urbana como valor de troca ao

consumir seu espaço e seus signos, este consumo que vai levantar a reflexão desse espaço estar morto, servindo apenas para uma construção de um novo espaço, em uma outra escala, para uma outra sociedade.

Este é o devenir cíclico de se tornar cidade, participando do processo de urbanização, trazendo desdobramentos para seu espaço e suas áreas de influência (**MAPA 3**), a cada processo transformativo, um novo impacto a realidade urbana, através de suas formas, estruturas e funções. As ações que regem esse devir, são realizados por agentes através das relações de poder no espaço controlado, ter estado abandonado é apenas uma representação desse processo transformativo.

Pode-se observar as rugosidades no espaço da Fazenda através desse dinamismo que vem sendo apresentado durante suas modificações, concretizando, dessa forma, o tempo através do espaço. Práticas sociais que reformam o contexto espacial, impulsionando a produção social do espaço, podendo ser oriundas de outras práticas, que foram necessárias em algum momento, “como a necessidade de policiamento em um espaço que foi abandonado dando margem para ações dentro da violência urbana, cada área vai constituir uma situação como essa, de forma individual.” (MORAES et al., 2021, p.13).

Através do confronto das representações dessas rugosidades, surgem os simbolismos, com o Estado subordinando a estrutura da Fazenda, gerindo novas necessidades urbanas e dessa forma “o real e o racional tendem um para o outro; cada um de seu lado, vão em direção à sua identidade” (LEFEBVRE, 2001, p.40), fomentando esse conflito, já que os tempos não se separam e o que fica exposto são as rugosidades dos processos transformativos, influenciando na representação que a comunidade terá deste espaço.

O espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidade sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos. (SANTOS, 1977, p.91).

Seguindo este raciocínio, agora com Harvey (2012), vemos que nesse devir cíclico de produção social do espaço, impacta também no estilo e na qualidade de vida urbana, servindo, assim como a cidade, como mercadoria ou como alguma moeda de troca dentro do aspecto econômico e político, da maneira que vimos sobre a realocação das unidades do CPAM para as UPPs na cidade do Rio de Janeiro. Um mundo que a sociedade está refém de um individualismo extremo, e estamos vivendo “progressivamente em áreas urbanas divididas e tendentes ao

conflito.” (HARVEY, 2012, p.81). Essa realocação trouxe a ameaça da violência urbana à segurança individual em todo momento, provocando a necessidade da volta de alguma instituição ocupando as dependências da Fazenda Colubandê.

O Estado, no topo da hierarquia do poder, apoiado pela manutenção das suas relações, busca o equilíbrio entre as do âmbito cultural, jurídico e político (lazer e instituições) (MOREIRA, 2008), onde acaba por ignorar áreas socialmente desfavorecidas, estas que, historicamente, já são áreas que recebem pouco ou nenhum auxílio do Estado, como na área da RJ-104, a Zona 01 (MAPA 5) e é nesta brecha que problemáticas conseguem emergir, como a violência urbana tratada nessa parte da pesquisa. Estes processos transformativos cíclicos que a Fazenda vem sofrendo, inserida no modelo da urbanização, participa da desapropriação das camadas mais desfavorecidas da sociedade a qualquer direito à cidade.

Segundo Santos (1977), este espaço foi construído e a distribuição da população afeta seu desenvolvimento, esse movimento depende de a sociedade acompanhar, criando novas formas e reproduzindo esse espaço, se adaptando às determinações impostas a partir da hierarquização do poder, tornando-se inédito e autêntico. Assim, essa dinâmica mantém atrelados o tempo e o espaço que estarão em contato com a sociedade a partir de suas rugosidades, envoltos nos processos transformativos reproduzindo novas significações acerca de suas representações. O espaço sempre vai conduzir em algum sentido, multiplicando essa dinâmica (LEFEBVRE, 2006).

O espaço da Fazenda não esteve desaparecido, apenas passou por uma alternância das suas relações de poder, a partir de sua modificação, no momento de abandono, onde torna-se vazio, distante do que é e atrelado ao tempo que foi consumido, deixando suas rugosidades, decepcionando o espaço, tornando-se desolador, abandonado, um ciclo poliesportivo abandonado, onde nada é proibido, muito menos permitido, reduto de espaços “estranhos: homogêneos, racionais, constrangedores como tais e, contudo, deslocados. Sem fronteiras.” (LEFEBVRE, 2006, p.144)

2.2 Uma reflexão acerca das relações de poder

Durante o capítulo 2.1, tivemos o espaço como o princípio da discussão acerca do espaço da Fazenda Colubandê e suas relações de poder, estando presentes, relações culturais, jurídicas e políticas (MOREIRA 2008), por trás das atitudes do Estado em busca da manutenção e

controle das relações de poder, mantendo-se no topo da hierarquia, a busca “pelo poder sempre é também uma pergunta pelas possibilidades de ação. Poder significa em português tanto ‘domínio, influência, força’, quanto ‘ter condições. Quem tem poder pode agir.’” (NOVY, 2002, p.50).

Novy (2002) busca compreender as margens das ações dessas relações, mantendo o foco no poder existente entre as estruturas, toda ação estará atuante nas estruturas, este processo resultará em consequência, mesmo que de forma não intencional e essa reflexão “trata-se de explicar o visível pelo invisível e o invisível pelo visível, numa reciprocidade de análise (...)” (MOREIRA, 2008, p.122).

o espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos, ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa). Ele resulta de uma seqüência e de um conjunto de operações, e não pode se reduzir a um simples objeto. Todavia, ele não tem nada de uma ficção, de uma irrealidade ou “idealidade” comparável àquela de um signo, de uma representação, de uma idéia, de um sonho. Efeito de ações passadas, ele permite ações, as sugere ou as proíbe. Entre tais ações, umas produzem, outras consomem, ou seja, gozam os frutos da produção. O espaço social implica múltiplos conhecimentos. (LEFEBVRE, 2006, p.111)

A partir de Lefebvre (2006), pode-se compreender como a Fazenda, no decorrer da sua história, foi remodelada diversas vezes, através dos processos transformativos por quais passou, um espaço significativo, um espaço único repleto de histórias, sendo o seu espaço resultado das práticas sociais que ali ocorreram e ocorrem. Este espaço;

seria antes de tudo, a condição e o resultado: o Estado, e cada uma das instituições que o compõem, supõem um espaço e o organizam segundo suas exigências. O espaço não tem, portanto, nada de uma “condição” a priori de instituições e do Estado que as coroa [...] (LEFEBVRE, 2006, p.128).

O espaço se reproduz através da maneira cíclica desses processos ao se adequarem às necessidades urbanas, em conexão com as práticas socioespaciais, se desenvolvendo em um espaço existente e ocupado, quando trata-se de um espaço abandonado, é quando este se encontra abandonado pelas instituições responsáveis pela manutenção da sua integridade e segurança. Esse movimento traz à tona outra realidade, baseada na relação do espaço com suas rugosidades.

Produto que se utiliza, que se consome, ele é também meio de produção; redes de trocas, fluxo de matérias-primas e de energias que recortam o espaço e são por ele determinados. Este meio de produção, produzido como tal, não pode se separar nem das forças produtivas, das técnicas e do saber, nem da divisão do trabalho social, que

o modela, nem da natureza, nem do Estado e das superestruturas. (LEFEBVRE, 2006, p. 128)

Seguindo a reflexão com Lefebvre (2006), o espaço da Fazenda é significativo ao ponto de buscar-se compreender o que deve ou não ser feito ao ser ocupado, remetendo ao poder que, de acordo com Novy (2002), é a nossa capacidade de caracterizar algo ou agir, tratando-se “de um vaivém de ação e instituições, sendo que as últimas representam padrões consolidados, rotinizados de ação.” (NOVY, 2002, p.51). A partir disso, há práticas que se generalizam para além do espaço e do tempo, institucionalizando ações nesse espaço, como foi com o sentimento de repulsa durante o período de abandono e tende a ser com a territorialização da Fazenda, que será apresentado no próximo capítulo.

Como toda realidade, o espaço social depende, metodológica e teoricamente, de três conceitos gerais: a forma, a estrutura, a função. Isso quer dizer que todo espaço social pode tornar-se o objeto de uma análise formal, de uma análise estrutural, de uma análise funcional (LEFEBVRE, 2006, p. 209)

Ao negligenciar o espaço da Fazenda pensando em uma politicagem na capital, vemos a reprodução deste espaço a partir de um poder político, servindo de instrumento para a capital, mas causando essas brechas neste espaço situado em São Gonçalo, na periferia, em uma perspectiva centro-periferia.

O que permitiu que este espaço já existente fosse violentado e ignorado pelo Estado, que é tido como o detentor do poder e que, ao menos, deve suportar projetos e estratégias no âmbito social e cultural. Uma “ação constrangedora” (LEFEBVRE, 2006, p.215) beneficiando o centro e impactando negativamente o restante da região metropolitana, não podendo fazer essa análise sem considerar as relações que envolvem os âmbitos políticos, econômicos, o prestígio no geral, este que também é visto como poder. Não só a comunidade, mas também o espaço sente esse impacto, resultando em “estruturas diversas. Ela não é, contudo, indiferente às funções e estruturas. Nos dois casos, o espaço anterior é destruído de alto a baixo. (LEFEBVRE, 2006, p.215).

Considerando Novy (2002), vemos a complexidade ao representar de forma histórica e geográfica o espaço e o poder na Fazenda, por serem áreas que estão ocorrendo em tempos diferentes, mas que se relacionam durante seus processos transformativos, por isso devemos levar em conta suas relações através de suas estruturas e ações. Esses tempos se organizam e realizam nessa estrutura, “a história está aberta, o futuro da estrutura pode ser percebido de

forma pouco nítida. Este é o tempo e o lugar no qual os homens ‘fazem geografia e história’” (NOVY, 2002, p.73).

Isso tem um significado decisivo para análise de poder sobre espaço. Análises contextuais de poder que tendem a superestimar o respectivo palco do poder e o “exercício” do poder ganham a sua força explicativa apenas por meio de uma análise estrutural, efetuada simultaneamente com a análise concreta. (NOVY, 2002, p.74).

Ao analisar o poder no espaço da Fazenda, dentro da sua complexidade, encontra-se a lógica das ações que ocorrem nessa estrutura, desde a negligência à volta do suporte necessário, onde o espaço torna-se viável e interessante para quem detém o poder a partir do momento que pode ser usado para a própria manutenção dessa hierarquia do poder.

Os agentes que participam dos processos transformativos da Fazenda Colubandê estão conscientes sobre as consequências de suas ações, estando envolvidos em várias práticas socioespaciais que constituem a representação real, ou não, que se tem deste espaço. Modificando a complexidade espacial e impactando para além do espaço.

A partir de Tuan (2013), podemos refletir que essas modificações podem aprimorar a lucidez ao percebermos as diferenças em suas formas.

Outra influência é a seguinte: o meio ambiente construído define as funções sociais e as relações. As pessoas sabem melhor quem elas são e como devem se comportar quando o ambiente é planejado pelo homem e não quando o ambiente é a própria natureza. Por último, a arquitetura “ensina.” (TUAN, 2013, p.1).

Seguindo a reflexão, um espaço não terá a mesma função pra sempre, logo, entende-se que não será construído apenas inicialmente e com isso vemos a Fazenda passando por esses processos transformativos ao longo da sua história, não servindo para o que foi construída depois de séculos, mas como um espaço público consegue expor o seu interno e externo em lucidez para quem os percebe.

Esse percebido também é nítido quando se trata do espaço vivido pela comunidade que teve de lidar com o abandono deste patrimônio e passa a vivenciar esse espaço ressignificado pela sua marginalização, onde “os próprios símbolos têm perdido muito de seu poder de reverberar na mente e no sentimento, pois este poder depende da existência de um mundo coerente. Sem este mundo, os símbolos tendem a se tornar indistinguíveis dos sinais.” (TUAN, 2013, p.6)

Relações de poder intrínsecas neste espaço, desde o desprezo das instituições responsáveis até a disputa pelo poder de usá-lo como equipamento político.

Mesmo com o trabalho que dará para reformar o casarão, o secretário municipal de Turismo e Cultura de São Gonçalo, Michel Portugal, diz que vem pedindo ao Governo do Estado para que a gestão da fazenda seja de responsabilidade municipal:
 — O prefeito Neilton Mulim me autorizou a trazer a sede da secretaria para o espaço. Queremos criar atividades para atrair turistas e a população para conhecer um pouco da história do lugar. (RIGEL, 2015, p.1).

Uma disputa quando convém e que só prejudicou a população e a história desse patrimônio, impactando em sua representação pela comunidade. Problemática que poderia ser evitada já que de acordo com

o secretário, a presença do poder público na fazenda poderiam evitar a depredação do mural feito com azulejos portugueses pela artista plástica Djanira, em 1960.
 — Fiquei chocado quando vi a fazenda. Precisa de uma intervenção urgente, pois pode acabar em ruínas.
 Questionada sobre a segurança do local, a Polícia Militar disse que cuida do “policimento na área externa da propriedade”. (RIGEL, 2015, p.1).

E cabe a comunidade manter essa representação de medo que tem da Fazenda, percebendo e vivendo esse palco de disputa das relações de poder que a impacta diretamente, com promessas que fomentam essa disputa, como:

No dia 16 de dezembro de 2013, em visita à unidade, o governador Luiz Fernando Pezão, ainda vice-governador, anunciou que pretendia construir, em 2014, duas escolas, uma de ensino técnico e outra de segundo grau, e uma biblioteca no espaço. Após 20 meses, o local continua abandonado e sem vestígios de alguma obra. (RIGEL, 2015, p.1)

O abandono ainda se manteve durante alguns anos. Isso é mais do que o suficiente para que a população que frequenta ou conhece a Fazenda Colubandê não consiga desenvolver confiança sobre a volta de um ambiente seguro em suas dependências. Fato que é dificultado principalmente com a burocratização deste espaço, que ao passar pelo processo de territorialização, acabará por dificultar o acesso em suas áreas internas, o que irá impactar a camada mais periférica da sociedade que não tem tantas opções de espaços de lazer e vivências, ainda mais quando isso ocorre na dinâmica periférica e em espaços opacos. Necessidade de documentação redigida e cancelas são o bastante para dificultar a ida de muitas pessoas à Fazenda.

2.3 O espaço vivido da Fazenda Colubandê

Foi apresentada nessa segunda parte da pesquisa, já imerso no contexto da Fazenda como um ciclo poliesportivo abandonado, o impacto da violência urbana como desdobramento dos processos transformativos deste espaço, refletindo a partir da análise das relações de poder por ali instituídas. Esse impacto foi tão grande que ainda reflete na comunidade as ações de alguns anos atrás, ainda estando presente na representação que os indivíduos têm deste espaço, dominados pelos fatores de repulsão que já nem existem mais. O espaço da Fazenda após esses processos, está repleto de rugosidades com significados diferentes para cada pessoa que entra em contato com esta lembrança envolvida com o tempo, este que não se reduz, já que pelo

espaço, um tempo social se produz e reproduz; mas esse tempo social se reintroduz com seus traços e determinações: repetições, ritmos, ciclos, atividades. A tentativa para conceber o espaço separadamente traduz uma contradição suplementar, o esforço para fazer entrar forçadamente o tempo no espaço e governar o tempo a partir do espaço, esse tempo reduzido a um emprego prescrito e a interditos (LEFEBVRE, 2006, p.461).

A Fazenda carrega suas narrativas de forma simbólica e prática, constituindo um espaço concreto do que se tem representado, um espaço que se encontra em constante transformação, de forma cíclica, servindo de origem do que ainda está a vir, se fragmentando em vários significados e lugares, sendo espaços diurnos e noturnos (LEFEBVRE, 2006).

O nível das singularidades se dispõe ao redor dos corpos (de cada corpo e de suas conexões); ele os prolonga em lugares afetados (afetivos) de qualidades opostas, o favorável e o desfavorável, o feminino e o masculino, qualidades suportadas pelos lugares e a eles conferindo potência simbólica. Esse nível obedece, às vezes as invertendo, às leis das simetrias e dissimetrias. Os lugares assim afetados (valorizados) não se repartem num espaço mental, e não se separam. (LEFEBVRE, 2006, p.310).

A Fazenda, como palco de todos esses processos transformativos e ações de quem detém as relações de poder, envolve, através da representação, seus processos e seus momentos no vínculo do espaço e do tempo. Seus embaraços estão além da sua estrutura clássica, distribuído entre o poder legal e ilegal, disperso pelo espaço institucionalizado. “Nenhum espaço desaparece completamente (...)” (LEFEBVRE, 2006, p.230), ainda mais quando envolve a prática social.

Estruturas consolidadas em 500 anos subtraem-se à simples apreensão pela ação, pois resultam de uma estrutura social profunda. Mas no interior dessas formas estruturais, inscritas profundamente no espaço e no tempo, podemos observar diversos arranjos institucionais e lógicas distintas da ação, cujos alcances espaço-temporais são mais restritos. (NOVY, 2002, p.75).

A estrutura consolidada há séculos da Fazenda participa dessa dinâmica no seu espaço e no seu tempo. Pode-se observar e analisar seus arranjos, refletindo acerca das relações de poder que originam seus processos transformativos, trazendo novos significados.

Essa nova leva de significados ocorre, pois, este espaço nunca estará completamente vazio, sempre vai ter uma representação por trás (LEFEBVRE, 2006) e como um espaço que é percebido e vivido, repleto dessas significações, as representações e sentidos se desenvolvem a partir dessa dinâmica (SOUZA, 2013).

E segundo Lefebvre (2006) é quando o espaço não está vazio e sim ocupado, com essa outra significação, que o Estado se vê na obrigatoriedade de persistir pela violência ali presente, que está ali pela sua própria negligência.

Com as subdivisões estabelecidas (**MAPA 5**) no bairro do Colubandê, não há tanta reciprocidade em relação ao desenvolvimento espacial da Fazenda. Essa dinâmica urbana acabou por estabelecer mais adversidades para as áreas de influência da Fazenda (**MAPA 3**), impactando diretamente a população que entra em contato com estas áreas diariamente, sentindo ainda mais esse impacto sem as unidades do CPAM utilizando a Fazenda como sede.

A partir da ressignificação da sua paisagem, novas representações surgem sobre o espaço da Fazenda, também de forma geracional, como já foi abordado, servindo de forma simbólica na perspectiva de quem teve contato com esses processos transformativos.

A negligência do Estado com a Fazenda Colubandê e sua dependência resultou em brechas para violência urbana e precarizações temporais, pela falta de manutenção do espaço. Espaço este que, por não acompanhar o avanço das técnicas, não há de ter o mesmo prestígio da época em que foi idealizado, o que veio a piorar com esse momento de abandono, tornando-se um espaço em função do poder ilegal, sendo sucateada e depredada por ambos os lados que alternaram o poder. Essa alternância do poder reproduziu a Fazenda como espaço, reorganizando-a.

Em Lefebvre (2006), podemos refletir que por não acompanhar as tecnologias, a Fazenda tendia para a sua destruição, explicando o conflito existente entre quem acabou por dominar o espaço e a sua apropriação, como os circuitos jovens urbanos de Magnani (2005), estes que já estão em uma camada da sociedade que se conseguem se sentir confortáveis e ocupar a Fazenda mesmo com as problemáticas advindas do abandono pelo Estado.

Não podemos fragmentar essa reflexão acerca do desenvolvimento da Fazenda, a partir da sua reprodução espacial. Este espaço se mantém repleto de significados dentro da particularidade de cada perspectiva que o observa através do espaço e do tempo, assegurando sua história, que ao contrário desses últimos anos de abandono, 2012-2017, caminha com sua manutenção e segurança em dia, com a volta do CPAM.

3 DO ESPAÇO AO TERRITÓRIO NA FAZENDA COLUBANDÊ

A Fazenda Colubandê vem sofrendo modificações pelos processos transformativos há muito tempo, mas os últimos dois em específico causaram impactos muito significativos perante as práticas socioespaciais desse espaço geográfico.

Neste capítulo serão apresentadas reflexões a partir da volta do CPAM às dependências da Fazenda, buscando correlacionar os conceitos de espaço e território, compreendendo como a hierarquização do poder da Fazenda impacta as relações nos aspectos sociais e territoriais, influenciando de diferentes formas as individualidades de cada pessoa que entra em contato com esses desdobramentos.

Considerando toda sua estrutura, as relações de poder impregnadas na Fazenda impactam a sociedade através das áreas de influência, isso ocorre a cada reestruturação destas, tendo esse espaço como um lugar de possibilidades, em que na última promoveu a produção do território, sendo formado a partir das práticas socioespaciais.

estas relações de poder estão presentes desde o espaço ao seu território, compondo sistemas e a própria territorialidade, reafirmando o espaço na Geografia do poder. ‘O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço’ (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

O controle e delimitação formado a partir dessas práticas, configuram o território da Fazenda Colubandê, sede do CPAM, que voltou de forma gradual e logo gerou essa restrição do espaço. Esse processo de territorialização da Fazenda também foi impulsionado e justificado pelos desdobramentos do processo transformativo anterior, onde ocorreu toda a problemática referente ao abandono entre 2012 e 2017, discutido no capítulo anterior.

Nessa delimitação reside a manifestação do poder, que reafirma o espaço a partir da sua territorialidade espacialmente produzida, contando com toda sua configuração espacial nas relações de poder. Compreende-se as relações de poder pelo uso do conceito de território e sua dinâmica relacional com a gestão da população, articulando-se na geopolítica como fenômeno do poder. Essa territorialidade se apoia nos processos transformativos que se passam, se apropriando do espaço-temporal, podendo “ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema.” (RAFFESTIN, 1993, p.160).

Com o conceito de território delimitado através do espaço da Fazenda, que havia acabado de sair da posição de um ciclo poliesportivo abandonado, surge a segurança, para as suas áreas internas e externas, como justificativa desse processo transformativo que é um ato que abstrai a realidade da comunidade através da burocratização. Quando esses processos que modificam o espaço geográfico ignoram acessos as camadas mais carentes da sociedade, fomenta a segregação socioespacial, principalmente neste momento da história humana, em uma Região Metropolitana, no município que acompanha o desenvolvimento das técnicas e acaba por fazer que essa parte da população seja cada vez mais excluída, principalmente dos espaços públicos de lazer e vivência. Harvey (2012) aponta que os desdobramentos desses processos transformativos trocam a qualidade de vida por essas ações excludentes, devido a necessidades urbanas causadas pelo próprio Estado ao negligenciar áreas periféricas em beneficiamento da capital estadual, impactando diretamente quem entra em contato com as áreas de influência da Fazenda, expondo essas áreas ao conflito.

A afirmação “O Estado regula” seria uma aplicação dessa ideia de regulação. Ocorre que a regulação é um processo complexo, do qual participa uma multiplicidade de atores. A regulação é apenas o setor parcial estatal, planejado, da regulação. O poder produz comportamentos, cria rotinas e normas, em duas palavras, o poder não produz a regulação, mas a regulação. (NOVY, 2002, p.68).

Pode-se analisar a partir de Lefebvre (2001), que essa dinâmica movimenta um processo de exclusão para a camada mais frágil da sociedade, abstraindo sua existência e burocratizando cada vez mais os espaços, expondo ações que justificam as melhorias propostas, mesmo que através dessa movimentação excludente.

A regulação fixa por intermédio do Estado ou da sociedade civil regras para um território e conduz a padrões de ação territorialmente consolidados.”
Uma teoria espacial da regulação deve evitar tais reduções e cumprir dois objetivos: por um lado, integrar a espacialidade na análise nacional outrora não-espacial; por outro, gerar uma teoria da regulação espacial que leve em consideração a regionalização de processos sociais. (NOVY, 2002, p70).

Há justificativas o suficiente para manter a manutenção do poder neste espaço estudado, compreendendo a transição do poder na espacialidade para a espacialidade do poder, através da territorialização, que acaba por consolidar “um sistema de prática espacial, participando dessa produção territorial organizacional, delimitando o espaço a partir das manifestações de poder nesta área, territorializando e desterritorializando os espaços. (MOREIRA, 1997, p.173).

Com todo esse procedimento organizacional, o Estado consegue se apropriar do espaço da Fazenda Colubandê, agora território, instrumentalizando-o, tornando-se um equipamento

coletivo que está inserido no Bairro do Colubandê. Com isso, toda a estrutura participará da manutenção da hierarquia do poder, explanando as desigualdades socioespaciais que, já institucionalizadas através das relações de poder, são justificadas em proveito da manutenção do poder.

Este poder que vem sendo conceitualizado junto a correlação do espaço e do território da Fazenda Colubandê, é constituído a partir da perspectiva das representações expostas durante o texto e isso pode ser mutável a partir das suas práticas socioespaciais. Ele se propaga nesse espaço, envoltos de agentes que participam dessa dinâmica e disputam seu controle, quebrando as estruturas socioespaciais e afastando quem não exerce o poder, resultando em um espaço menos evidente para a comunidade, o que será discutido através da sua burocratização.

3.1 As contradições de um espaço burocratizado

Durante sua história a Fazenda Colubandê passou por várias modificações em sua estrutura, desde o momento em que iniciou sua construção até a sua história mais recente que vem sendo analisada. Momentos de refuncionalização aconteceram ao longo dos séculos, trazendo novas significações para as representações dos moradores e moradoras da região.

Refuncionalização/reestruturação do espaço material trata-se do ajuste do substrato espacial material a novas necessidades, decorrentes de novas relações sociais. O substrato espacial material precisa ser adaptado a novas funções no transcurso da manutenção de territórios dissidentes por um período de tempo relativamente longo. (SOUZA, 2013, p.252).

Essa representação forma um conjunto de memórias que transmite o que esse espaço significou para quem o frequenta e até quem apenas ouvia os seus relatos (ABREU, 1996). A partir dessa dinâmica cria-se uma relação afetiva com este lugar, que assim como o conceito de território, é oriundo da “organização espacial e produção do espaço, que também admitem ser entendidos como conceitos derivados do de espaço social” (SOUZA, 2013, p.32).

Com toda essa extensão de ações que ocorrem a todo tempo nesse espaço geográfico, recria-se objetos que um dia serão rugosidades em outros tempos, compreende-se a Fazenda como um espaço modificado a cada processo transformativo. Toda essa dinâmica é apresentada através das rugosidades do espaço e do tempo (SANTOS, 2006) e a partir das que fazem parte

da última transformação da Fazenda, compreende-se a justificativa para as ações que territorializam o espaço da Fazenda.

Segundo Souza (2013), deve-se compreender o conceito de território relacionando-o com as relações de poder, que só será exercido a partir do território, que é uma projeção espacial dessas relações e sua hierarquia do poder.

em muitos casos, o uso intenso e ostensivo de práticas espaciais, como restrições de acesso e locomoção, manuseio de signos inscritos na paisagem e ressignificação de lugares, modificação de fronteiras, e assim sucessivamente, envolvem a instrumentalização e alteração do território. (SOUZA, 2014, p.87).

Pode-se refletir a partir de Monteiro (2014) que essas práticas buscam promover a presença do Estado nestas áreas negligenciadas por muito tempo, buscando anular a ideia de um espaço opaco, mostrando a autoridade do poder público através da territorialização.

O território é, pois, um recurso conceitual que orienta a intervenção sobre o espaço urbano, não só no sentido de segmentar e hierarquizar o espaço, mas também no sentido de compreender a dimensão da segurança associada ao meio geográfico em que as ações estão inseridas, de modo que os aspectos da vida social não sejam indiferentes à atuação do Estado. Os dois significados podem ser entendidos como momentos distintos da atuação das forças oficiais. (MONTEIRO, 2014, p.128).

Como o espaço estudado é um patrimônio público que se encontra em uma área periférica, não dispõe dos mesmos investimentos de uma área elitizada que é permanentemente tratada a partir dessa gestão estatal. Ao longo do texto foi sendo apresentada a Fazenda como um palco do conflito da disputa de poder, quando o espaço geográfico se torna interessante para as instituições que detém o poder, este será instrumentalizado para esse exercício, como pode ser visto no desenvolvimento do Parque Histórico Estadual da Fazenda Colubandê, que teve sua criação autorizada pela Lei nº 9.661/22, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), buscando a preservação da Capela Sant'Anna e da Casa Sede como parte do conjunto local.

A partir de Novy (2002) pode-se analisar a Fazenda através da dualidade existente em suas relações com o poder. O retorno gradativo da utilização das dependências da Fazenda como sede do CPAM impactou as suas áreas de influência, com a volta da manutenção e segurança que refletem em como a comunidade percebe este espaço, que agora passa por um processo que dificulta o acesso ao seu espaço, que se encontra de forma mais burocrática, estando menos acessível ao público geral, devido aos requisitos necessários para acessá-lo. Não é impossível, mas é indiscutível que a necessidade de documentos por escrito e traje a rigor

afastam parte da comunidade. Por exemplo, um grupo de jovens saindo da escola e querendo jogar bola, precisarão de documentos e uma pessoa responsável para acessar as quadras; o que antes poderia ser uma pesquisa de campo em âmbito acadêmico, hoje tornou-se uma visita técnica, devido ao código de vestimenta.

Logo, compreende-se a Fazenda a partir da territorialização que se apropria e toma o controle através dessas ações que destacam sua presença, sendo o território da Fazenda definido por essas relações de poder (SOUZA, 2013), que o dominam e o fecham.

Sobre um espaço natural modificado para servir às necessidades e às possibilidades de um grupo, pode-se dizer que este grupo se apropria. Um espaço apropriado aproxima-se de uma obra de arte sem que ele seja seu simulacro”. Relacionada ao espaço de vivência cotidiana, “a apropriação não pode ser compreendida sem o tempo, os ritmos de vida. (CASTRO, 2000, p.169)

Essa ação tem como justificativa a volta da manutenção desse patrimônio, trazendo sua segurança e para quem entra em contato de forma direta ou indireta com suas áreas. Este espaço passa por esse processo cíclico de recriações, recebendo novas funções através dos tempos, representando a tentativa dos agentes de o delimitar e fazer dessas que essas ações sejam eficazes (NOVY, 2002).

Agora pode-se observar a Fazenda Colubandê como um espaço de poder legítimo, mas que já presenciou outras formas de exercício do poder, inclusive do poder paralelo, que acessou suas instalações quando estava em estado de abandono, situação que mostrou a existência de fronteiras dentro desse espaço, pois essas “fronteiras do espaço de poder no Brasil sempre foram alternativas políticas.” (NOVY, 2002, p.27), sejam criadas pela negligência do Estado ou em ações como o retorno burocrático do CPAM.

Essas fronteiras não são permanentes, podem ser alteradas pela disposição de forças e esses territórios podem existir constantemente de forma cíclica, delimitado sempre a partir das relações de poder.

Seria, com efeito, por demais repetitivo insistir aqui sobre a relevância instrumental do território, entendendo-se o poder acima de tudo como dominação e Estado – como heteronomia. Mas, se se mudar de perspectiva, poder-se-á verificar que também em uma coletividade autônoma, radicalmente democrática, o exercício do poder não é concebível sem territorialidade. (CASTRO, 2000, p.107).

Ainda sobre a análise da dualidade espacial, a partir de Novy (2002), pode-se refletir essa territorialização em uma perspectiva hobbesiana, onde o Estado terá a soberania desse espaço do poder, precisando possuí-lo, para poder instrumentalizá-lo, justificando qualquer

ação resultante disso através da eficácia do que havia sido demandando em seu último processo transformativo, discutido no segundo capítulo, que ao ser analisado em uma perspectiva foucaultiana, observa-se a ocupação da Fazenda pela violência urbana através de uma rede de elementos, principalmente pela falta de regras, já que em espaços de poder qualquer pessoa pode chegar e cumprir sua função de controle (NOVY, 2002).

Dito isso, vê-se o espaço da Fazenda territorializado a partir de uma estrutura organizada por uma diretriz padrão que deve ser seguida em suas dependências. Um território burocratizado pela necessidade de documentação e de seguir regras que afastam a comunidade dessa área opaca do Bairro do Colubandê. Uma fazenda regulamentada devido à sua posição de agora ser um aparelho do Estado.

Pode-se refletir acerca dessa burocratização através de Novy (2002), relacionando-a com a regulação, que está em pauta através dos aspectos político-econômicos dessa estrutura que passa pela apropriação que busca o acúmulo de regulação. Através do exercício do poder, o Estado consegue utilizar tanto o espaço da Fazenda quanto as instituições responsáveis para delimitar suas fronteiras e implementar as mudanças necessárias para impor sua soberania, um modo de regular as relações socioespaciais, modificando radicalmente sua posição quanto ao abandono que ocorreu.

As diferentes formas da estrutura da Fazenda Colubandê ser regulada parte da sua reprodução como território, fixando-se como aparelho do Estado, voltando ao interesse da utilização, conduzindo esses padrões e consolidando-os no espaço geográfico. Conduzindo uma seletividade espacial que através dessa dinâmica que dificulta o acesso da comunidade periférica pode ser visto como uma elitização do espaço junto ao processo de territorialização.

A representação conduzida por essa seletividade espacial é conflituosa quando é analisado o espaço e o tempo da Fazenda, considerando suas práticas socioespaciais, essa acumulação se entrelaça com a regulação desse território que pela essa consolidação das novas fronteiras afasta as pessoas e mantém os impactos do último processo transformativo ainda presente.

Foram expostos alguns apontamentos referentes à justificativa das ações excludentes junto ao retorno do CPAM, mas deve ser levado em conta a reflexão sobre para quem é e para quem funciona essa modificação no espaço. Deve-se refletir se realmente está seguro e para quem está.

Compreendo o papel do Estado nos dois últimos processos transformativos, o abandono e o retorno do CPAM, pode-se analisar este território com possibilidades espaciais para o vivido a partir dessas contradições.

3.2 Práticas territoriais e as possibilidades vividas

Compreendido o processo de burocratização da Fazenda Colubandê, deve-se refletir para além dessa regulação, pois pode parecer complicado analisar este espaço territorializado a partir da burocracia, já que por suas práticas socioespaciais, ele é muito mais forte do que essa dinâmica.

Acompanhando os processos transformativos através do tempo, o poder se entrelaça nas estruturas da Fazenda, já com suas fronteiras delimitadas, servindo como um instrumento de poder para o Estado.

Em um dia comum, pode ser que um grupo de adolescentes não consiga ter acesso às quadras das dependências da Fazenda, devido à falta de responsáveis pelo grupo ou de documentação redigida se comprometendo com os cuidados das suas áreas, mas este mesmo espaço permite um controle de uso para alguns eventos promocionais que estejam relacionados com políticas que beneficiem a hierarquia de poder.

Esse puro jogo estrutural satisfaz as necessidades de representação durante muito tempo e pode-se mesmo perguntar se aos axiomas do jogo não corresponderia, ou não teria correspondido, um sistema não explicitado de axiomas que governaria o uso do poder no espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.145).

De acordo com as leituras de Raffestin (1993), podemos compreender a formação do território da Fazenda a partir do seu espaço geográfico, resultante da ação delimitadora realizada pelo agente que se apropriou desse espaço. Durante a dinâmica de territorialização, o processo de apropriação pode ser visto como “a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p.144). Para essa territorialização ser retomada em um espaço que se tornou vazio como a Fazenda Colubandê, durante seu abandono, foi necessário um projeto sobre esse espaço, considerando suas práticas e comportamentos, para que se justifique as ações ali impostas. Considerando suas relações socioespaciais dentro da infraestrutura e como fazê-las se conformarem com estas ações. Com o processo da volta gradual do CPAM sendo concluído, este espaço, agora delimitado como território, poderá ser usado como instrumento de poder, como em ações em anos de eleições sendo amplamente divulgadas nas redes (**FIGURA 6**).

Figura 6 - Inauguração do III Centro de Equitação Terapêutica (2022)



Fonte: Instagram @cpam_pmerj, (2022).

As práticas socioespaciais que moveram os processos transformativos que modificaram o espaço geográfico da Fazenda Colubandê estão entrelaçadas com as práticas territoriais que ocorrem ali.

Pode-se refletir com Harvey (2012), que como a Fazenda está localizada em uma área urbana que por anos foi tentada ao conflito, percebe-se a redistribuição deste espaço geográfico a partir dessas práticas territoriais, que são justificadas pela segurança demandada por esse momento anterior de conflito, onde a violência urbana ameaçava o cotidiano da comunidade. Agora seguindo a hierarquia de poder, o Estado bloqueia qualquer fronteira estabilizada para tomar posse e manter o controle agora que tem seu interesse acionado.

Depois de anos de um espaço em estado de abandono, hoje a Fazenda tem em suas instalações a manutenção e a segurança em dia. Agora territorializada e protegida contra as práticas violentas ilegítimas, é utilizada como espaço de poder, justificando e burocratizando através das ações prestadas à comunidade. É um novo processo transformativo, produzindo uma nova representação para a comunidade que observa esse lugar ser reconstruído em seu “contexto sócio-histórico no qual se originou e do qual procede.” (RAFFESTIN, 1993, p.149). Essas ações e comportamentos de reconstrução, consolidam um sistema de práticas socioespaciais e territoriais, participando dessa produção territorial organizacional, delimitando o espaço a partir das manifestações de poder nesta área.

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente. Sendo a ação sempre

comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis. O problema da escala sendo bem entendido, posto de lado. (RAFFESTIN, 1993, p.153).

Compreende-se o sistema territorial, que ali surgiu, como “produto e meio de produção” (RAFFESTIN; 1993, p.158), que se apropriou do espaço, trazendo para este, sua territorialidade, tornando-se território, organizado territorialmente, conduzido pela ideologia da organização que o domina, instrumentalizando-o a partir de suas relações de poder:

[...] pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p.158)

Como espaço vivido, pode-se perceber as diversas possibilidades criadas através das relações e práticas permitidas pelo Estado na Fazenda. Gerida como um dos equipamentos coletivos dessa instituição, neste palco de ressignificações das representações, ocorrem recriações dessas práticas do Estado que constituem o real através das relações socioespaciais, implementando as territoriais, que resultam nessas possibilidades de um espaço vivido.

Esta territorialidade, se apoia nos processos transformativos em que a Fazenda passou, se apropriando do espaço-temporal para justificar seus interesses através das ações já citadas. Sendo dinâmica e se apoiando através das refuncionalizações e ressignificações do espaço da Fazenda, “pois a própria maneira como o ‘espaço’ é construído como objeto há de ser diferente” (SOUZA, 2013, p.28). Isto é, vemos a Fazenda como um espaço político, a partir da sua delimitação territorial, mas como um espaço vivido e percebido, a partir da sua representação como lugar.

Segundo Souza (2013), pode-se interpretar o lugar como um espaço geográfico repleto de representações, como um espaço vivido, pois deve ser analisado como uma espacialidade de si.

De acordo com Raffestin (1993), tudo estará presente nas relações desses processos de produção, permitindo aos agentes envolvidos alcançarem seus objetivos, proporcionando ganhos, mas com custos, podendo ser equilibrados, simétricos.

Para possuir o espaço da Fazenda, teve de se ter o poder, podendo agir na territorialização desta. O poder de forma estrutural impacta nas ações, mas não de forma a controlá-la, ele “é a capacidade humana de configurar alguma coisa, de agir, de fazer história e geografia.” (NOVY, 2002, p.51) e suas

estruturas não atuam apenas de forma proibitiva, mas também orientam a ação. Por essa razão as reflexões de Foucault sobre o poder e o espaço continuarão significativas para o conceito político-econômico de estrutura, embora o capital desempenhe nesse conceito, diferentemente de Foucault, um papel-chave. (NOVY, 2002, p.51)

Essas práticas territoriais só ocorrem enquanto relações socioespaciais nesse lugar especializado através da representação da Fazenda, em uma área periférica construída exatamente para ser periferia, um espaço opaco com um patrimônio representado por um ciclo poliesportivo abandonado, por mais que não se encontre nessas condições. Continua a reflexão sobre a mudança de tratamento em um espaço luminoso, pois existem todos os elementos para observar o espaço vivido e suas possibilidades, mesmo em uma área que por muito tempo foi negligenciada.

Refletindo a partir de Castro (2000), pode-se entender que a ocupação desse espaço, delimitado por novas fronteiras da violência urbana em suas áreas de influência, cria raízes e produz essa representação de medo que existiu e ainda existe, não permitindo que grupos compreendam esse espaço ressignificado

o espaço é anterior ao território. Mas acreditamos que este autor incorre no equívoco de “coisificar”, reificar” o território, ao incorporar ao conceito o próprio substrato material – vale dizer, o espaço social. Sem dúvida, sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se à também diante de um território, e não só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializando por alguém. Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social – ao menos enquanto o homem também estiver presente. (CASTRO, 2000, p. 96).

A análise espacial deve considerar a totalidade do mesmo, considerando processos transformativos que dão novas funções e significados para suas estruturas. Também deve-se considerar o recorte temporal dessas modificações, já que “a administração pública, encarregada da implementação nada neutra do poder, detém um poder cada vez maior.” (NOVY, 2002, p. 53).

Ao entender a conjuntura atual da Fazenda, compreendendo as diversas pautas sendo levantadas sobre sua importância, como a (**FIGURA 7**), há de se notar seu uso como instrumento de poder, por quem já o detém e a possui, tendo cada vez mais poder, pois “Historicamente, a forma mais habitual da acumulação de riqueza foi a apropriação

política por parte dos dominantes.” (NOVY; 2002, p.59). Se quem controla as instituições responsáveis impõe suas pretensões, pode-se definir as regras do espaço de poder e gerar mudanças, territorializando-o.

Figura 7 - Manchete sobre a Fazenda Colubandê (2022)

Castro sanciona lei que permite transformar a Fazenda Colubandê, em São Gonçalo, em parque estadual

Por: Filipe Vidon em 02/05/22 15:43

Fonte: Extra, 2022.

Através de pautas como essa, a Fazenda consegue ter sua relevância para o Estado, mesmo que sendo utilizada como instrumento do exercício de poder, intensificando o uso do seu espaço. Voltam manutenção e segurança, mas para quem esse espaço serve, agora?

Todo esse poder vai produzir ações, criando a demanda de uma regulação, que é parte do setor do Estado, planejado para o controle. Isto consolida as normas sociais impostas a esse espaço, impactando na produção de territórios.

A partir dessas reflexões, compreende-se a Fazenda Colubandê como uma estrutura consolidada, desde o Brasil Colônia, tendo sua estrutura de poder e a física, profunda, mas ao fazer a pesquisa sobre seu espaço, pode-se observar diversas ações institucionalizadas através dos seus processos transformativos. “Como a ordem social contemporânea é conflitiva, há sempre processos que atuam na direção da transformação; equilíbrios sociais são exceção. Mas as estruturas mais além elaboradas limitam o espaço de possibilidades para alteração dos campos sociais.” (NOVY; 2002, p.77).

Com a volta do CPAM à Fazenda, o número de frequentadores(as) aumenta, aproveitando suas instalações, circuitos jovens urbanos dinamizando as áreas e se apropriando delas (MAGNAMI, 2005).

Atualmente esse espaço se encontra como um lugar que transmite mais segurança do que os últimos anos, para uma parte da comunidade. Tornou-se burocrático, como foi analisado no capítulo anterior, mesmo com essas reflexões feitas, isso permitiu possibilidades para ser um espaço vivido para além das práticas territoriais.

3.3 Considerações acerca do que é chamado de seguro

Ao levar em conta quem detém o poder e como ele é processado a partir das representações apresentadas, ocorrem reflexões que se fundamentam em toda a estrutura, desde quem o possui até quem frequenta esse espaço geográfico ou de alguma forma é impactado pela dinâmica urbana. Sobre essa dinâmica, observa-se em Marafon e Ribeiro (2017) a relevância dessa região, em várias escalas, quando se trata de articulação e dinamismo, onde seus espaços, atualmente, não funcionariam apenas para o objetivo em que foram criados, podendo manifestar outras atividades além de lazer e vivências.

Reflete-se com as leituras de Castro (2000) que a territorialidade da Fazenda Colubandê pode ser abstrata a partir das práticas determinadas e que a operam. Localizada em São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que segundo algumas bibliografias pode ser considerada uma “cidade dormitório” (MARAFON; RIBEIRO, 2017), onde, nessa relação, evidencia a precarização da periferia metropolitana, em detrimento da capital. Isso resulta em várias problemáticas, como já foi abordado durante o texto.

Uma estratégia e uma agenda que permitam o início de um círculo virtuoso para a RMRJ e, principalmente, para a periferia devem pensar, de forma integrada, políticas sociais, de infraestrutura e de atração de investimentos. Essa estratégia e essa agenda devem levar em conta a questão da melhoria da educação e da formação profissional, bem como das políticas públicas de saúde; a criação de recursos de amenidades, como parques públicos, hoje inexistentes na periferia metropolitana, exceto em Niterói; a organização do zoneamento urbano e a regularização de terrenos para a instalação de empresas; e melhoria da logística e da infraestrutura de telecomunicações, energia elétrica e saneamento. E tudo isso deve ser pensado tanto para os cidadãos quanto para as empresas. (MARAFON; RIBEIRO, 2017, p.22).

O território da Fazenda se encontra para além do controle do território para o uso pelo Estado, ali reparte-se o poder e torna-se relevante na formulação de estratégias das práticas. Assim vemos a transformação da Fazenda em parque estadual de São Gonçalo, aprovada pelo governador Cláudio Castro no último ano (ALVES, 2022). Definido a partir das relações de poder neste espaço, esse território é essencialmente um instrumento de poder, podendo ser seguro para quem interessa no momento ou para determinadas camadas da sociedade. Enquanto as instituições responsáveis pela Fazenda estiverem coexistindo através do poder, ele e suas relações existirão, “transforma-se, assim, através da política, em território (...)” (CASTRO, 2000, p.18).

Na atualidade, ao analisarmos as mudanças do mundo rural e as transformações em curso, é necessário remeter ao processo de urbanização (das ocupações não agrícolas, da expansão do consumo, da acessibilidade etc.). Essas mudanças estão, em grande medida, associadas aos espaços de lazer, de produção industrial e dos “processos de produção de valores simbólicos” (MARAFON; RIBEIRO, 2017, p.105).

Nesse espaço transformado, tem áreas em que existem camadas da sociedade que se beneficiam ou não estão expostas a nenhum tipo de violência e pessoas que são privadas desse espaço, como foi apontado durante o segundo capítulo e ainda segundo Castro (2000), as relações de poder são dinâmicas e seguem essa estratégia estabelecida, onde sua resignificação coincide com a violência que impacta dentro da particularidade de cada pessoa, que convive

com os limites e possibilidades de uma cidade metropolitana periférica que refletem nas relações sociais e no modo de reconhecimento dos jovens pela cidade de São Gonçalo. Cada jovem criou histórias que marcaram as vidas delas referentes à construção do espaço do município. Lembranças das amizades da época do colégio com conversas e brincadeiras na pracinha. Campeonatos de futebol no campinho do bairro como única atividade de lazer do local sem infraestrutura. (MARAFON; RIBEIRO, 2017, p.361).

Esse processo é a representação do espaço através da utilização do território, nutrindo esse discurso, isso faz com que o território da Fazenda possa ser analisado politicamente, como um território usado (SANTOS, 1996).

Considerando as estruturas das relações de poder e a produção desse território como um fenômeno oriundo dessas práticas socioespaciais e territoriais, compreende-se a concepção de um espaço opaco. Um patrimônio em situação de abandono, sendo um espaço percebido como um ciclo poliesportivo abandonado, onde a marginalidade atua e impactou seus significados em diversas representações da comunidade.

São Gonçalo, cidade do prazer e do desprazer, onde as lembranças afetivas estão intrinsecamente ligadas aos momentos de felicidade. Ao mesmo tempo, cidade rejeitada pela juventude onde há falta de qualidade de vida. Essas duas faces de sentimento se encontram unidas como uma moeda. (MARAFON; RIBEIRO, 2017, p.362)

Essa representação que se consolidou desde seu abandono, refletiu em suas ações nesse processo de territorialização do espaço da Fazenda Colubandê, justificando suas ações excludentes através do retorno da segurança e manutenção, que desde então haviam sido clamadas. E mesmo com esse processo, ocorrem relatos que ignoram o retorno do CPAM, como no anúncio da criação do parque estadual: “As instalações estavam sem uso e abandonadas

desde a saída do Batalhão de Polícia Florestal e de Meio Ambiente da PM, em julho de 2012. E, nenhum órgão, no momento, responde pela gestão do imóvel.” (ALVES, 2022, p.1).

Isto é o território da Fazenda, com sua territorialidade, limites e redes produzidos a partir do espaço, que foi socialmente produzido, agora sendo territorializado pelos agentes responsáveis pelas instituições que detém o poder em suas dependências.

A apropriação não pode se confundir com uma prática próxima dela, mas distinta: o desvio. Um espaço existente, tendo tido sua finalidade (sua razão de ser, condicionando formas, funções, estruturas) pode se encontrar vago e em seguida desviado. Portanto, reapropriado por um uso outro que o primeiro (CASTRO, 2000, p.234).

Os agentes que durante o tempo modificam o espaço da Fazenda, produzem possibilidades de ações a partir do seu domínio, influência e condições, devido as relações de poder ali presentes. Essa configuração mostra como, através dos processos transformativos que ocorreram, a institucionalização dessas ações ocorreu nesse espaço. Produz-se a demanda e elas já surgem se auto justificando a partir dessa problemática causada pelo próprio responsável.

A partir de Lefebvre (2006), compreende-se que apenas com esse tipo de análise pode-se percorrer através desses conceitos que rondam esse objeto de estudo. Uma Fazenda que passou por processos que a modificaram que produziram necessidades em que ela estava ali para servir e possibilitar ações que justifiquem suas modificações e junto à dinâmica ocorre a apropriação desse espaço, através da reorganização e autoridade administrativa.

Com a presença ou falta dela. No limite, nesta sociedade, a burocracia se diz, se quer, se coloca e talvez se crê “legível” e transparente; ao passo que ela é a opacidade, o indecifrável, o ilegível. Do mesmo modo, os aparelhos (estatais e políticos) (LEFEBVRE, 2006, p.211).

A Fazenda em sua perspectiva territorial, passa a ser utilizada como recurso e esse processo a leva à política, como foi apontado durante o texto. A partir disso, passa a ter função na sociedade, onde justifica-se as ações de quem se mantém no topo da hierarquização do poder, como um objeto do Estado, dentro da sua realidade servindo para um objetivo eventual através da segurança e preservação desse patrimônio, projetando a instrumentalização do poder como função de fazer o bem dentro dos padrões sociais para esse espaço. Definindo-se pela possibilidade do domínio desse território e suas influências, a partir de sua multiplicidade.

É um poder que guia para um objetivo e serve de intermediário rumo a esse objetivo. É, portanto, um poder finalizado, um poder finalizado sobre aqueles mesmos sobre os quais se exerce, e seja ela a cidade, o território, o Estado, o soberano [...] É, em sua

paradoxal equivalência, e não a unidade superior formada pelo todo.” (FOUCAULT, 2008, p.173).

Deve-se considerar a totalidade para que a reflexão possa ser feita, desde a sua administração até a sua apropriação, alcançando a instrumentalização desse aparelho do Estado que foi territorializado, a partir dessas práticas intensificadas em suas áreas. Essas análises se fundamentam de forma simultânea ao considerar toda a estrutura que o Estado impõe na intenção de demonstrar sua soberania, redefinindo o espaço de poder e sua regulação (NOVY, 2002).

Cada combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes constitui o atributo produtivo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação. A função da forma espacial depende da redistribuição, a cada momento histórico, sobre o espaço total da totalidade das funções que uma formação social é chamada a realizar. Esta redistribuição-relocalização deve tanto às heranças, notadamente o espaço organizado, como ao atual, ao presente, representado pela ação do modo de produção ou de um dos seus momentos. (SANTOS, 1977, p.89).

Novy (2002) diz que uma representação histórico-geográfica pode ser por várias razões, sendo áreas representadas que se relacionam durante os processos transformativos. Fica aqui, nesta pesquisa uma análise das estruturas de poder sobre o espaço da Fazenda Colubandê; um espaço, nesta perspectiva de ocupação e modificações socioespaciais, um lugar de afeto para as gerações que conseguiram se apropriar de suas dependências para o lazer e vivência; e um território para as relações de poder em conflito através dos agentes que instrumentalizam esse aparelho do Estado, estruturado dentro dessa hierarquização de poder desde o Brasil Colônia, com suas fronteiras cada vez mais fixas através das modificações que passa. Um espaço geográfico onde se faz, onde se representa e se vive a Geografia e a História, através do espaço e do tempo com todos seus conceitos e categorias.

3.3.1 A segurança como moeda de troca da violência subjetiva

Após as análises feitas dentro das perspectivas históricas e geográficas, pode ser discutida a representação da Fazenda Colubandê depois do seu último processo transformativo, problematizando a partir da seguridade proposta através da militarização do espaço da Fazenda, que proporcionou esse processo de territorialização apresentado durante o terceiro capítulo.

A geografia é uma forma particular de ciência que tira sua especificidade de relacionar imagem e fala por meio da categoria da paisagem. E essa especificidade vem do fato de que para produzir a sua forma de representação do mundo a geografia tem que conceber o mundo como espaço. Essas duas categorias necessitam para isso mobilizar a categoria intermediária do território. Paisagem, território e espaço formam, como veremos a seguir, a tríade das categorias da representação e construção da ideia de mundo da geografia. (MOREIRA, 108)

Na problematização dessa seguridade, será considerado a interseccionalidade para abordar essas modificações que trazem novas funções e significados no imaginário local, já que interpretando a partir de Moreira (2008, p.109), essas alterações são “o ponto de partida e o ponto de chegada na produção da representação”. Com isso, busca-se compreender a desigualdade que impactou essa espacialidade por meio de uma violência subjetiva e institucionalizada nas estruturas da Fazenda.

No momento que essas modificações produzem novos significados para a comunidade, tornam-se a apresentação da Fazenda para a comunidade, consolidando uma representação dentro da particularidade dessas pessoas. Ocorrendo a partir dos seus aspectos recentes, que surgem ou retornam após esses processos transformativos e passam a ecoar, evidenciando essa nova organização do espaço (MOREIRA, 2008).

Compreendendo os processos transformativos apontados durante o texto, pode-se aprofundar a leitura a partir de uma perspectiva interseccional, compreendendo essas modificações para além da hierarquização do poder, introduzindo a percepção de algumas das diferentes particularidades das camadas sociais e como estas foram impactadas de várias formas diferentes pelos processos que modificaram as estruturas da Fazenda.

A partir do contato com esses processos transformativos, a comunidade compreende a estrutura, mesmo que abstrata, dessa nova organização espacial, através da exposição desses novos significados e funções.

A geografia é o estudo da relação homem-meio, por meio da organização do espaço pelo homem. Homem e meio são dicotomizados e o estudo do homem é visto como objeto da geografia humana e o da natureza como objeto da geografia física, de modo que a noção de relação homem-meio é abandonada no caminho e o espaço como forma de organização não é chamado a intervir.

A decorrência disso é a ideia de que há uma estrutura invariável de sociedade: seja qual for seu tempo e espaço, a sociedade é sempre uma estrutura N-H-E (algumas vezes H-E-N e outras E-HN, o que dá no mesmo) (MOREIRA, 2008, 111).

E nessa dinâmica a espacialidade e territorialidade da Fazenda se torna aparente e passa a ser representada a partir da particularidade da comunidade que tem contato com este espaço.

Esse processo é estruturado “na forma combinada da paisagem, do território e do espaço” (MOREIRA, 2008, p.116).

A Fazenda Colubandê tem seu espaço e território estruturados a partir da violência que ressignifica e refuncionaliza suas relações e sua representação para a comunidade que frequenta seu espaço ou tem algum contato com sua área de influência externa, visto que, analisado por meio de Moreira (2008), essa configuração do espaço na paisagem é o seu território.

As periodizações internas na reconstrução do processo de produção do espaço constituem a manifestação concreta de uma forma de produzir, já que o espaço é condição geral de cada forma de produção, com sua própria territorialidade, sendo o acesso a essa condição de produção o espaço equipado, razão pela qual, em sua formulação, deve-se partir do espaço histórico anterior, inscrito em determinada produção (CASTRO, 2000, p. 251).

O território é a apropriação do espaço por um grupo, que se transforma a partir da política e o processo de dar uma nova função passa por “uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado” (CASTRO, 2000, p.29) ou recriado, como já foi abordado por aqui.

Até aqui nota-se o longo processo de produção socioespacial da Fazenda. A dinâmica em que seu bairro homônimo surgiu, teve influência direta do estilo de venda em lotes das terras, resultando nas subdivisões (MAPA 5), apresentadas no primeiro capítulo, onde foi mostrado a queda no prestígio da área onde está localizado o objeto de estudo, a partir do seu momento de abandono, somado aos critérios econômicos e fatores locacionais das outras áreas.

Aglomerados de exclusão seriam marcados então pela desterritorialização extrema, uma certa fluidez marcada pela instabilidade e a insegurança constantes, principalmente em termos de condições materiais de sobrevivência, pela violência frequente e pela mobilidade destruidora de identidades. Tratam-se, em síntese, de espaços sobre os quais os grupos sociais dispõem de menor controle e segurança, material e simbólica (CASTRO, 2000, p. 193).

Ao passar pelo seu último processo transformativo, a partir das práticas territoriais, o espaço da Fazenda passa por um processo de burocratização, onde suas áreas de lazer continuam de difícil acesso para uma parcela da população, tendo essa ação de segregação justificada pela volta da manutenção e segurança.

E essa acessibilidade vai ter uma relação direta com a circulação em localizações precárias, distanciada pelo asfalto (CASTRO, 2000). Seguindo isto, percebe-se a partir de Souza (2013), que o território da Fazenda está junto à sua materialidade em sua organização espacial criado pelas instituições responsáveis pelas suas dependências. Em seu espaço

socialmente produzido, observa-se o acúmulo capitalista vinculado a ideia da produção simbólica e manutenção do poder, principalmente ao considerar essa dinâmica de exclusão social em seu novo território. É nessa produção de símbolos que a comunidade é condicionada a perceber a segurança.

O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se essa pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo de onde originara-se o poder, desaparece, “o seu poder” também desaparece (SOUZA, 2013, p.80).

A Fazenda como um espaço de acúmulo desiguais de tempos, marca as representações locais através das rugosidades, como sua arquitetura europeia e os resquícios de violência em sua estrutura, quando abandonada, além das várias funções que teve desde sua construção. Esta última função, como um espaço militarizado e seguro, pode ser visto como um fator de repulsão para muitas pessoas ao considerar suas particularidades. Se quando abandonada, as práticas socioespaciais podiam ter a violência ilegítima presente de várias formas diferentes, impactando também de formas diferentes, como assédio e furtos; agora, segura, pode estar produzindo uma violência subjetiva através do exercício de poder e da violência legítima, através da exclusão que essa violência vai servir a partir dos seus muros, cancelas, documentação e vestimentas técnicas exigidas. E isso será sentido diferentemente de cada pessoa presente nas diversas camadas da sociedade, considerando gênero, cor, entre outras.

Dito isso, compreende-se como esse espaço é dominado e impacta a comunidade que tem contato com ele. Essa influência sobre as pessoas agora também pode ser vista a partir dessas limitações, abstratas ou não, já que

uma fronteira bem pode ser uma linha reta arbitrariamente traçada sobre um mapa em gabinete, a qual será, depois, imposta a muitos milhões de homens e mulheres; se os limites e as fronteiras podem ser deslocados sem que para isso seja preciso, necessariamente, alterar os substratos materiais, ou sem que uma tal alteração seja um requisito prévio (SOUZA, 2013, p. 97).

O poder e o território são intangíveis por serem produtos das práticas socioespaciais, expressando-se através das relações espaciais e territoriais, mesmo indiretamente. Essa dinâmica afirma ações e identidades na reprodução de significados e funções a partir dessa dimensão de poder no território como um palco de disputa, que acontece pelas instituições responsáveis e grupos que resistem em ocupar os diversos espaços, pois os territórios surgem

de forma alternada através de suas áreas e disponibilidade durante o dia e a noite (SOUZA, 2013).

De acordo com Massey (2008), essas modificações através da espacialização e lógica de quem controla o Estado, expõe seus efeitos de violência, racismo e opressão. Processo que produz novos lugares definidos por suas diferenças a outros, surgindo dessas modificações, trazendo uma representação do espaço organizado a partir das suas fraturas e constrangimentos na sua relação com a sociedade, frequentemente divididas ao considerar as camadas sociais que afastam até o limite de interação por um tempo.

relativamente ao território, e tomar a interpretação do lugar como um espaço dotado de significado, como um espaço vivido, simplesmente como uma primeira aproximação conceitual. Isso porque, mais exatamente, os lugares merecem ser entendidos como as imagens espaciais em si mesmas. Só existem enquanto durarem as relações sociais das quais são projeções especializadas. As imagens e os sentidos de lugar não são “coisas” materiais – e, por derivação, os próprios lugares, enquanto tal, não devem ser assimilados diretamente à materialidade. Os lugares só existem pela e na “topofilia” (SOUZA, 2013, p.117).

Essa representação na memória da comunidade forma um conjunto de lembranças que transmite o que esse espaço significou para quem o frequentava e até quem apenas ouvia os relatos destes (ABREU, 1996).

Até 2012, antes do seu abandono, havia segurança e manutenção em dia neste espaço, áreas de lazer abertas à população, crianças periféricas saíam da escola e a tarde jogavam e brincavam em suas áreas, servindo como um espaço de lazer e vivências.

Com seu abandono, entre 2012 e 2017, perde-se algumas práticas socioespaciais que o estimulavam, logo se afasta de suas características de um lugar de lazer e vivências. Ainda assim, existia resistência e o espaço era ocupado por circuitos jovens urbanos (MAGNANI; 2005), se apropriando e utilizando do espaço enquanto estava abandonado, em busca do seu lazer, mas não eram todas as camadas da sociedade que faziam parte desse novo processo de ocupação, visto que um espaço abandona pelas instituições responsáveis pode resultar em níveis diferentes de violência principalmente em relação a idade, etnia e gênero.

São Gonçalo é uma cidade com muitos bairros periféricos e como visto durante o texto, a Fazenda se encontra em uma localidade segregada em relação ao contexto socioeconômico, que por muito tempo não recebeu a atenção necessária das instituições responsáveis, sendo uma área de lazer para jovens periféricos durante gerações e com seus últimos processos transformativos, tornou-se limitada a partir dos fatores de repulsão para ocupação de circuitos jovens urbanos, em um primeiro momento, onde havia se tornado um ciclo poliesportivo

abandonado. Enquanto suas estruturas de lazer existiam sem segurança, a presença de pessoas era afunilada, principalmente a partir do recorte interseccional.

Foi analisado que a partir da volta do CPAM, a seguridade nas áreas de influência da Fazenda retornou, organizada e com a manutenção em dia, trazendo a burocracia para acessá-la em troca disso, servindo como ferramenta de controle e territorialização do seu espaço.

aquele tipo de “regularização” que, nitidamente, é uma “deslugarização” opressora, que desrespeita a dignidade de pessoas humildes e implica desqualificar a vida e as memórias de quem construiu e habita um lugar: um espaço deixa de ser um bairro popular para ser tido, acima de tudo, como “degradado” ou “deteriorado”, que precisa ser “revitalizado” ... Tais termos são típicos de um discurso técnico que “deslugariza” para facilitar a desterritorialização (SOUZA, 2013, p.125).

Essa nova dinâmica afeta pessoas periféricas com poucas opções de lazer, como vem sendo comum nos últimos anos a partir de uma análise estrutural e socioeconômica nacional. Agora é necessário passar por um processo de identificação e documentação para adentar as instalações da Fazenda, para organização dos grupos e responsáveis por estes. A segurança que deveria ser um direito básico junto ao lazer, burocratizou o espaço da Fazenda junto à sua militarização, justificando sua existência nesse processo transformativo que propaga a exclusão em suas dependências, servindo uma violência subjetiva em suas áreas de influência que vulgariza esse imaginário da Fazenda abandonada.

Considerando a formação e composição da população brasileira a partir de todos os processos da colonização, compreende-se o recorte da população periférica dentro de um Estado burguês neoliberal. A cultura periférica se choca com o comportamento desse Estado que impõe seu distanciamento a espaços básicos como lazer e vivência, um império normativo dessa ordem é intensificado, correspondendo ao aumento das aparências descendentes europeias presentes no espaço brasileiro. “Já na distribuição das terras no interior do território urbano impõe-se, por lógica inerente ao processo produtivo adotado, a segregação territorial.” (SODRÉ; 2002, p.42).

Essa segregação territorial pode ser identificava através das permissões concedidas em seus espaços, impulsionados através das formas simbólicas em seu espaço, que representa o percebido e vivido através das práticas que projetam a Fazenda e suas características de acordo com o seu recorte histórico, reproduzindo, ressignificando e produzindo novas funções.

A relação entre tempo e espaço na Fazenda significa que novas formas de apropriação e representação demandam novas modificações, gerando os acúmulos desiguais em seu espaço e no seu tempo. Em suas funções e nos seus significados (SODRÉ, 2002).

Ressignificação de lugares a imagem dos lugares é, muitas vezes disputada entre diferentes agentes. Nessas circunstâncias, a cultura, o simbolismo e o discurso aparecem na qualidade de “campos de batalha”, em que visões de mundo e práticas hegemônicas e não hegemônicas entram em confronto. As representações espaciais, os relatos sobre as histórias dos lugares, a toponímia, as discussões em torno das supostas “vocações” e do futuro dos espaços... Tudo isso tem, não raro, crucial importância para as lutas políticas (SOUZA, 2013, p.253).

O ir e vir de ações feitas das instituições responsáveis pela Fazenda, principalmente pós abandono, consolidou um padrão rotinizado de ações, determinando práticas generalizadas para além desse espaço e desse tempo – que já passou –. Neste momento em que a Fazenda havia se tornado um ciclo poliesportivo abandonado, foi institucionalizado uma representação repulsiva desse espaço devido a margem para violência que surgiu, que se manteve mesmo depois do retorno do CPAM.

De acordo com Almeida (2021), o Estado é a forma política do mundo contemporâneo e é racista ou racial, já que “o racismo não poderia se reproduzir se, ao mesmo tempo, não alimentasse e fosse também alimentado pelas estruturas estatais” (ALMEIDA; 2021, p.87).

A partir da falta de assistencialismos e com políticas segregadoras para a população periférica e as camadas mais vulneráveis da sociedade, o Estado classifica essas pessoas, bem como regimes colonialistas, nazistas e do apartheid, que não poderiam existir sem ele, pois coexistem e se apoiam, além da participação de outras instituições que, como o Estado, vão se beneficiar das estruturas racistas institucionalizadas desde o Brasil Colônia. O Estado não é um mero instrumento de quem o controla, em uma sociedade estruturada pelo racismo, ele aparece como mecanismo de repressão (ALMEIDA; 2021) e vemos isso em políticas excludentes dentro da divisão social.

O Estado estruturalmente racista vai conceder vantagens e privilégios exclusivos para as pessoas que estão melhor qualificadas nessa lógica racista e em uma posição em que sofrem menos repressão, no topo dos privilégios da sociedade e para que isso aconteça sem que haja reivindicações da partilha, deve-se existir ações que justifiquem tais atos excludentes, como a sensação de segurança nas áreas de influência externas da Fazenda e a manutenção de um patrimônio da cidade de São Gonçalo (MOORE, 2007). As ideologias racistas que sustentam essas políticas se mesclam com o próprio racismo, já que

é por meio do espaço ideológico que se estruturam as diversas ramificações que operacionalizam o racismo no dia-a-dia, por meio das instâncias econômicas, políticas e culturais. O racismo secreta suas próprias ideologias de sustentação e elas têm em comum o fato de criarem um ambiente de intimidade orgânico entre o grupo racial hegemônico e a própria raça subalternizada. (MOORE; 2007, p.255).

Seguindo essa reflexão, as ideologias racistas, ao sustentarem essas delimitações territoriais, essas burocratizações, inflações, entre outras ações, em espaços como a Fazenda, que servia como lazer e vivências para a comunidade, são abrangentes na vida cotidiana, não aparece de forma que seja fácil a identificação do ato, que seja nítida sua existência, podendo ter sua existência negada.

No seu ponto mais alto de sucesso evolutivo, o racismo, como forma de consciência grupal, não aparece mais como racismo e, até mesmo, se nega como tal. É essa característica de poder se “negar a si mesmo” que lhe confere tal plasticidade e resistência aos esforços de mudança. (MOORE; 2007, p.256).

Cria-se durante a vida uma confusão em torno do que é o racismo, já que parece que basta haver educação para o mesmo ser erradicado. “No entanto, as mais fortes evidências históricas, que apontam para o sentido de que o racismo teria se constituído historicamente, e não ideologicamente, mudam esse quadro”. (MOORE; 2007, p.279). E podemos comparar essa afirmação de Moore com Novy (2002) onde ele diz que, historicamente, a forma mais habitual da acumulação foi pela apropriação, então se quem controla as instituições responsáveis impõe suas pretensões, pode-se definir as regras do espaço de poder e gerar mudanças, territorializando o espaço da Fazenda e segregando as camadas menos favorecidas da sociedade, justificando suas ações através de coisas que deveriam ser um direito básico, como segurança.

Nas sociedades atuais, os recursos vitais se definem em grande medida em termos de acesso: à educação, aos serviços públicos, aos serviços sociais, ao poder político, ao capital de financiamento, às oportunidades de emprego, às estruturas de lazer, e até ao direito de ser tratado equitativamente pelos tribunais de justiça e as forças incumbidas da manutenção da paz. O racismo veda o acesso a tudo isso, limitando para alguns, segundo seu fenótipo, as vantagens, benefícios e liberdades que a sociedade outorga livremente a outros, também em função de seu fenótipo. (MOORE; 2007, p.284).

Independente da escala, a função do racismo é blindar quem é beneficiado por ele, isso é criado pelo seu próprio fundamento, ele se encontra em todas as instâncias e funcionalidades do mundo. Moore (2007) diz que a sociedade é impactada por isso pois

o racismo visa à manutenção de redes de solidariedade endógena automática em torno do fenótipo, redes que estão especificamente voltadas para a captação, a repartição, a preservação e o controle monopolista dos recursos básicos de uma sociedade. Dito de outra maneira: o racismo é uma recuperação cultural de um conjunto de comportamentos agressivos, violentos e egoístas cuja finalidade é a estruturação e a sustentação de sistemas de gestão dos recursos em termos racialmente monopolistas. (MOORE; 2007, p.285).

Moore (2007) diz que o problema não estará no fato da superioridade imposta por atos racistas, mas no fato de que existir benefícios a partir desses atos em comparação a quem é oprimido. Usufruindo de direitos econômicos e sociais que são negados à sociedade geral, detendo o poder que lhe permite reproduzir as estruturas de dominação ao seu favor e nessa segregação, é “como se, mesmo denunciando-se o Estado, fosse emulado o olhar que é próprio do aparelho Estado, que é um ‘olhar de sobrevoo’” (SOUZA, 2013, p.200).

O passado influencia na representação que a comunidade tem da Fazenda, já que é repleto de significados que surgem das práticas socioespaciais e territoriais mais profundas que foram acumuladas pelos tempos e os processos transformativos que ali ocorreram, distorcem a realidade, causando o conflito entre as perspectivas que existem sobre a Fazenda e abrindo margem para diferentes formas da comunidade ser impactada pelos processos violentos ou excludentes resultantes dessas modificações.

Essas formas são marcas nessas relações e a violência está presente nesse imaginário constituído a partir dessa representação de abandono. Parte da comunidade, a partir do processo do abandono, evita frequentar a Fazenda por ser socialmente mais suscetível à violência – ou falta de segurança – em suas dependências e uma outra parte, agora com a volta da seguridade, tem seu acesso dificultado a partir de uma lógica burguesa e burocrática, partindo de ações excludentes justificadas pela volta do que deveria ser básico.

Entre 2012 e 2017 ocorre a formação desse imaginário sobre a Fazenda que “pode ser compreendida principalmente pela sensação de insegurança que o espaço oferecia desde o momento que foi abandonada. Isto ocorre, pois, qualquer emoção que envolva alguma memória tenderá a torná-la mais intensa, mais ‘vívda’.” (MORAES, 2021, p.10). Após o retorno do CPAM, há o sentimento de segurança no que agora é delimitado como um território burocratizado e essa dificuldade em acessá-lo oferece margem para críticas já que este espaço foi resgatado do abandono, onde estava nessa situação pelo próprio espaço.

Essa análise interseccional a partir da estruturação da questão racial e das relações de poder presentes nos processos transformativos da Fazenda, auxilia no desenvolvimento da compreensão sobre outras camadas da sociedade, principalmente da camada mais periférica que, considerando o processo de formação territorial do Brasil, entende-se que essa questão está muito atrelada com a concentração de riquezas e oportunidades de lazer e vivências.

Essas modificações no espaço da Fazenda ocorrem através da institucionalização das ações que vão sendo justificadas, ao longo dos anos, por movimentos que deveriam ser básicos e acolhedores, mas que se tornam privilégios para a parte da população que tem outras oportunidades de lazer. Os agentes que participam dos processos transformativos da Fazenda,

trazem possibilidades de ações a partir de seu domínio, influência e condições, devido a hierarquização do poder. Essa configuração mostra como, através das modificações geradas, essa institucionalização de ações ocorreram.

A presença do CPAM mostrou-se necessária com a volta da seguridade desse patrimônio e suas áreas de influência, o que impactou diretamente a dinâmica urbana local, mas o número de frequentadores aproveitando o espaço; circuitos jovens urbanos se apropriando das quadras; entre outros; não será o mesmo, visto que irão se deparar com essa violência subjetiva da exclusão, em forma de burocracia de muros e cancelas que vão dificultar qualquer acesso. Essa burocracia atinge as camadas da sociedade de forma diferente, principalmente quando se trata da localização periférica que se encontra a Fazenda.

Considerando a totalidade ao observar a Fazenda, pode-se refletir desde a sua administração até a sua apropriação, chegando na instrumentalização desse espaço, sendo territorializado, a partir dessas ações institucionalizadas que intensificam o seu uso.

A partir desse processo transformativo, volta a segurança e manutenção desse patrimônio histórico. Esse fato serve como justificativa para a burocracia, analisada como uma violência subjetiva através do processo de territorialização que militarizou o espaço. Isso ocorre a partir de ações de um Estado estruturado através da questão racial. Logo as representações da comunidade sobre a Fazenda serão bem diferentes. Este patrimônio vem recebendo seus devidos cuidados, o que acaba refletindo ao seu redor, em suas áreas de influências tanto externa quanto interna, mas essa representação de um lugar bem cuidado e cercado não será boa para todas as camadas da sociedade. É uma idealização de um lugar seguro, que será bom para a população, não necessariamente se importando com a questão da seguridade, do lazer ou das vivências. A exclusão socioespacial e o acúmulo desigual a partir dessas representações é o resultado do funcionamento dessas instituições, que passam a atuar em uma dinâmica, através das justificativas de suas ações, segregando a população (ALMEIDA, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração toda a discussão apresentada durante este trabalho, percebe-se a relevância socioespacial da Fazenda Colubandê não apenas como um espaço de lazer e vivências, mas também como um importante patrimônio histórico que representa o desenvolvimento do município de São Gonçalo e do bairro do Colubandê.

Dessa forma, se cristaliza aqui esta pesquisa, que ocorre há alguns anos na busca da compreensão dos processos transformativos desse espaço, a partir de uma leitura espaço-temporal das suas funções e significados, onde compreende-se a formação socioespacial da Fazenda, através dos seus processos históricos que a fizeram ser o que é hoje, contemplada com todas essas rugosidades que impactam direto no imaginário de quem entra em contato com esse espaço, já que pode ser visto como um agregado de todas essas modificações que ali ocorreram; essas refuncionalizações e ressignificações foram analisadas e refletidas por meio da hierarquização e das relações de poder nesse espaço, que fomentam essas representações do imaginário da comunidade, observando e explorando os agentes que produzem e participam dos processos transformativos que colocam a Fazenda como um espaço reprodutor de significados em uma dinâmica onde pode sempre vir a ser algo novo, com outra função que vai refletir em sua significação, resultando nessas diversas representações expostas ao analisar a violência, a territorialização e a questão da seguridade como desdobramento e justificativa das ações dos agentes modificadores. Esse processo de territorialização do espaço chega trazendo de volta a manutenção e a segurança ao espaço da Fazenda, atendendo à demanda e justificado pela violência que surge durante o momento de abandono e aqui foi apresentado que mesmo com isso não pode-se dizer que agora é um espaço seguro ou não violento, através de outras perspectivas que consideram a particularidade de quem frequenta esse espaço, observa-se as contradições de um espaço burocratizado e que vai além das violências encrustadas em sua história pelas rugosidades, alcançando uma violência subjetiva que serve como justificativa de um ciclo poliesportivo abandonado, que não existe mais.

É imprescindível que, diante de toda essa discussão, seja negada a importância da Fazenda, negligenciando seu espaço. Durante toda a apresentação buscou-se compreender o desenvolvimento desses desdobramentos, alertando sobre como é expressivo a presença das instituições responsáveis nesse espaço, apesar das reflexões críticas.

Tendo em vista a reflexão acerca dos conflitos de um espaço em disputa por diferentes narrativas, entende-se como isso impacta de forma que a comunidade tenha diversas

representações sobre, principalmente ao considerar suas particularidades em contato com as práticas territoriais e as possibilidades vividas da Fazenda Colubandê.

Portanto, situa-se aqui a colaboração com esse patrimônio e com a história de São Gonçalo, na tentativa de atualizar a memória e a análise dessas várias representações que são causa e efeito dos processos transformativos que ocorreram e continuarão a ocorrer nesse grande centro urbano que a Fazenda está localizada.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. *Sobre a memória das cidades*. In: O discurso geográfico na aurora do século XXI. Florianópolis, 28-29 de novembro de 1996.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural / Silvio Luiz de Almeida*. – São Paulo : Sueli Carneiro ; Editora Jandaíra, 2021. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

ALVES, Tatiana. *Fazenda Colubandê se torna parque estadual no Rio de Janeiro*. Rádio Agência Nacional. Rio de Janeiro. 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/meio-ambiente/audio/2022-05/fazenda-colubande-se-torna-parque-estadual-no-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 16 abr. 2023.

BELTRÃO, Catherine. *FAZENDA COLUBANDÊ: HISTÓRIA, ARTE, TRAGÉDIA E DESCASO (PARTE I)*. Arte na Rede, 2017. Disponível em: <<http://artenarede.com.br/blog/index.php/fazenda-colubande-historia-artetragedia-e-descaso-parte-i/>>. Acesso em: 17 set. 2018.

CASTRO, Iná Elias de. et al. *Geografia: conceitos e temas*. – 2ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000.

CESEC. *ÍNDICE DE VIOLÊNCIA AUMENTA EM SÃO GONÇALO DURANTE INTERVENÇÃO FEDERAL*. 2018. Disponível em: <<https://cesecseguranca.com.br/reportagens/indice-de-violencia-aumenta-em-sao-goncalo-durante-intervencao-federal/>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 12ª ed. 1983. p.16-18.

CONEXÃO FLUMINENSE. *Parque Histórico Estadual Fazenda Colubandê*. 2022. Disponível em: <<https://conexaofluminense.com.br/coluna-de-olho-na-lei-200722/>>. Acesso em: 06 abr. 2023.

COMANDO DE POLÍCIA AMBIENTAL. *Na manhã de hoje realizamos a Solenidade de Inauguração do III Centro de Equitação Terapêutica da Polícia Militar*. Comando de Polícia Ambiental. Fazenda Colubandê. 19/05/2022. @cpam_pmerj. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CdwhhxULhzH/>>. Acesso em: 08 abr. 2023.

ESTADAO. *No Rio de Janeiro, patrimônio histórico está abandonado*. 2022. Disponível em: <<https://mobilidade.estadao.com.br/na-perifa/no-rio-de-janeiro-patrimonio-historico-esta-abandonado/>>. Acesso em: 29 mar.2023.

EXTRA. *Fazenda Colubandê, em São Gonçalo, não tem previsão de reformas*. 2016. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/fazenda-colubande-em-sao-goncalo-nao-tem-previsao-de-reformas-19531917.html>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

_____. *Castro sanciona lei que permite transformar a Fazenda Colubandê, em São Gonçalo, em parque estadual*. 2022. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/extra->

extra/castro-sanciona-lei-que-permite-transformar-fazenda-colubande-em-sao-goncalo-em-parque-estadual-25497933.html>. Acesso em: 08 abr. 2023.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Martins Fontes: São Paulo, 2008.

GEIGER, Pedro Pinchas. *Urbanização e Industrialização na Orla Oriental da Baía de Guanabara*. Revista Brasileira de Geografia, IBGE, v. 18 n. 2, p. 495-522, Outubro-Dezembro, 1956.

GRACIANO, Matheus. *Por que o Colubandê deveria ser o centro administrativo de São Gonçalo?* SIM SÃO GONÇALO. 2015. Disponível em: <<https://simsaogoncalo.com.br/sao-goncalo/por-que-o-colubande-deveria-ser-o-centro-administrativo-de-sao-goncalo/>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

GUEDES, Simoni Lahud. *Jogo de Corpo. Um estudo de construção social de trabalhadores*. Niterói: Eduff, 1997.

HARVEY, David. *O direito à cidade*. Tradução Jair Pinheiro. São Paulo : Lutas Sociais, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HOMERO, Vilma. *A história de São Gonçalo para professores e alunos*. FAPERJ, 2006.

HISTÓRIA E MONUMENTOS. *Casa da Fazenda Colubandê e Capela de Nossa Senhora de Santana*. 2015. Disponível em: <<http://historiasemonumentos.blogspot.com/2015/04/brasil-rj-sao-goncalo-casa-da-fazenda.html>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Registro de ocorrências por área no ano corrente*. Disponível em: <<https://www.isp.rj.gov.br/Busca.asp/>>. Acesso em: 20/01/2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Fazenda Colubandê: São Gonçalo, RJ*. 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=446829>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

JR, Mario Lima. *“No meu plantão, não!”*, me disse o vigia da Fazenda Colubandê. 2017. Disponível em: <<http://mariolimajr.com/no-meu-plantao-nao-me-disse-o-vigia-da-fazenda-colubande/>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

_____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

_____. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5ª Edição. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGNANI, J. G. C. *Os circuitos dos jovens urbanos*. p. 173-205. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2. 2005.

- MASSEY, Doreen B. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. (Cap. 6: Espacializando a história da modernidade). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo. *Revisitando o território fluminense, VI*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017, 366 p. ISBN: 978-85-7511-457-5.
- MODESTO, Nilo Sérgio d'Avila. *A (re)produção espacial em marcha na consolidação dos Grupos de Poder Hegemônico em São Gonçalo – RJ*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.
- MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- MONTEIRO; Licio Caetano do Rego. Rio de Janeiro “tipo Colômbia”: jogos de escalas, controle territorial e segurança urbana. R. B. Estudos urbanos e regionais v.16, N. 2, p. 117-133. Novembro, 2014.
- MORAES, Bruno de Souza. *As transformações socioespaciais na Fazenda Colubandê – São Gonçalo – RJ*. 79 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.
- MORAES, Bruno de Souza et al.. *A violência como desdobramento das transformações socioespaciais na Fazenda Colubandê – São Gonçalo/RJ*. Anais do XIV ENANPEGE. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77720>>. Acesso em: 27 jan. 2022 01:40.
- MORAES, João Marçal Bodê de. *Espaço do trabalho e mudanças socioespaciais: a reconstrução dos espaços urbanos-fabris no município de São Gonçalo-RJ*. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. 2014.
- MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. 1ª ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.
- NITAHARA, Akemi; VIEIRA, Isabela. *Justiça Federal determina policiamento 24h em fazenda histórica roubada no Rio*. Agência Brasil, 2017. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-02/justica-federal-determina-policiamento-24h-em-fazenda-historica-roubada-no#>>. Acesso em: 02 abr. 2023.
- NOVY, Andreas. *O poder do espaço e o espaço do poder*. NOVY, Andreas. A des-ordem da periferia: 500 anos de espaço e poder no Brasil. Petrópolis. 2002.
- NORONHA, Durval. *O tribunal da santa inquisição e a evolução dos direitos humanos*. Portal Vermelho. 2016. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/278241-1>>. Acesso em: 31 ago. 2018.
- O SÃO GONÇALO. *Nova esperança para a Fazenda Colubandê*. 2017. Disponível em: <<https://www.osaogoncalo.com.br/politica/26310/nova-esperanca-para-a-fazenda-colubande>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário: História, Geografia e Estatística*. Serviço Gráfico do IBGE. Rio de Janeiro. 1940.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. *História de São Gonçalo*. 2014. Disponível em: <<https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo/historia-de-sao-goncalo/>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

_____. *Rodovias – 2005*. Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Meio Ambiente – SEMIURNE – 2005.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática. 1993.

REACHERS, Sammis. *Estranho horror na senzala da Fazenda Colubandê*. Jornal Daki. 2021. Disponível em: <<https://www.jornaldaki.com.br/estranho-horror-na-senzala-da-fazenda-coluband%C3%AA-por-sammis-reachers>>. Acesso em: 02 abr. 2023.

RIGEL, Ricardo. *Fazenda centenária, símbolo de São Gonçalo, está abandonada*. Extra. 2015. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/fazenda-centenaria-simbolo-de-sao-goncalo-esta-abandonada-17355158.html>>. Acesso em: 02 abr. 2023.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *O BRASIL: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

_____. *O retorno do território*. In — et al. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 15-21.

_____. *Por uma geografia nova – da crítica da geografia a uma geografia crítica*. SP: EDUSP, 2004.

_____. *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método*. Boletim Paulista de Geografia, n. 54, 81-100, 1977.

_____. *Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SÃO GONÇALO. *Lei N° 9661, de 28 de abril de 2022*. São Gonçalo, RJ: Alerj, 2022.

SCAFFO, Daniela. *Mato toma conta de calçada no Colubandê*. O São Gonçalo. 2018. Disponível em: <<https://www.osaogoncalo.com.br/geral/51002/mato-toma-conta-de-calçada-no-colubande>>. Acesso em: 02 abr. 2023.

_____. *Praças abandonadas causam medo e trazem perigo para moradores de SG: Locais viraram abrigo para moradores de rua e usuários de drogas*. O São Gonçalo. 2019. Disponível em: <<https://www.osaogoncalo.com.br/geral/63239/pracas-abandonadas-causam-medo-e-trazem-perigo-para-moradores-de-sg>>. Acesso em: 02 abr. 2023.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SODRÉ, Muniz. *Espaço e Modernidade*. IN: O Terreiro e a Cidade. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

SILVA, Catia Antonia da. *Processos de urbanização em São Gonçalo no contexto metropolitano do Rio de Janeiro e suas consequências socioambientais*. In: Estudos ambientais em regiões metropolitanas: o município de São Gonçalo / Organização Marcelo Guerra Santos. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

TUAN, Yi Fu. *Um estudo de Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. Tradução: DIFEL / Difusão Editorial S.A. 1980.

_____. *Espaço arquitetônico e conhecimento*. IN: Espaço e lugar: A perspectiva da experiência. EDUEL. 2013.

ZIZEK, S. *Bem-Vindo ao deserto do Real!* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.